

Analíticos Anteriores

Aristoteles

ANALÍTICOS ANTERIORES

LIVRO I

I

- 24a10 Nossa primeira tarefa consiste em indicar o objeto de estudo de nossa investigação e a que ciência ele pertence: que concerne à demonstração e que pertence a uma ciência demonstrativa. Em seguida teremos que definir o significado de *premissa*, *termo* e *silogismo*,⁶⁵ e distinguir entre um silogismo perfeito e um imperfeito; depois disso, necessitaremos explicar em que sentido diz-se estar ou não estar um termo *inteiramente contido* num outro e o que entendemos por *ser predicado de todo* ou *de nenhum*.⁶⁶
- 15

A premissa é uma oração que afirma ou nega alguma coisa de algum sujeito. Esta oração pode ser universal, particular ou

20 indefinida. Entendo por *universal* a oração que se aplica a tudo ou a nada do sujeito; por *particular* entendo a oração que se aplica a alguma coisa do sujeito, ou não se aplica a alguma coisa deste, ou não se aplica a todo; por *indefinida* entendo a oração que se aplica ou não se aplica sem referência à universalidade ou particularidade, por exemplo: "Contrários são objeto da mesma ciência" ou "O prazer não é bem".

25 A premissa demonstrativa difere da premissa dialética, por ser a primeira a suposição de um membro de um par de orações contraditórias (porquanto o demonstrador não faz uma pergunta, faz uma suposição), ao passo que a segunda é uma resposta à pergunta que, de duas orações contraditórias, deverá ser aceita. Essa diferença, contudo, não afetará o fato de, num caso ou noutro, o resultado ser um silogismo, pois tanto o demonstrador quanto o interrogador extraem uma conclusão silogística por suporem, em primeiro lugar, que algum predicado se aplica ou não se aplica a algum sujeito. Conseqüentemente, a premissa silogística será simplesmente a afirmação ou negação de algum predicado de algum sujeito da maneira já descrita. A premissa será demonstrativa se for verdadeira e baseada em postulados fundamentais, enquanto a premissa dialética será, para o interrogador, uma resposta à pergunta que, de duas orações contraditórias, deverá ser a aceita e, para o raciocinador lógico, uma suposição do que é aparentemente verdadeiro e geralmente aceito, como afirmamos nos *Tópicos*.⁶⁷

15 O que significa uma premissa e que diferença existe entre as premissas silogística, demonstrativa e dialética será explicitado com precisão mais tarde. Para as nossas necessidades imediatas basta a definição aqui apresentada.

Chamo de *termo* aquilo em que a premissa se resolve, a saber, tanto o predicado quanto o sujeito, quer com a adição do verbo *ser*, quer com a remoção de *não ser*.

20 O silogismo é uma locução em que, uma vez certas suposições sejam feitas, alguma coisa distinta delas se segue necessariamente devido à mera presença das suposições como tais. Por "devido à mera presença das suposições como tais" entendo que é por causa delas que resulta a conclusão, e por isso quero

dizer que não há necessidade de qualquer termo adicional para tornar a conclusão necessária.

25 Chamo de silogismo *perfeito* o que nada requer além do que nele está compreendido para evidenciar a necessária conclusão; de *imperfeito* aquele que requer uma ou mais proposições as quais, ainda que resultem necessariamente dos termos formulados, não estão compreendidas nas premissas.

30 É o mesmo dizer que um termo está contido inteiramente num outro termo e dizer que um termo é predicado de um outro termo tomado universalmente. Dizemos que um termo é predicado de um outro tomado universalmente quando nada do sujeito pode ser encontrado de que o outro termo não possa ser predicado; o mesmo se aplica à expressão *não é predicável de nenhum*.

II

25a1 Ora, toda premissa é de tal forma que algum atributo se aplica, ou tem que se aplicar, ou possivelmente se aplica a algum sujeito.⁶⁸ Estes três tipos são divididos em afirmativos e negativos, conforme cada modo de atribuição (predicação); por outro lado, das premissas afirmativas e negativas, algumas são universais, outras particulares e outras indefinidas. No caso da predicação universal, a premissa negativa é necessariamente convertível nos seus termos (por exemplo, se *nenhum prazer é bem, tampouco será alguma coisa boa, prazer*); mas a [premissa] afirmativa, embora necessariamente convertível, é, assim, não como uma [premissa] universal, mas como uma particular (por exemplo, se *todo prazer é bem, algum bem tem também que ser prazer*). No que toca a proposições particulares, a premissa afirmativa tem que ser convertível como particular, pois se *algum prazer é bem, algum bem será também prazer*; a [premissa] negativa, porém, não é necessariamente convertível, pois não se segue que se *homem não se aplicar a algum animal, tampouco se aplicará animal a algum homem*.

Tomemos, assim, primeiramente uma premissa negativa universal que apresenta os termos A e B. Neste caso, se A não se

15 aplicar a nenhum B, nem B se aplicará a qualquer A, pois se aplicar-se a algum, digamos C, não será verdadeiro que A não se aplica a nenhum B, porque C é um B. Se, por outro lado, A se aplicar a todo B, B também se aplicará a algum A, pois se não se aplicar a nenhum, nem A se aplicará a qualquer B; porém, *ex hypothesi*, ele se aplica a todo B e, analogamente, também se a premissa for particular, pois se A se aplicar a algum B, B necessariamente também se aplicará a algum A, uma vez que se não se aplicar a nenhum, nem A se aplicará a qualquer B. Mas se A não se aplica a algum B, não resulta necessariamente que B não se aplica a algum A (por exemplo, se B é *animal* e A, *homem*, posto que *homem* não se aplica a todo animal, porém *animal* se aplica a todo homem).

III

Princípio idêntico [com respeito à conversão] vale no caso das premissas necessárias. A negativa universal é convertível universalmente, enquanto cada uma das afirmativas é convertível como uma premissa particular, pois se A necessariamente não se aplica a nenhum B, B também necessariamente não se aplica a nenhum A, visto que se fosse possível que se aplicasse a algum, A poderia também aplicar-se a algum B. Mas se A necessariamente se aplica a todo ou alguma parte de B, B tem também que se aplicar a algum A, pois se assim não for necessariamente, nem A necessariamente se aplicará a algum B. A negativa particular não é convertível pela mesma razão que já indicamos.

Quanto às premissas contingentes, uma vez que o termo *contingente* é empregado em vários sentidos (chamamos de contingente tanto o que é necessário como o que é não necessário e o possível), em todas as proposições afirmativas ocorrerá a conversão sob as mesmas condições anteriormente indicadas, já que se for possível que A se aplique a todo ou alguma parte de B, seria possível que B também se aplicasse a algum A, pois se não fosse possível que se aplicasse a nenhum, nem seria possível que A se aplique a qualquer B, o que foi demonstrado anteriormente.⁶⁹ Entretanto, não ocorre o mesmo com as negativas. Em todos os exemplos relativamente aos quais se diz ser contingente

5 no sentido da proposição ser necessariamente verdadeira ou não ser necessariamente verdadeira, as condições se mostram semelhantes às já mencionadas (por exemplo, se fosse dito ser contingente que um homem não é um cavalo, ou que branco não se aplica a nenhuma vestimenta), uma vez que no primeiro exemplo o predicado necessariamente não se aplica ao sujeito, e no segundo ele não necessariamente se aplica – e a premissa se converte como as outras negativas, posto que se é contingente que cavalo não se aplique a nenhum homem, é também contingente que homem não se aplique a nenhum cavalo; e se é contingente que branco não se aplique a nenhuma vestimenta, é também contingente que vestimenta não se aplique a nada branco.⁷⁰ Isto porque se necessariamente se aplicasse a alguma coisa branca, branco também se aplicaria necessariamente a alguma vestimenta, o que foi demonstrado anteriormente.⁷¹ Condições semelhantes regulam a conversão de premissas negativas particulares.

Entretanto, no que tange a essas premissas, se são ditas contingentes no sentido de que são geral ou naturalmente verdadeiras (visto que definimos o contingente deste modo), as condições para a conversão das negativas não serão as mesmas de antes. A premissa negativa universal não é suscetível de conversão, ao passo que a negativa particular é. Isso se tornará claro quando discutirmos o contingente.⁷²

20 De momento, tenhamos como [suficientemente] esclarecedor, a título de acréscimo ao que já foi dito, o seguinte: que a proposição “é contingente que A não se aplique a nenhum B” ou “não se aplique a algum B” apresenta forma afirmativa porque a expressão é contingente corresponde a é, e a palavra é, não importa a quais termos esteja ligada na predicação, produz sempre e na totalidade dos casos a afirmação; por exemplo, é não bom, ou é não branco, ou em geral: é não isto, o que será

igualmente demonstrado posteriormente.⁷³ No que respeita à conversão, essas premissas serão reguladas pelas mesmas condições das demais afirmativas.

IV

Uma vez delineadas estas distinções, estamos agora capacitados a indicar por quais meios, quando e como são construídos todos os silogismos. Lidaremos mais tarde com a demonstração.⁷⁴ A razão da necessidade de nos ocuparmos do silogismo antes da demonstração é o fato do silogismo ser mais geral: a demonstração é um tipo de silogismo, mas nem todo silogismo é uma demonstração.

Quando três termos estão de tal forma ligados entre si que o último está completamente contido no termo médio e o termo médio está completamente contido ou não contido no primeiro termo, então teremos necessariamente um silogismo perfeito nos extremos. Entendo por *termo médio* aquele que tanto está contido num outro quanto contém um outro em si mesmo e que ocupa a posição mediana; por *extremos* entendo tanto o termo contido ele mesmo num outro quanto aquele no qual um outro está contido: se A é predicado de todo B e B de todo C, A terá necessariamente que ser predicado de todo C.⁷⁵ Já explicamos⁷⁶ o que queremos dizer ao asseverar que um termo é *predicado de todo um outro*. Analogamente, também, se A não é predicado de nenhum B e B é predicado de todo C, segue-se que A não se aplicará a nenhum C.

Se, contudo, o primeiro termo se aplica a todo o termo médio e este a nada do último termo, não haverá silogismo entre os extremos, pois nenhuma conclusão é necessariamente deduzida dos dados apresentados, visto ser possível para o primeiro termo se aplicar ou a tudo ou a nada do último, não resultando assim necessariamente nem uma conclusão particular nem uma universal; e uma vez que não resulte nenhuma conclusão necessária das premissas, não pode haver nenhum silogismo. É possível

ilustrar a relação afirmativa dos extremos mediante os termos *animal, homem, cavalo*; quanto à negativa, mediante [os termos] *animal, homem, pedra*.

Mais uma vez, quando o primeiro termo não se aplica a nada do médio e o médio a nada do último, também neste caso não pode haver silogismo. A relação afirmativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *ciência, linha, medicina*; a relação negativa por *ciência, linha, unidade*.

Assim, se os termos estiverem numa relação universal, ficará evidente – uma vez presente essa figura – quando haverá um silogismo e quando não haverá. Fica evidente, também, que se houver um silogismo, os termos deverão estar ligados como mencionamos e que se estão assim ligados haverá um silogismo.

Se um dos termos [extremos] estiver numa relação universal e o outro numa relação particular com o termo restante, quando a proposição universal (afirmativa ou negativa) se referir ao termo maior e a proposição particular for afirmativa e se referir ao termo menor, teremos necessariamente um silogismo perfeito; quando, entretanto, a proposição universal se referir ao termo menor, ou os termos estiverem ligados de qualquer maneira distinta, isso não será possível. Chamo de termo *maior* aquele no qual está contido o termo médio, e de termo *menor* aquele que se subordina ao termo médio.⁷⁷ Suponhamos que A se aplique a todo B e B a algum C. Então, se *ser predicado de todo* significa o que indicamos no início,⁷⁸ A tem que se aplicar a algum C. E se A não se aplica a nenhum B, mas B se aplica a algum C, A tem necessariamente que não se aplicar a algum C (indicamos também o que queremos dizer com *predicado de nenhum*⁷⁹). Assim teremos um silogismo perfeito. Algo análogo ocorre também se supormos a proposição BC indefinida, desde

30 que seja afirmativa, uma vez que teremos o mesmo silogismo, quer BC seja indefinida ou particular.

35 Se, entretanto, a proposição universal – afirmativa ou negativa – se referir ao termo menor, não haverá silogismo, quer a proposição indefinida ou a particular seja afirmativa ou negativa (por exemplo, se A se aplica ou não se aplica a algum B, e B se aplica a todo C). A relação afirmativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *bom, estado, sabedoria*; a relação negativa por *bom, estado, ignorância*.

Por outro lado, se B não se aplica a nenhum C e A se aplica a algum, ou não se aplica a algum ou todo B, neste caso também não haverá silogismo. Podemos tomar como termos *branco, cavalo, cisne; branco, cavalo, corvo*. Estes mesmos termos servirão também se a proposição AB for indefinida.

26b1 Acrescente-se que quando a proposição que se relaciona com o termo maior é universal, quer afirmativa ou negativa, e a que se relaciona com o menor é negativa e particular, não haverá silogismo – quer a premissa menor seja indefinida ou particular, por exemplo, se A se aplica a todo B e B não se aplica a algum ou todo C, pois onde o termo médio não se aplica a algo do menor, o termo maior pode ser associado com todo ou com nada do menor. Suponhamos os termos *animal, homem, branco*; em seguida, a título de exemplos de coisas brancas das quais não se predica homem, tomemos *cisne e neve*. Então *animal* é predicado totalmente do primeiro, mas negado totalmente da segunda. E, assim, não haverá silogismo. Novamente, que A não se aplique a nenhum B e que C não se aplique a algum B, e que os termos sejam *inanimado, homem, branco*; em seguida que se tome como exemplos de coisas brancas das quais não se predica homem, *cisne e neve*. Predica-se *inanimado* totalmente da segunda, mas nega-se-o totalmente do primeiro.

15 Além disso, visto que a proposição “B não se aplica a algum C” é indefinida e trata-se de proposição verdadeira, quer B não se aplique a nenhum C, quer não se aplique a todo C, e visto que quando tais termos são escolhidos (que B não se aplica a nenhum C) não obtemos nenhum silogismo (o que foi dito anteriormente⁸⁰), é evidente que com os termos nessa relação não

haverá silogismo; de outra maneira, teria havido um com os termos que selecionamos. Dispostos de demonstração semelhante se a proposição universal for tomada como negativa.

20 Também não haverá silogismo se ambas as relações atributivas forem particulares, ou afirmativa ou negativamente, ou uma afirmativamente e a outra negativamente, ou uma indefinida e a outra definida, ou ambas indefinidas. A todos estes casos são aplicáveis termos como *animal, branco, cavalo; animal, branco, pedra*.

25 Ressalta evidente, portanto, com base no que dissemos, que se um silogismo nessa figura apresenta uma conclusão particular, seus termos têm que ser relacionados tal como descrevemos, pois se relacionados diferentemente, não poderá, de modo algum, haver um silogismo. Fica também claro que todos os silogismos nessa figura são perfeitos, uma vez que se acham todos completados mediante as suposições originais; e que todos os tipos de proposições podem ser demonstradas por essa figura, já que ela demonstra tanto conclusões universais quanto particulares, sejam afirmativas ou negativas. Chamo este tipo de figura de *primeira*.

V

35 Quando o mesmo termo se aplica a um sujeito universal e não se aplica a qualquer outro sujeito [em sentido universal], ou quando se aplica ou não se aplica tanto de um como de outro sujeito [tomado universalmente], chamo este tipo de figura de *segunda*. E nela entendo por termo médio aquele que é predicado de ambos os sujeitos; por termos extremos [entendo] os sujeitos dos quais o termo médio é predicado; por termo maior [entendo] aquele que vem a seguir do médio, e por [termo] menor aquele que está mais distante deste. O [termo] médio está colocado fora dos termos extremos e é o primeiro do ponto de vista da posição.

27a1 Nessa figura não pode haver, em hipótese alguma, um silogismo perfeito, mas pode haver um silogismo válido,⁸¹ sejam os termos universais ou não. Se forem universais, haverá um silo-

gismo quando o [termo] médio se aplicar a um sujeito universal e não se aplicar a outro sujeito tomado universalmente, não importa qual seja o termo negativo; mas em nenhum outro caso
5 [é possível o silogismo]. Tomemos, à guisa de exemplo, M não sendo predicado de nenhum N, mas o sendo de todo O. A consequência é que, visto que a premissa negativa é convertível, N não se aplicará a nenhum M. Porém, *ex hypothesi*, M se aplica a todo O e, portanto, N não se aplica a nenhum O, algo já demonstrado antes. Por outro lado, se M se aplicar a todo N, mas não se aplicar a nenhum O, N não se aplicará a nenhum O,
10 posto que se M não se aplicar a nenhum O, O não se aplicará a nenhum M. *Ex hypothesi*, contudo, M se aplica a todo N. E, portanto, O não se aplicará a nenhum N, pois novamente estaremos diante da primeira figura e, uma vez que a proposição negativa é convertível, N também não se aplicará a nenhum O, com o que será o mesmo silogismo anterior. É igualmente possível
15 demonstrar esses resultados mediante redução *ad impossibile*.

Evidencia-se, desta forma, que com os termos dessa relação obtemos um silogismo, mas não um [silogismo] perfeito, porque a conclusão necessária se completa não exclusivamente graças às premissas originais, mas também por meio de outras.

Se, contudo, M for predicado de todo N e de todo O, não poderá haver silogismo. A relação afirmativa dos extremos é ilustrada pelos termos *substância, animal, homem*; a relação
20 negativa por *substância, animal, número*, sendo substância o termo médio. Tampouco pode haver um silogismo se M não for predicado de nenhum N e de nenhum O. A relação afirmativa dos extremos é ilustrada pelos termos *linha, animal, homem*; a relação negativa por *linha, animal, pedra*.

Fica visível, então, que, se houver um silogismo onde os termos se acham universalmente relacionados, os termos terão que se achar relacionados, tal como indicamos no início,⁸² pois se
25 relacionados de maneira diversa, não resultará nenhuma conclusão necessariamente lógica.

Se, por outro lado, o termo médio estiver universalmente relacionado a um dos outros, quando se encontrar numa relação universal – afirmativa ou negativa – com o termo maior, e numa

relação particular no sentido oposto àquele da relação universal (entendendo eu por “no sentido oposto” que se a relação universal é negativa, a particular é afirmativa, e *vice-versa*), com o
30 termo menor, o resultado será necessariamente um silogismo negativo e particular. A título de exemplo, se M não se aplica a nenhum N, mas se aplica a algum O, resulta necessariamente que N não se aplica a algum O, uma vez que, considerando-se que a proposição negativa é convertível, N não se aplicará a
35 nenhum M. Entretanto, *ex hypothesi*, M se aplica a algum O e assim N não se aplicará a algum O, pois obtemos um silogismo por meio da primeira figura. Por outro lado, se M se aplica a todo N, mas não se aplica a algum O, resulta necessariamente que N não se aplica a algum O, pois se [N] se aplica a todo [O] e M é predicado de todo N, M necessariamente se aplica a todo
27b1 O. Mas, *ex hypothesi*, ele não se aplica a algum. E se M se aplicar a todo N, mas não a todo O, haverá um silogismo como efeito de N não se aplicar a todo O. A demonstração é a mesma de antes. Se, entretanto, M for predicado de todo O, mas não de
5 todo N, não haverá silogismo. Termos que ilustram este caso são *animal, substância, corvo; animal, branco, corvo*. Tampouco haverá um silogismo quando M não é predicado de nenhum O, mas é de algum N. A relação afirmativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *animal, substância, unidade*; a relação negativa por *animal, substância, ciência*.⁸³

Assim, estabelecemos sob quais condições haverá ou não um
10 silogismo quando a universal é oposta, quanto ao sentido, à proposição particular. Quando as premissas apresentam forma semelhante, isto é, ambas negativas ou ambas afirmativas, não haverá em hipótese alguma um silogismo. Tomemo-las primeiramente ambas como negativas e que a relação universal pertença ao termo maior, nomeadamente que M não se aplique a
15 nenhum N e a algum O. Então será possível tanto para N se aplicar a todo O quanto não se aplicar a nenhum O. A relação negativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *negro, neve, animal*; mas não é possível que encontremos termos para ilustrar a relação universal afirmativa, uma vez que M se aplica a

20

algum O, embora também não se aplique a algum [O]; pois se N se aplicar a todo O, e M não se aplicar a nenhum N, M não se aplicará a nenhum O. Contudo, *ex hypothesi*, ele se aplica a algum [O]. Assim, não é possível encontrar termos nestas condições e nossa demonstração precisa ser extraída do caráter indefinido da premissa particular, pois visto que é verdadeiro dizer que M não se aplica a algum O, se ele de fato não se aplica a nenhum [O], e vimos que quando não se aplica a nenhum não há silogismo, é evidente que tampouco haverá silogismo no caso em pauta.

25

Tomemos agora as premissas como afirmativas e suponhamos que a relação universal seja a mesma de antes, ou seja, que M se aplique a todo N e a algum O. Então será possível tanto para N aplicar-se a todo O quanto para não aplicar-se a nenhum O. Exemplos de termos nos quais não se aplica a nenhum são *branco, cisne, pedra*. Entretanto, será impossível encontrar exemplos nos quais se aplique a todo O, devido à mesma razão anterior, de sorte que nossa demonstração terá que ser extraída do caráter indefinido da premissa particular.

30

Se a relação universal se referir ao termo menor, isto é, se M não se aplicar a nenhum O e não se aplicar a algum N, será possível tanto que N se aplique a todo O quanto não se aplique a nenhum O. Exemplos de termos nos quais ele realmente se aplica são *branco, animal, corvo*, e nos quais ele não se aplica, *branco, pedra, corvo*. Se as premissas são afirmativas, exemplos de termos em que a relação dos extremos é negativa são *branco, animal, neve*; no caso de ser afirmativa [a relação dos extremos], *branco, animal, cisne*.

35

Assim evidencia-se que quando as premissas são semelhantes do ponto de vista da forma, e quando uma é universal e a outra particular, de modo algum obteremos um silogismo; e nem tampouco se o termo médio se aplicar ou não se aplicar a algum de cada um dos sujeitos,⁸⁴ ou aplicar-se a um particularmente mas não particularmente ao outro, ou se não se aplicar a nenhum deles considerados universalmente, ou for a eles relacionado indefinidamente. São exemplos de termos pertinentes a todos estes casos: *branco, animal, homem; branco, animal, inanimado*.

28a1

Ressalta como evidente, a partir da análise precedente, que se os termos são relacionados entre si da maneira descrita,⁸⁵ o resultado é necessariamente um silogismo e que, se há um silogismo, os termos têm que ser relacionados desta forma. É igualmente evidente que todos os silogismos nessa figura⁸⁶ são imperfeitos, porque são todos completados mediante a suposição de certas premissas adicionais que estão ou necessariamente implícitas nos termos ou são supostas como hipóteses; *por exemplo*, quando demonstramos nosso resultado por redução *ad impossibile*, e que por meio dessa figura não conseguimos um silogismo afirmativo, todos os silogismos são negativos, quer sejam universais ou particulares.

5

VI

10

No caso de um dos termos se aplicar a *tudo* e o *outro* a *nada* do mesmo sujeito, ou no caso de ambos os termos se aplicarem a *tudo* ou a *nada* dele,⁸⁷ chamo este tipo de figura de *terceira*, e nela entendo por [termo] médio aquele do qual são feitas ambas as predicções; por extremos [entendo], os predicados; por termo maior, aquele que está mais distante do médio, e, por [termo] menor, o que está mais próximo do [termo médio]. O médio está situado fora dos extremos e é o último, quanto à posição.

15

20

Ora, tampouco obtemos um silogismo perfeito nesta figura, embora tenhamos um silogismo potencial,⁸⁸ quer os termos estejam numa relação universal com o [termo] médio ou não. Se estiverem numa relação universal, quando tanto P quanto R se aplicarem a todo S, resultará necessariamente que P se aplicará a algum R, pois uma vez que a proposição afirmativa é convertível, S se aplicará a algum R e, assim, considerando-se que P se aplica a todo S, e S a algum R, P tem que se aplicar a algum R, com o que temos um silogismo por meio da primeira figura. É também possível demonstrá-lo por redução *ad impossibile* e por

25 exposição, uma vez que, onde ambos os termos⁸⁹ se aplicam a todo S, se tomarmos um dos S, digamos N, tanto P quanto R a ele se aplicarão e, assim, P se aplicará a algum R.

Do mesmo modo, se R se aplicar a todo S, e P a nenhum [S], haverá um silogismo como efeito de P necessariamente não se aplicar a algum R. O método para demonstração é o mesmo de antes, sendo a premissa RS convertida. Poder-se-ia também
30 demonstrar o resultado mediante a redução *ad impossibile*, tal como nos casos anteriores.

Se, entretanto, R não se aplicar a nenhum S, e P se aplicar a todo S, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais a relação dos extremos é afirmativa são *animal, cavalo, homem*; nos quais [esta relação] é negativa são *animal, inanimado, homem*. Tampouco haverá um silogismo quando ambos os termos não são predicados de nenhum S. Exemplos de termos em que a relação dos extremos é afirmativa são *animal, cavalo, inanimado*; em que [esta relação] é negativa, *homem, cavalo, inanimado*. Aqui *inanimado* é o termo médio.
35

É evidente, portanto, também nessa figura quando haverá ou não haverá um silogismo se forem os termos universalmente relacionados. Quando ambos os termos⁹⁰ são afirmativos, haverá um silogismo em função de um extremo se predicar do outro extremo tomado particularmente; contudo, quando são negativos, não haverá nenhum silogismo. Quando um termo é negativo e o outro afirmativo, se o maior for negativo e o outro afirmativo, haverá um silogismo porque um extremo não se aplica ao outro tomado particularmente; ocorrendo o inverso, não haverá silogismo.
28b1

5 Se, entretanto, um dos termos estiver numa relação universal com o médio e o outro numa relação particular, sendo ambos afirmativos, o resultado necessário será um silogismo, não importa qual seja dos dois o termo universal, pois se R se aplica a todo S, e P a algum S, P tem que se aplicar a algum R, uma vez
10 que, sendo a premissa afirmativa, convertível, S se aplicará a algum P e, assim, visto que R se aplica a todo S e S a algum P, R também se aplicará a algum P e, conseqüentemente, P se

15 aplicará a algum R. Por outro lado, se R se aplica a algum S, e P a todo S, P tem que se aplicar a algum R. O método de demonstração é o mesmo anterior. É também possível demonstrar este resultado por redução *ad impossibile* e por exposição, tal como nos casos anteriores.

Se um termo é afirmativo e o outro negativo, sendo o primeiro universal, quando o termo menor for afirmativo haverá um silogismo, pois se R se aplica a todo S, e P não se aplica a algum S, segue-se necessariamente que P não se aplica a algum R, pois se aplicar-se a todo R e R a todo S, P também se aplicará a todo S; mas *ex hypothesi* não se aplica. Isso também pode ser demonstrado sem redução *ad impossibile*, se tomamos algum S ao qual P não se aplique. Mas quando o [termo] maior for afirmativo, não haverá nenhum silogismo, por exemplo, se P se aplica a todo S e R não se aplica a algum S. São exemplos de termos nos quais a relação dos extremos é universal e afirmativa *animado, homem, animal*; não é possível, porém, encontrarmos termos nos quais a relação é universal e negativa, visto que R se aplica a algum S, embora também não se aplique a algum, pois se P aplicar-se a todo S, e R a algum S, então P se aplicará a algum R. *Ex hypothesi*, porém, ele não se aplica a nenhum. A explicitação deve ser apreendida tal como o foi nos casos anteriores,⁹¹ visto que se a proposição *um termo não se aplica a um outro [particularmente]* é indefinida, é exato dizer que aquele que não se aplica a nenhum não se aplica a algum. Entretanto,
20 vimos que quando R não se aplica a nenhum S não há silogismo,⁹² o que deixa visível que não haverá silogismo neste caso.
25

Se, contudo, o termo negativo for universal, sendo o maior negativo e o menor afirmativo, haverá um silogismo, pois se P não se aplicar a nenhum S, e R se aplicar a algum S, P não se aplicará a algum R, uma vez que teremos a primeira figura novamente ao ocorrer a conversão da premissa RS. Entretanto,
30 quando o termo menor for negativo, não haverá silogismo. São exemplos de termos nos quais a relação dos extremos é afirmativa *animal, homem, selvagem*; nos quais ela é negativa, *animal, ciência, selvagem*. Em ambos os casos *selvagem* é o termo médio.
35

29a1 Tampouco haverá um silogismo quando tomamos negativa-
mente ambos os termos, sendo um universal e o outro particu-
lar. Constituem exemplos de termos nos quais é o termo menor
que se acha numa relação universal com o médio *animal, ciên-
cia, selvagem; animal, homem, selvagem*. Quando é o [termo]
maior que está nesta relação, os exemplos de termos em que a
relação dos extremos é negativa são *corvo, neve, branco*; mas
onde a relação é afirmativa não é possível encontrar termos,
visto que R se aplica a algum S, embora também não se aplique
5 a algum, pois se P se aplica a todo R, e R a algum S, P também
se aplica a algum S; porém, *ex hypothesi*, ele não aplica a ne-
nhum. A demonstração deve ser obtida do caráter indefinido da
premissa particular.⁹³

Ademais, se ambos os termos [extremos] se predicam ou não,
particularmente do médio, ou se um se predica, mas o outro
não, ou se um deles se diz particularmente do médio enquanto o
outro não se predica universalmente do médio, ou se eles se
acham relacionados indefinidamente ao médio, não haverá, de
modo algum, um silogismo. Constituem exemplos de termos
10 comuns a todos estes casos *animal, homem, branco; animal,
inanimado, branco*.

Assim, também nessa figura se evidencia quando haverá ou
não um silogismo, e que resultará necessariamente um silogismo
onde os termos forem relacionados da maneira descrita;⁹⁴ e que,
se houver um silogismo, os termos terão que ser relacionados
dessa forma. Também se evidencia que todos os silogismos
15 dessa figura são imperfeitos, uma vez que são todos completa-
dos por meio da suposição de certas premissas adicionais; e que
será impossível por meio dessa figura obter uma conclusão uni-
versal, negativa ou afirmativa.

VII

20 Fica claro, inclusive, que em todas as figuras, sempre que
não obtemos nenhum silogismo, sendo ambos os termos afirma-
tivos ou ambos negativos, não se obtém, de modo algum, uma
conclusão necessária; entretanto, sendo um termo afirmativo e

outro negativo, se o termo negativo for universal, obter-se-á
sempre um silogismo ao estabelecer uma relação do [termo]
menor com o [termo] extremo maior – por exemplo, se A se
aplica a todo ou algum B, e B não se aplica a nenhum C, visto
que uma vez convertidas as premissas, resultará necessariamente
25 que C não se aplica a algum A. O que ocorre nas outras figuras
é análogo porque sempre obtemos um silogismo mediante o
processo de conversão. Salta aos olhos também que, em todas
as figuras, se a particular afirmativa substitui a indefinida, resul-
tará o silogismo idêntico.

30 Fica conspícuo ainda que todos os silogismos imperfeitos são
completados por meio da primeira figura, uma vez que todas as
conclusões são atingidas ou pela demonstração ou pela redução
ad impossibile, obtendo-se nos dois casos a primeira figura: no
caso daquelas completadas⁹⁵ pela demonstração porque – como
vimos – todas as conclusões são alcançadas mediante a conversão
35 e esta produz a primeira figura, e no caso daquelas alcançadas
por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) porque se uma
falsa premissa é assumida, obtemos o silogismo por meio da pri-
meira figura – por exemplo, na última figura, se A e B se aplicam
a todo C, obtemos um silogismo a concluir que A se aplica a al-
gum B, porque se não se aplicasse a nenhum B, e B se aplicasse a
todo C, A não se aplicaria a nenhum C. Mas *ex hypothesi* aplica-
se a todo C. Nos demais casos ocorre algo análogo.

29b1 É também possível reduzir todos os silogismos aos silogismos
universais da primeira figura. [Os silogismos] da segunda figura
são certamente completados⁹⁶ com o auxílio destes [últimos],
mas nem todos da mesma forma, ou seja, os silogismos univer-
sais são completados por meio da conversão da proposição
negativa, e cada um dos [silogismos] particulares por uma redu-
5 ção ao absurdo (*reductio ad impossibile*). Os silogismos particu-
lares da primeira figura são realmente completados por si mes-
mos, embora também seja possível demonstrá-los por meio da
segunda figura, se recorrermos à *reductio ad impossibile* – por
exemplo, se A se aplica a todo B, e B a algum C, resulta que A

10 se aplica a algum C, porque se não se aplicasse a nenhum C, mas se aplicasse a todo B, B não se aplicaria a nenhum C, uma vez que disto estamos cientes por meio da segunda figura. A demonstração assumirá forma semelhante também no caso da relação negativa, pois se A não se aplicar a nenhum B, e B se aplicar a algum C, A não se aplicará a algum C, pois se aplicar-se a todo C, mas não se aplicar a nenhum B, B não se aplicará a nenhum C, o que corresponde à forma que descrevemos como figura mediana.⁹⁷ E, assim, visto que os silogismos da figura mediana podem todos ser reduzidos aos silogismos universais da primeira figura, e os silogismos particulares da primeira figura aos silogismos universais da mediana, evidencia-se que os silogismos particulares [da primeira figura] também podem ser reduzidos aos silogismos universais da primeira figura.

20 No que concerne aos silogismos da terceira figura, uma vez que os termos sejam universais, são completados diretamente por meio dos silogismos acima indicados;⁹⁸ mas quando os termos são particulares, são completados mediante os silogismos particulares da primeira figura. Mas estes, como vimos, são reduzíveis aos mencionados acima⁹⁹ e, conseqüentemente, [também] o são os silogismos particulares da terceira figura. Assim, evidencia-se que todos os silogismos são reduzíveis aos silogismos universais da primeira figura.

E com isso temos como explicitado, com referência aos silogismos que demonstram que um predicado simplesmente se aplica ou não se aplica a um sujeito, como os da mesma figura estão relacionados entre si mesmos e como os pertencentes a diferentes figuras estão relacionados entre si.

VII

30 Uma vez que *se aplicar* não é o mesmo que *se aplicar necessariamente* ou *se aplicar contingentemente* (visto que há muitos predicados que se aplicam, mas não *necessariamente*, e outros que nem se aplicam necessariamente nem, com efeito, aplicam-

se pura e simplesmente, mas são contingentemente aplicáveis), fica claro que o silogismo, inclusive, é diferente em cada um desses casos e que os termos não estão relacionados do mesmo modo, um silogismo concluindo a partir daquilo que é necessário, um outro a partir daquilo que é e um terceiro a partir daquilo que é contingente.¹⁰⁰

35 Se as premissas forem apodíticas,¹⁰¹ as condições serão, a grosso modo, as mesmas de quando as premissas são assertóricas.¹⁰² Quando os termos estão relacionados do mesmo modo, então tanto nas proposições assertóricas quanto nas apodíticas – quer sejam afirmativas ou negativas – resultará ou não um silogismo do mesmo modo. A única diferença será os termos terem agregados a si as expressões “se aplica necessariamente” ou 30a1 “não se aplica necessariamente”, pois a premissa negativa se converte da mesma forma e disporemos da mesma explicação¹⁰³ da expressão “estar inteiramente contido em” ou “ser predicado de todo”.¹⁰⁴

5 Assim, em todos os demais casos, a conclusão se revelará como sendo necessária do mesmo modo como num silogismo assertórico,¹⁰⁵ por meio de conversão; contudo, na figura mediana, quando a proposição universal é afirmativa e a particular negativa, e novamente na terceira figura, quando a proposição universal é afirmativa e a particular negativa, a demonstração não assumirá a mesma forma. É preciso tomar exemplos daquela parte de seu sujeito a que cada predicado não se aplica e 10

desta extrair a conclusão, pois de posse desta combinação de termos obteremos uma conclusão necessária. E se a conclusão é necessariamente verdadeira no que diz respeito aos exemplos selecionados, então será necessariamente verdadeira no que diz respeito à parte do termo original, uma vez que essa [parte] é idêntica ao exemplo selecionado. Cada um destes silogismos é construído em sua própria figura.

IX

15 Acontece por vezes obtermos um silogismo apodítico¹⁰⁶ mesmo quando somente uma das premissas – não indiscriminadamente uma ou outra das duas, mas a premissa maior – é apodítica, por exemplo, se A foi tomado como se aplicando necessariamente ou não se aplicando a B, e B como se aplicando simplesmente a C. Se as premissas forem tomadas desta forma, A se aplicará necessariamente (ou não se aplicará) a C, pois visto que A necessariamente se aplica (ou não se aplica) a todo B, e C é algum B, é evidente que A terá também que se aplicar (ou não se aplicar) a C.¹⁰⁷

25 Se, entretanto, a premissa AB não for apodítica, mas BC o for, a conclusão não será apodítica. Se for, terá que resultar necessariamente, tanto pela primeira quanto pela terceira figura, que A se aplica a algum B. Mas isto é falso, pois B pode ser tal que seja possível a A não se aplicar a nenhum B. Ademais, é também evidente, a partir do exame dos termos, que a conclusão não será apodítica. Por exemplo, se supormos que A seja movimento, B animal e C homem. O homem é necessariamente um animal, mas o animal não é necessariamente movido e tampouco o é o homem. Analogamente, se a premissa AB for negativa, uma vez que a demonstração é a mesma.

35 Nos silogismos particulares, se a premissa universal for apodítica, a conclusão também será apodítica; mas se a premissa

particular é que for apodítica, a conclusão não será apodítica, quer a premissa universal seja negativa ou afirmativa. Tomemos primeiramente a premissa universal como apodítica e que A se aplique necessariamente a todo B e B simplesmente se aplique a algum C. Então terá que resultar que A necessariamente se aplica a algum C, pois C se subordina a B e *ex hypothesi* A se aplica necessariamente a todo B. Algo análogo ocorre também se o silogismo for negativo, uma vez que a demonstração será a mesma. Mas se a premissa particular for apodítica, a conclusão não será apodítica, uma vez que não há impossibilidade envolvida – se ela não for verdadeira – tal como não havia nenhuma nos silogismos universais. Algo análogo sucede também no caso das premissas negativas. São exemplos de termos *movimento, animal, branco*.

X

10 Na segunda figura, se a premissa negativa for apodítica, também a conclusão será apodítica, mas não se a premissa afirmativa for apodítica. Começemos por supor que a premissa negativa seja apodítica e suponhamos que seja impossível para A aplicar-se a qualquer B, mas que se aplique simplesmente a C. Conseqüentemente, uma vez que a premissa negativa é convertível, é também impossível para B aplicar-se a qualquer A. A, porém, se aplica a todo C. Por conseguinte, B não pode se aplicar a qualquer C, já que C se subordina a A. O mesmo, igualmente, apresenta validade se a proposição negativa se referir a C, pois se A não pode se aplicar a qualquer C, tampouco pode C aplicar-se a qualquer A. Mas A se aplica a todo B. Portanto, C não pode aplicar-se a qualquer B, com o que obtemos novamente a primeira figura; e, assim, tampouco pode B se aplicar a C, uma vez que a premissa é convertível como antes.

20 Mas se a premissa afirmativa for apodítica, a conclusão não será apodítica. Que A necessariamente se aplique a todo B e que ele meramente não se aplique a nenhum C. Então, pela conversão da proposição negativa, obtemos a primeira figura; e foi demonstrado¹⁰⁸ na primeira figura que, se a premissa maior negativa não for apodítica, tampouco o será a conclusão. Portanto, não será apodítica no exemplo em pauta.

25 Além disso, se a conclusão for apodítica, seguir-se-á que C necessariamente não se aplica a algum A, pois se B necessariamente não se aplica a nenhum C, C necessariamente também não se aplicará a nenhum B. Mas B tem que se aplicar a algum A, isto é, se A, *ex hypothesi*, tem que se aplicar a todo B. Em consequência, C necessariamente não se aplica a algum A. Não há razão que impeça, entretanto, tomar A, de sorte a ser possível aplicar-se a todo C.

Ademais, se tomarmos exemplos de termos, pode-se demonstrar que a conclusão é necessária não absolutamente, mas uma vez dadas certas condições. Por exemplo, que A seja *animal*, B *homem* e C *branco*; e que as premissas sejam consideradas da mesma maneira anterior.¹⁰⁹ Pode-se dizer que *animal* não se aplica a nenhum branco. Então *homem* também não se aplicará a nenhum branco. Mas isso não será assim necessariamente, uma vez que é possível que *um homem branco* venha a existir, embora não enquanto *animal* não se aplica a nenhum branco. Desta maneira, uma vez dadas estas condições, a conclusão será necessária. Mas não será necessária de forma absoluta.

31a1 O mesmo princípio se apresentará no caso dos silogismos particulares. Quando a premissa negativa for universal e apodítica, a conclusão também o será; mas quando a premissa afirmativa for universal, e a negativa particular, a conclusão não será apodítica. Começemos por supor que a premissa negativa é universal e necessária e que é impossível para A se aplicar a qualquer B, mas que A se aplique a algum C. Então, uma vez que a premissa negativa é convertível, também é impossível para B aplicar-se a qualquer A. Mas A se aplica a algum C, e assim B necessariamente não se aplicará a algum C. Suponhamos, desta feita, que a premissa afirmativa seja universal e apodítica e que ela se refira a B. Então, se A necessariamente se aplica a todo B e não se aplica a algum C, evidentemente B não se aplicará a algum C, o que, contudo, não será assim necessariamente. Os termos que o demonstram são os mesmos dos silogismos universais.

15 Tampouco a conclusão será apodítica se a proposição negativa for apodítica e particular, o que é demonstrável mediante os mesmos termos.

XI

20 Na última figura, estando os termos extremos numa relação universal com o [termo] médio, e sendo ambas as premissas afirmativas, se uma proposição ou outra for apodítica, a conclusão também o será. Se, todavia, uma [premissa] for negativa e a outra afirmativa, quando a negativa é apodítica, a conclusão será também apodítica; entretanto, quando a afirmativa é apodítica, a conclusão não o será.

25 Primeiramente, suponhamos que ambas as premissas são afirmativas, que tanto A quanto B se aplicam a todo C e que a premissa AC seja apodítica. Então, uma vez que B se aplica a todo C, C também se aplicará a algum B (devido à convertibilidade entre universal e particular), de modo que se A se aplicar a todo C, e C se aplicar a algum B, A terá que se aplicar também a algum B, visto que B se subordina a C. Assim obtemos a primeira figura. A demonstração será semelhante também se a premissa BC for apodítica, pois por conversão C se aplica a algum A, de maneira que se B necessariamente se aplica a todo C, também se aplicará necessariamente a algum A.

35 Suponhamos agora que [a premissa] AC seja negativa e BC afirmativa, e que a premissa negativa seja apodítica. Então, uma vez que por conversão C se aplica a algum B e A necessariamente não se aplica a nenhum C, A também necessariamente não se aplicará a algum B, posto que B se subordina a C. Mas se a apodítica for a premissa afirmativa, a conclusão não será apodítica. Suponhamos que [a premissa] BC seja afirmativa e apodítica e AC seja negativa e assertórica. Então, considerando-se que a premissa afirmativa é convertível, C necessariamente também se aplicará a algum B, de modo que se A não se aplica a nenhum C e C se aplica necessariamente a algum B, A não se aplicará a algum B. Mas isso não será assim necessariamente, uma vez que ficou demonstrado na primeira figura que se a premissa negativa não for apodítica, tampouco o será a conclusão.

5 Ademais, tal fato pode ser evidenciado tomando-se exemplos de termos. Que A seja *bom*, B *animal* e C *cavalo*. Então é possível que *bom* não se aplique a nenhum cavalo, mas *animal* tem que se aplicar a todo cavalo. Mas não é necessário que algum animal não seja bom, uma vez que é possível que todo animal seja bom. Ou, se isso não for possível, tomemos termos como

10 *desperto* ou *adormecido*, visto que todo animal é receptivo a estes estados.

Assim, indicamos em quais circunstâncias a conclusão será apodítica se os termos extremos estiverem numa relação universal com o médio. Se um termo, porém, se achar numa relação universal e o outro numa particular, sendo ambas as premissas afirmativas – quando a relação universal for apodítica –, a conclusão também será apodítica. A demonstração é a mesma de antes, pois a premissa particular afirmativa é também convertível. Assim, se B tem que se aplicar a todo C e A se subordina a C, B tem que se aplicar a algum A, e se B tem que se aplicar a algum A, A tem também que se aplicar a algum B, uma vez que a premissa é convertível. A situação será análoga, supondo-se que a premissa AC seja apodítica e universal, já que B se subordina a C.

Se, contudo, é a premissa particular que é apodítica, a conclusão não será apodítica. Que [a premissa] BC seja particular e apodítica e que A se aplique a todo C, mas não necessariamente. Então, mediante a conversão de BC, obtemos a primeira figura e a premissa universal não é apodítica, mas a particular o é. Ora, constatamos que toda vez que as premissas se relacionam assim, a conclusão não é apodítica¹¹⁰ e, portanto, tampouco o será no caso em pauta. Além disso, este fato pode ser evidenciado tomando-se exemplos de termos. Suponhamos que A seja *desperto*, B *bípede* e C *animal*. Então, B tem que se aplicar a algum C, e é possível que A se aplique a C; porém, A não se aplica necessariamente a B, pois não é necessário que um bípede particular esteja adormecido ou desperto. Pode-se demonstrá-lo analogamente por meio dos mesmos termos supondo que [a premissa] AC seja particular e apodítica.

Se, entretanto, um dos termos for afirmativo e o outro negativo, sendo a premissa universal negativa e apodítica, a conclusão também será apodítica, pois se é impossível para A aplicar-se a qualquer C, e B se aplicar a algum C, A necessariamente não se aplica a algum B. Mas quando a premissa afirmativa – universal ou particular – ou a premissa particular negativa for apodítica, a conclusão não o será. O resto da demonstração será o mesmo de antes¹¹¹ e os termos serão: [1º] quando a premissa

32a1 universal afirmativa for apodítica – *desperto*, *animal*, *homem* (homem sendo o termo médio); [2º] quando a premissa apodítica afirmativa for particular – *desperto*, *animal*, *branco* (pois *animal* tem que se aplicar a algo branco, mas é possível que *desperto* não se aplique a nenhum branco, e não é necessário que *desperto* não se aplique a algum animal particular); [3º] quando a premissa particular negativa for apodítica – *bípede*, *móvel*, *animal* (animal sendo o termo médio).

XII

Fica evidente, portanto, que, enquanto não há nenhum silogismo assertórico, salvo se ambas as premissas estiverem no modo assertórico, há um silogismo apodítico, mesmo se apenas uma das premissas for apodítica.¹¹² Mas em ambos os casos, sejam os silogismos afirmativos ou negativos, uma das premissas tem que ser semelhante à conclusão (por *semelhante*¹¹³ quero dizer que, se a conclusão é assertórica, a premissa precisa ser assertórica, e se a conclusão é apodítica, a premissa tem que ser apodítica). Por conseguinte, evidencia-se também o seguinte: não será possível que a conclusão seja apodítica ou assertórica, a menos que uma premissa seja tomada como apodítica ou assertórica.

15 No que toca ao tipo apodítico [de silogismo],¹¹⁴ como ele é obtido e de que forma difere do assertórico, discorremos, no geral, o suficiente.

XIII¹¹⁵

Em seguida, nos manifestaremos sobre o tipo problemático (*contingente*)¹¹⁶ quanto a quando e em que sentido e por quais

meios obtemos um silogismo. Chamo de *eventual* e de *contingente* (possível) a coisa que quando – *não sendo necessária* –, ao ser assumida, não acarreta nenhuma impossibilidade (digo *não sendo necessária* porque aplicamos o termo *contingente* homonimamente ao que é necessário). Que este seja o significado da expressão *ser contingente* torna-se evidente se considerarmos as negações e afirmações contraditórias, pois “não é contingente (possível) que se aplique”, “é impossível que se aplique” e “é necessário que não se aplique” ou são idênticas ou resultam umas das outras – e, assim, as suas contraditórias: “é possível que se aplique”, “não é impossível que se aplique” e “não é necessário que não se aplique” [também] ou são idênticas ou resultam umas das outras, porque de todo sujeito é predicado ou a afirmação ou a negação. Aquilo que é possível, portanto, não será necessário, e aquilo que não é necessário será possível.

Segue-se que todas as premissas problemáticas são mutuamente convertíveis. O que quero dizer não é que as afirmativas apresentam convertibilidade com as negativas, mas que todas que possuem forma afirmativa são convertíveis com suas opostas; por exemplo, “ser possível aplicar-se” com “ser possível não aplicar-se”, e “ser possível aplicar-se a todo” com “ser possível aplicar-se a nenhum” ou “não se aplicar a todo”; e “ser possível aplicar-se a algum” com “ser possível não se aplicar a algum”, e analogamente, nos demais casos, pois visto que o possível (contingente) não é necessário e o que não é necessário pode não se aplicar, é evidente que se é possível para A aplicar-se a B, também lhe é possível não se aplicar; e se lhe é possível aplicar-se a todo B, também lhe é possível não se aplicar a todo. Algo análogo também sucede com as afirmações particulares, uma vez que cabe a mesma demonstração. Tais premissas são afirmativas, não negativas, visto que os sentidos de *ser possível* (*ser contingente*) correspondem àqueles de *ser*, como já foi indicado.

Esclarecidas estas distinções, é-nos facultado fazer a observação adicional de que a expressão *ser possível* (*ser contingente*) é empregada em dois sentidos: [1] na indicação do que geralmen-

te acontece, porém carece de necessidade; por exemplo, o fato de um homem tornar-se grisalho, crescer ou deteriorar-se, ou em geral aquilo que é naturalmente aplicável a um sujeito (pois um tal atributo não apresenta necessidade contínua, uma vez que um homem nem sempre existe; contudo, enquanto um homem existir, o atributo se lhe aplicará ou necessariamente ou como regra geral); e [2] na indicação do indeterminado, do que é potencialmente ocorível tanto de uma dada maneira quanto de maneira diversa; por exemplo, o caminhar de um animal ou a ocorrência de um terremoto enquanto ele está caminhando, ou uma ocorrência fortuita em geral, pois não é mais natural que uma tal coisa venha a acontecer de um modo do que do modo oposto. O contingente em cada uma dessas duas acepções, portanto, apresenta convertibilidade com sua premissa oposta – mas não do mesmo modo. O que é naturalmente se converte porque não se aplica necessariamente (uma vez que é neste sentido que é possível a um homem não se tornar grisalho); o indeterminado, entretanto, se converte porque ele ocorre não mais de uma maneira do que de uma outra.¹¹⁷

Não há ciência e *silogismo demonstrativo*¹¹⁸ das proposições indeterminadas porque o termo médio não é estabelecido [ou seja, é incerto]. Mas há ambos no que toca às proposições que são naturalmente aplicáveis e – a nos expressarmos *lato senso* – é com proposições que são possíveis nesta acepção que estão envolvidas todas as discussões e investigações. Pode haver um silogismo daquelas que são possíveis (contingentes) no outro sentido, mas não é usualmente requerido.

Essas distinções serão tratadas mais extensivamente na sequência.¹¹⁹ Nossa preocupação de momento é indicar em quais circunstâncias um silogismo pode ser extraído de premissas problemáticas e qual será o caráter deste silogismo.

Visto que a expressão “ser possível a um termo aplicar-se a um outro” pode ser tomada em dois sentidos distintos, a saber,

ou que é possível que se aplique a um sujeito ao qual o outro termo se aplica, ou que pode se aplicar a um sujeito ao qual o outro termo pode se aplicar (uma vez que a proposição de que A pode ser predicado daquilo de que B é predicado significa uma de duas coisas: ou que pode ser predicado do sujeito do qual B é predicado, ou que pode ser predicado do sujeito do qual B pode ser predicado, e a proposição de que A pode ser predicado do sujeito do qual B é predicado não difere de modo algum da proposição de que A pode se aplicar a todo B), é conspícuo que há dois sentidos nos quais estamos capacitados a dizer que A pode se aplicar a todo B. Começemos, portanto, por indicar qual e de que tipo será o silogismo, se B puder ser predicado do sujeito do qual C pode ser predicado e A puder ser predicado do sujeito do qual B pode ser predicado, posto que neste tipo ambas as premissas são problemáticas. Mas quando A pode ser predicado do sujeito do qual B é predicado, uma premissa é problemática e a outra, assertórica. Princípios, assim, com o tipo cujas premissas são semelhantes do ponto de vista da qualidade, como nos demais exemplos.

XIV

Quando A puder aplicar-se a todo B, e B a todo C haverá um silogismo perfeito por conclusão de que A pode se aplicar a todo C, o que se evidencia a partir da definição, pois dissemos que “ser possível aplicar-se a todo” tem esse significado.¹²⁰ Analogamente, inclusive, se A pode não aplicar-se a nenhum B, e B pode se aplicar a todo C, haverá um silogismo por força de A poder não se aplicar a nenhum C, pois vimos que a proposição de que A não pode ser predicado do sujeito do qual B pode ser predicado significa que nenhuma das possibilidades que se enquadram no termo B é desconsiderada.¹²¹

Quando, entretanto, A pode se aplicar a todo B e B pode não se aplicar a nenhum C, nenhum silogismo é obtido por meio das premissas assim tomadas. Contudo, quando a premissa BC é convertida do ponto de vista da contingência, obtém-se o mesmo silogismo de antes,¹²² pois posto que B pode não se

aplicar a nenhum C, pode também aplicar-se a todo C (o que foi asseverado anteriormente); e, assim, se B pode se aplicar a todo C, e A pode se aplicar a todo B, obtemos o mesmo silogismo novamente. Analogamente também se supormos que o sentido negativo se refere a ambas as premissas conjuntamente com o sentido de contingência. Quero dizer, por exemplo, se A pode não aplicar-se a nenhum B, e B a nenhum C, pois mediante as premissas tomadas desta forma não obtemos nenhum silogismo; contudo, ao convertê-las, teremos de novo o mesmo silogismo de antes. Fica evidente, assim, que se a negativa se refere ao termo menor ou a ambas as premissas, ou não obtemos silogismo algum ou obtemos um silogismo que não é perfeito, uma vez que a necessária conclusão depende da conversão.

Se uma das premissas for tomada como universal e a outra como particular, quando a premissa maior for universal, haverá um silogismo perfeito, pois se A pode se aplicar a todo B, e B a algum C, A pode se aplicar a algum C, o que se evidencia a partir da definição de “ser possível aplicar-se a todo”. Por outro lado, se A pode não aplicar-se a nenhum B, e B pode se aplicar a algum C, segue-se necessariamente que A não pode se aplicar a algum C. A demonstração é a mesma de antes. Mas se a premissa particular for negativa e a universal, afirmativa – estando as premissas na mesma relação anterior – ou seja, se A pode se aplicar a todo B e B não pode se aplicar a algum C, não obtemos um evidente silogismo mediante as premissas assim tomadas; mas quando a premissa particular é convertida, isto é, quando B é tomado como se aplicando possivelmente a algum C, teremos a mesma conclusão de antes, tal como nos primeiros exemplos.¹²³

Se a premissa maior for particular, e a menor universal, sejam ambas tomadas como afirmativas, ou ambas como negativas, ou como dessemelhantes na forma; ou se ambas são tomadas como indefinidas ou particulares – em nenhum destes casos haverá um silogismo, pois nada há que impeça o termo B de apresentar uma extensão mais ampla do que o termo A, de sorte que como predicados abranjam áreas desiguais. Que C represente a diferença de extensão entre B e A: [neste caso não haverá silogismo] pois não é possível que A se aplique a todo, ou não

se aplique a nenhum, ou se aplique a algum ou não se aplique a algum C, quer dizer, se as premissas problemáticas são convertíveis e B pode se aplicar a mais sujeitos do que aqueles aos quais A pode se aplicar. Que se acresça que este fato pode ser mostrado com clareza recorrendo-se a exemplos de termos, pois as premissas estão ligadas desta forma tanto quando o primeiro termo não pode se aplicar a qualquer [termo], quanto quando ele tem que se aplicar ao todo do último [termo]. São exemplos de termos comuns a todos os casos em que o primeiro termo tem que se aplicar ao último, *animal*, *branco*, *homem*; em que ele não pode se aplicar, *animal*, *branco*, *vestimenta*.

Evidencia-se, assim, que quando os termos estão relacionados desta forma, nenhum silogismo é obtido, pois todo silogismo é assertórico, ou apodítico ou problemático. Ora, é evidente não haver nenhum silogismo assertórico ou apodítico neste caso, uma vez que a afirmativa é invalidada pela conclusão negativa e a negativa pela afirmativa. Conseqüentemente, resta a alternativa do silogismo ser problemático – contudo, isso é impossível, já que foi evidenciado que os termos estão relacionados dessa forma tanto quando o primeiro tem que se aplicar a todo, como quando ele não pode se aplicar a nenhum, no que toca ao último. Assim, não pode haver um silogismo problemático, pois vimos que *aquilo que é necessário não é contingente*.¹²⁴

É também evidente que quando os termos nas premissas problemáticas são universais, obtém-se sempre um silogismo na primeira figura, sejam os termos ambos afirmativos ou ambos negativos, considerando-se, contudo, a diferença de que quando são afirmativos o silogismo é perfeito e, quando negativos, este é imperfeito.

O contingente deve ser entendido não por referência ao que é necessário, mas em conformidade com a definição que já apresentamos.¹²⁵ Isso, às vezes, passa despercebido.

25 Se uma das premissas é assertórica e a outra, problemática, quando é a premissa maior que expressa contingência, todos os silogismos serão perfeitos e serão do tipo *contingente*,¹²⁶ de acordo com a definição de contingência que foi apresentada precedentemente;¹²⁷ mas quando é a premissa menor, todos [os silogismos] serão imperfeitos e os que são negativos não serão *contingentes* de acordo com a definição, mas o serão em virtude do predicado não se aplicar necessariamente a qualquer ou a todo no que tange ao sujeito,¹²⁸ pois se não se aplica necessariamente a qualquer ou a todo, dizemos que é possível que não se aplique a nenhum ou que é possível que não se aplique a todo.

Suponhamos, a título de exemplo, que é possível que A se aplica a todo B e que B se aplica a todo C. Então, uma vez que C está subordinado a B, e A pode se aplicar a todo B, evidentemente A pode se aplicar a todo C, do que resulta obtermos um silogismo perfeito. De maneira semelhante, também, se a premissa AB for negativa e BC afirmativa, sendo a primeira problemática e a última assertórica, haverá um silogismo perfeito por conclusão de que A pode não se aplicar a nenhum C.

34a1 Com isso se evidencia que quando a predicação simples (assertórica) se refere ao extremo menor, obtemos silogismos perfeitos; entretanto, a demonstração de que teremos silogismos na disposição oposta exigirá que empreguemos a *reductio ad impossibile*. Ao mesmo tempo, também ficará claro que esses silogismos serão imperfeitos porque a demonstração não será tirada das premissas originalmente assumidas.

5 Temos, em primeiro lugar, que observar que se o ser de B se segue necessariamente do ser de A, a possibilidade de B se seguirá necessariamente da possibilidade de A. Admitindo esta relação entre A e B, suponhamos que A seja possível e B impossível. Então, se o possível (quando lhe é possível ser) pode vir a

10 ser,¹²⁹ o impossível (enquanto impossível) não pode vir a ser; ademais, se A é possível e B, impossível, então é possível para A vir a ser sem B, e se vir a ser, então ser, pois aquilo que veio a ser, ao vir a ser, é.¹³⁰ É mister que entendamos *impossível* e possível¹³¹ não somente no que respeita à geração como também no que tange à afirmação verdadeira e a toda predicação e em todas as outras acepções nas quais o vocábulo *possível* é utilizado, uma vez que o mesmo princípio estará atuante em todos eles. Além disso, não devemos supor que a proposição “se A é, B é” significa que se alguma coisa particular (singular), digamos A, é, B será, pois nada resulta necessariamente do ser de alguma coisa singular. São necessárias ao menos duas, por exemplo, quando as premissas são relacionadas, como dissemos com respeito aos silogismos,¹³² pois se C é predicado de D, e D de E,¹³³ C também tem que ser predicado de E.¹³⁴ Além disso, se cada uma das premissas é possível, também o será a conclusão. Assim, supondo que A representa as premissas e B a conclusão, resultará não apenas que quando A é apodítico, B também é apodítico, mas também que quando A é possível, B é possível.

25 Esta demonstração traz a evidência de que se uma hipótese é falsa,¹³⁵ mas não impossível, o resultado que é alcançado mediante a hipótese será falso, mas não impossível; por exemplo, se A é falso, mas não impossível, e se o ser de B se segue do ser de A, então B será falso, mas não impossível, pois uma vez demonstrado que quando A é, B é, quando A for possível, B também será possível; e uma vez suposto que A é possível, então B

também será possível, pois se for impossível, a mesma coisa será ao mesmo tempo possível e impossível.

35 Uma vez tais pontos esclarecidos, suponhamos que A se aplica a todo B e que B pode se aplicar a todo C. Então segue-se necessariamente que A pode se aplicar a todo C. Mas suponhamos que não possa se aplicar e que B seja considerado como se aplicando a todo C (o que é falso, mas não impossível); se, então, A não pode se aplicar a todo C, mas B se aplica a todo C, A não pode se aplicar a todo B,¹³⁶ com o que obtemos um silogismo por meio da terceira figura. Mas, *ex hypothesi*, A pode se aplicar a todo B, do que se segue necessariamente que A pode se aplicar a todo C, pois ao fazer uma suposição falsa, ainda que não impossível, obtemos uma conclusão impossível.

5 Podemos também indicar a impossibilidade por meio da primeira figura, supondo que B se aplica a C, pois se B se aplica a todo C e A pode se aplicar a todo B, A também pode se aplicar a todo C. Entretanto, foi admitido que [A] não pode se aplicar a todo [C].

10 Precisamos entender a expressão “aplicar-se a todo” não como qualificado no que tange ao tempo, digamos, *agora* ou *em determinado tempo*, mas num modo absoluto, pois é por meio de premissas tomadas neste último modo que construímos nossos silogismos. Caso a premissa seja tomada relativamente ao momento presente, não haverá silogismo, pois é presumível que não haja razão porque num certo momento *homem* não se aplique a tudo que esteja em movimento, quer dizer, se nada mais estivesse então em movimento; mas a expressão *em movimento* pode se aplicar a todos os cavalos e *homem* não pode se aplicar a qualquer cavalo. Tomemos o primeiro termo como *animal*, o médio como *em movimento* e o último como *homem*. Neste caso, as premissas estarão relacionadas do mesmo modo de antes, porém a conclusão é apodítica e não problemática, uma vez que o homem é necessariamente um animal. Com isso fica evidente que a premissa universal tem de ser tomada absolutamente e não com qualificação temporal.

Suponhamos que AB seja uma premissa universal negativa e digamos que A não se aplica a nenhum B e que B pode se aplicar a todo C. Então a consequência necessária dessas suposições é que A pode não se aplicar a nenhum C; conjeturemos que não pode se aplicar [a nenhum C] e tomemos B como se aplicando a todo C, como antes.¹³⁷ Então, segue-se necessariamente que A se aplica a algum B, por força de um silogismo da terceira figura, o que, contudo, é impossível. Conseqüentemente, será possível para A não se aplicar a nenhum C, pois ao fazer uma conjetura falsa, mas não impossível, obtém-se um resultado impossível. E, assim, esse silogismo não fornece uma conclusão que seja *contingente* na acepção definida,¹³⁸ mas demonstra que o predicado não se aplica necessariamente à totalidade do sujeito, o que é a contraditória da conjetura que fizemos, uma vez que foi conjeturado que A necessariamente se aplica a algum C, e o silogismo *per impossibile* demonstra a contraditória oposta à conjetura impossível.

Por outro lado, torna-se evidente, com base no exame dos exemplos de termos, que a conclusão não será problemática. Suponhamos que A seja *corvo*, B *inteligente* e C *homem*. Então A não se aplica a nenhum B, pois não há nada inteligente que seja um corvo. Mas B pode se aplicar a todo C, uma vez que a inteligência é aplicável a todo homem. A, porém, necessariamente não se aplica a nenhum C e, por conseguinte, a conclusão não é problemática. Nem, tampouco, é ela sempre apodítica, se supormos que A é *em movimento*, B *conhecimento* e C *homem*. Neste caso, A não se aplicará a nenhum B, mas B poderá se aplicar a todo C e a conclusão não será apodítica, pois não é necessário que nenhum homem esteja em movimento, pelo contrário, não é necessário que *qualquer* (algum) homem esteja. Assim, fica claro que a conclusão demonstra unicamente que um termo não se predica necessariamente de um outro termo considerado universalmente. Entretanto, os termos devem ser melhor eleitos.

Se, contudo, a premissa negativa referir-se ao extremo menor e possuir significação problemática, não haverá silogismo a partir das premissas efetivas assumidas; mas quando a premissa

problemática for convertida, haverá um silogismo, tal como nos exemplos anteriores.¹³⁹ Que A se aplique a todo B e que B possa não se aplicar a nenhum C. Então, com os termos nesta relação não haverá inferência necessária, mas se a premissa BC for convertida e B for tomado como possivelmente se aplicando a todo C, obteremos um silogismo como anteriormente,¹⁴⁰ visto obedecerem os termos a semelhante disposição. O mesmo será verdadeiro quando ambas as proposições forem negativas, caso AB seja assertórica e negativa e BC indicar a possibilidade de não se aplicar a nenhum termo universal; mediante as suposições tal como se apresentam não logramos, de modo algum, uma inferência necessária. Mas quando a premissa problemática for convertida, haverá um silogismo. Que se suponha que A não se aplica a nenhum C e que B pode não se aplicar a nenhum C. Nenhuma inferência necessária resultará dessas suposições. Mas se for suposto que B pode se aplicar a todo C, o que é verdadeiro, a premissa AB permanecendo idêntica, obteremos o mesmo silogismo mais uma vez.¹⁴¹ Mas se for suposto não que B pode não se aplicar a nenhum C, mas que B não se aplica a qualquer (algum) C, não haverá silogismo em qualquer caso, seja a premissa AB negativa ou afirmativa. Termos que são comuns a ambos os casos e que revelam uma relação apodítica afirmativa do predicado com o sujeito são *branco, animal, neve*; os que revelam uma relação apodítica negativa, *branco, animal, resina*.

Assim, evidencia-se que, se os termos são universais e uma premissa é assertórica e a outra é problemática, sendo a premissa menor problemática, o resultado é sempre um silogismo, às vezes partindo das suposições originais e outras segundo a conversão de dita premissa. Explicamos em quais condições ocorre cada um desses casos e por qual razão.

Se, entretanto, uma das proposições é universal e a outra é particular, sendo a premissa maior universal e problemática (negativa ou afirmativa) e a premissa particular, afirmativa e assertórica, haverá um silogismo perfeito, tal como quando os termos eram universais. A demonstração é a mesma de antes.¹⁴²

35b1 Mas quando a premissa maior for universal, porém assertórica e não problemática, sendo a outra particular e problemática, se ambas as premissas forem negativas ou ambas afirmativas, ou uma negativa e a outra afirmativa, em todas as situações haverá um silogismo imperfeito. Mas a demonstração será tanto pelo absurdo (*reductio ad impossibile*) quanto pela conversão da premissa problemática, como nos exemplos anteriores.

5 Teremos também um silogismo por meio de conversão quando a premissa maior universal detiver um sentido assertórico afirmativo ou negativo e a premissa particular for negativa e detiver um sentido problemático; por exemplo, se A se aplicar ou não se aplicar a todo B e B puder não se aplicar a algum C, quando BC for convertida obteremos um silogismo problemático. Mas quando a premissa particular for assertórica e negativa, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *branco, animal, neve*; nos quais não se aplica, *branco, animal, resina*. A demonstração deve ser extraída do caráter indefinido da premissa particular.¹⁴³

10 Mas se a premissa universal se referir ao extremo menor e a particular ao maior, sendo uma ou outra das premissas negativa ou afirmativa, problemática ou assertórica, em caso algum haverá um silogismo. Também quando as premissas são particulares ou indefinidas, impondo ambas uma relação problemática ou uma relação assertórica, ou uma a primeira e a outra a última – nestas condições também não haverá silogismo, sendo a prova a mesma dos exemplos anteriores.¹⁴⁴ Termos comuns a todos os casos nos quais o predicado necessariamente se aplica ao sujeito são *animal, branco, homem*; nos quais não pode possivelmente se aplicar, *animal, branco, vestimenta*.

20 Com isso fica evidente que quando a premissa maior é universal, resulta sempre um silogismo, ao passo que quando a menor é universal jamais há silogismo de qualquer tipo.

25 Quando uma das premissas apresentar um sentido apodítico e a outra um sentido problemático, haverá um silogismo se os termos estiverem relacionados do mesmo modo anterior,¹⁴⁵ e será perfeito quando a premissa apodítica estiver ligada ao termo menor. Se os termos forem afirmativos, sejam universais ou não, a conclusão será problemática, não assertórica; se uma premissa for afirmativa e a outra negativa, sendo a afirmativa apodítica, a conclusão será problemática e não assertórica negativa; e sendo a negativa apodítica, haverá tanto uma conclusão problemática quanto uma conclusão assertórica negativa, sejam os termos universais ou não. O sentido de contingência presente na conclusão deve ser entendido do mesmo modo de antes.¹⁴⁶ Não haverá inferência alguma devido ao predicado necessariamente não se aplicar ao sujeito, pois “não necessariamente se aplicar” não é idêntico a “necessariamente não se aplicar”.

30 Ora, é evidente que, quando os termos são afirmativos, a conclusão obtida não é apodítica. Suponhamos que A tem que se aplicar a todo B, e B pode se aplicar a todo C. Então haverá um silogismo imperfeito por força de A poder se aplicar a todo C; que se trata de um silogismo imperfeito ressalta claro da demonstração, uma vez que esta se constituirá da mesma maneira que antes.¹⁴⁷ Suponhamos agora que A pode se aplicar a todo B e que B tem que se aplicar a todo C. Então haverá um silogismo por força de A poder se aplicar a todo C, e não por ele efetivamente se aplicar. E o silogismo será perfeito, não imperfeito, uma vez que é completado diretamente mediante as premissas originais.

36a1 Se as premissas não forem semelhantes quanto à qualidade, comecemos por tomar a premissa negativa como apodítica; suponhamos que seja impossível para A aplicar-se a qualquer B e suponhamos que B pode aplicar-se a todo C. Então se segue necessariamente que A não se aplica a nenhum C. Mas imaginemos que se aplica a todo ou a algum C. Ora, foi suposto que não pode se aplicar a qualquer B. Então, considerando-se que a premissa negativa é convertível, tampouco pode B se aplicar a

15 qualquer A. Mas foi suposto que A se aplica a todo ou a algum C. Conseqüentemente, B não pode se aplicar a qualquer C ou a todo C. Mas foi suposto originalmente que lhe é possível aplicar a todo.

20 É evidente que podemos ter um silogismo do tipo problemático negativo, uma vez que dispomos também de um silogismo do tipo assertórico negativo. Que a premissa afirmativa seja agora apodítica e suponhamos que A pode não se aplicar a nenhum B e que B tem que se aplicar a todo C. Então o silogismo será perfeito, embora não venha a ser do tipo assertórico negativo, mas do problemático negativo, visto que a premissa que se liga ao termo maior foi suposta nesse sentido; e estamos impossibilitados de utilizar a *reductio ad impossibile*, pois supondo que A se aplica a algum C, enquanto se supõe ainda que A pode não se aplicar a nenhum B, nenhuma conclusão impossível é obtida por meio dessas suposições. Se, contudo, a negativa estiver ligada ao termo menor, sendo o sentido problemático, 25 haverá um silogismo por conversão, tal como nos exemplos anteriores; porém, quando o sentido não é problemático, não haverá silogismo, como tampouco haverá um quando ambas as premissas forem tomadas como negativas e a menor não for problemática. Os termos permanecem os mesmos de antes: naqueles nos quais o predicado se aplica ao sujeito, *branco, animal, neve*; naqueles em que [o predicado] não se aplica [ao sujeito], *branco, animal, resina*.

35 O mesmo vale para os silogismos particulares. Quando a premissa negativa é apodítica, a conclusão também será do tipo assertórico negativo. Exemplo: se A não pode se aplicar a qualquer B e B pode se aplicar a algum C, segue-se necessariamente que A não se aplica a algum C, pois se A se aplicar a todo C e não puder se aplicar a qualquer B, B também não poderá aplicar-se a qualquer A, e, assim, se A se aplica a todo C, B não pode aplicar-se a qualquer C. Mas foi suposto que ele pode se aplicar a algum C.

36b1 Quando a premissa afirmativa particular (nomeadamente BC) no silogismo negativo ou a premissa universal (nomeadamente AB) no silogismo afirmativo é apodítica, a conclusão não será assertórica, o que é demonstrado da mesma maneira anterior.¹⁴⁸

5 Se a premissa universal, seja afirmativa ou negativa, é problemática e se relaciona com a menor, ao passo que a premissa particular é apodítica e se relaciona ao termo maior, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais o predicado necessariamente se aplica são *animal, branco, homem*; nos quais o predicado não pode se aplicar,¹⁴⁹ *animal, branco, vestimenta*. Quando a premissa universal é apodítica e a particular problemática, se a universal for negativa, os exemplos de termos nos quais o predicado se aplica ao sujeito serão *animal, branco, corvo*, e nos quais ele não se aplica, *animal, branco, resina*; se for afirmativa, os exemplos de termos nos quais o predicado se aplica são *animal, branco, cisne*, e nos quais não pode se aplicar, *animal, branco, neve*.

15 Tampouco haverá um silogismo quando as premissas são tomadas como indefinidas ou ambas como particulares. Exemplos de termos comuns a todos os casos nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *animal, branco, homem*; nos quais não se aplica ao sujeito, *animal, branco, inanimado*. Com efeito, a relação de animal com algum branco e do branco com algum inanimado é simultaneamente necessária afirmativa e necessária negativa. O mesmo ocorre se a relação for problemática, de forma que os termos são válidos para todos os casos.

20 Evidencia-se, portanto, com base na análise que acabamos de efetuar que um silogismo resulta ou não de uma relação semelhante dos termos em proposições assertóricas e em apodíticas, com a qualificação de que, como vimos, se a premissa negativa for tomada como assertórica, a conclusão será problemática, enquanto se a premissa negativa for tomada como apodítica, a conclusão será tanto problemática quanto negativa assertórica. {É também evidente que todos os silogismos são imperfeitos, sendo completados por meio das figuras já mencionadas.}¹⁵⁰

30 Na segunda figura, quando ambas as premissas são problemáticas, não haverá silogismo algum, seja afirmativo ou negativo, universal ou particular; mas quando uma premissa tem um sentido assertórico e a outra um sentido problemático, caso seja a premissa afirmativa que possui o sentido assertórico, jamais haverá um silogismo; mas se for a premissa universal negativa, sempre haverá um. O mesmo vale quando uma das premissas é assumida como apodíctica e a outra como problemática. É preciso compreender o sentido de *contingência* nas conclusões destes casos do mesmo modo que antes.¹⁵¹

35 Devemos começar mostrando que não existe conversão da premissa problemática negativa. Por exemplo, que se A pode não se aplicar a nenhum B, não se segue necessariamente que B pode não se aplicar a nenhum A. Que isso seja suposto, ou seja, imaginemos que B pode não se aplicar a nenhum A. Então, uma vez que afirmações no sentido problemático têm convertibilidade com suas negações – sejam contrárias ou opostas¹⁵² –, e uma vez
37a1 que B pode não se aplicar a nenhum A, é evidente que B pode também aplicar-se a todo A. Isto é, contudo, falso, pois não se segue necessariamente que se um termo pode se aplicar à totalidade de um outro, este último pode também se aplicar à totalidade do primeiro. Portanto, a proposição [problemática] negativa não é convertível.

5 Por outro lado, não há razão porque A não devesse possivelmente se aplicar a nenhum B, ainda que B necessariamente não se aplique a algum A. Por exemplo, *branco* pode não se aplicar a algum homem (pois pode também aplicar-se a todo homem), mas não é exato dizer que *homem* pode não se aplicar a nada que seja branco, uma vez que *homem* necessariamente não se aplica à multiplicidade de coisas brancas e, conforme vimos,¹⁵³ o necessário não é contingente.

10 Ademais, não se pode demonstrar ser este tipo de proposição convertível mediante a redução ao absurdo, por exemplo, se fosse para ser afirmado que uma vez falso que B possa não se aplicar a nenhum A, é verdadeiro que não pode se aplicar a nenhum A, visto ser esta última proposição o contraditório da primeira; e se assim é, é verdadeiro que B tem que se aplicar a algum A; portanto, A tem também que se aplicar a algum B. Mas isto é impossível. O raciocínio é inadmissível porque não se segue que se B não pode se aplicar a nenhum A, terá que se aplicar a algum [A], pois há dois sentidos nos quais dizemos que
15 não é possível para um predicado aplicar-se a nada de um sujeito, a saber, [1] se necessariamente se aplica a algum e [2] se necessariamente não se aplica a algum. Pois não é verdadeiro dizer que aquilo que necessariamente não se aplica a alguns As pode não se aplicar a todo A mais do que é verdadeiro que aquilo que necessariamente se aplica a algum pode se aplicar a todo. Assim, se fosse afirmado que desde que não é possível que
20 C se aplique a todo D, ele necessariamente não se aplica a algum [D], a suposição seria falsa, pois ele realmente se aplica a todo [D], mas porque em alguns casos ele se aplica necessariamente – por esta razão dizemos que não lhe é possível aplicar-se a todo [D]. Assim, à proposição “A pode aplicar-se a todo B” se opõe não somente “A não tem que se aplicar a algum B”, como também “A tem que se aplicar a algum B”; analogamente no
25 caso da proposição “A pode não se aplicar a nenhum B”.

Assim, fica claro que temos que considerar como oposto àquilo que é possível (*contingente*) ou não possível (*não contingente*), na acepção originalmente definida por nós,¹⁵⁴ não somente aquilo que necessariamente se aplica a algum, como também aquilo que necessariamente não se aplica a algum. Se o fizermos, não se seguirá nenhuma conclusão impossível [no exemplo precedente] e, conseqüentemente, não surgirá nenhum silogismo. Assim, fica evidente, pelo que foi dito, que a premissa
30 [problemática] negativa não é convertível.

Uma vez isso demonstrado, suponhamos que A pode não se aplicar a nenhum B, mas pode se aplicar a todo C. Então não haverá silogismo por meio de conversão porque já foi observado

35 que tal premissa¹⁵⁵ não é convertível. Nem tampouco haverá um silogismo por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*), pois se for suposto que B pode se aplicar a todo C, não resultará nenhuma falsidade, porque A poderia aplicar-se tanto a todo C quanto não aplicar-se a nenhum C. De uma maneira geral, se houver um silogismo com essas premissas, decerto será problemático, uma vez que nem uma nem outra das premissas é tomada num sentido assertórico; ademais, tal silogismo será ou afirmativo ou negativo. Entretanto, nenhuma das alternativas é 37b1 admissível, pois se supormos que é afirmativa, poderá ser demonstrado, por exemplos de termos, que o predicado não se aplica ao sujeito, e se a supormos negativa, que a conclusão não é problemática, mas apodítica. Que A seja *branco*, B *homem* e C *cavalo*. Então A, isto é, branco, pode predicar-se de todo C e 5 não se predicar de nenhum B; mas não é possível que B se aplique ou não se aplique a C. Que não seja possível que se aplique é evidente, pois nenhum cavalo é um homem. Mas tampouco é possível que não se aplique, pois é necessário que nenhum cavalo seja um homem, e o necessário, como vimos, não é possível (contingente). Conseqüentemente, não resulta nenhum silogismo. 10

Haverá uma demonstração semelhante se a negativa for, ao contrário, tomada com a outra premissa, ou se ambas as premissas forem tomadas como afirmativas ou como negativas, uma vez que a demonstração será extraída dos mesmos termos. Vale o mesmo quando uma premissa é universal, e a outra particular, 15 ou quando ambas são particulares ou indefinidas, ou em qualquer outra possível combinação das premissas, visto que a demonstração será sempre retirada dos mesmos termos. Assim, é evidente que, se ambas as premissas forem tomadas como problemáticas, nenhum silogismo resultará.

XVIII

20 Se, contudo, uma premissa tem um sentido assertórico, e a outra um sentido problemático, quando a afirmativa é assumida como assertórica, e a negativa como problemática, nunca haverá um silogismo, sejam os termos tomados como universais ou como particulares. A demonstração será a mesma anterior e

25 extraída dos mesmos termos. Mas, quando a afirmativa é problemática e a negativa, assertórica, haverá um silogismo. Que se suponha que A não se aplica a nenhum B, porém pode aplicar-se a todo C. Neste caso, se a premissa negativa for convertida, B não se aplicará a nenhum A. Mas foi suposto que A pode se aplicar a todo C. Portanto, é produzido um silogismo por meio da primeira figura,¹⁵⁶ a concluir que B pode não se aplicar a nenhum C. Ocorre algo análogo se a negativa for vinculada a C.

30 Se ambas as premissas forem negativas, detendo uma sentido assertórico negativo e a outra, sentido problemático negativo, não resultará nenhuma conclusão necessária com base nas suposições tais como são; mas, com a conversão da premissa problemática, um silogismo será produzido por força de B poder não se aplicar a nenhum C, como no exemplo anterior, pois 35 mais um vez teremos a primeira figura. Se, entretanto, ambas as premissas forem tomadas como afirmativas, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *saúde*, *animal*, *homem*; nos quais não se aplica, *saúde*, *cavalo*, *homem*.

O mesmo valerá no caso dos silogismos particulares. Quando 38a1 é a proposição afirmativa que é assertórica, quer seja tomada como universal ou como particular, não haverá silogismo, o que pode ser demonstrado pelo mesmo método e pelos mesmos termos de antes. Mas quando é a negativa que é assertórica, haverá um silogismo por conversão, como nos exemplos anteriores. Por outro lado, se ambas as proposições forem tomadas 5 como negativas e a assertórica negativa for universal, nenhuma conclusão necessária se produzirá a partir das premissas tais como são; mas quando a proposição problemática for convertida, haverá um silogismo como antes.

10 Se a proposição negativa for assertórica e tomada como particular, não haverá silogismo, quer a outra premissa seja afirmativa ou negativa; tampouco haverá um silogismo quando ambas são tomadas como indefinidas, sejam afirmativas ou negativas, ou como particulares. A demonstração é a mesma e produzida pelos mesmos termos.

Se uma premissa for apodítica e a outra apresentar um sentido problemático, se for a premissa negativa a apodítica, haverá um silogismo, não apenas por efeito do predicado poder não se aplicar ao sujeito, como também por não se aplicar; mas se for a premissa afirmativa, não haverá silogismo. Suponhamos que A necessariamente não se aplica a nenhum B, mas pode aplicar-se a todo C. Então, pela conversão da premissa negativa, B também não se aplicará a nenhum A e foi suposto que A pode se aplicar a todo C. Assim, novamente, mediante a primeira figura, um silogismo é produzido por força de B poder não se aplicar a nenhum C. Ademais, é também evidente que B não se aplica a qualquer C. Imaginemos [ao contrário] que se aplicasse. Então se A não pode se aplicar a qualquer B, e B se aplica a algum C, A não pode se aplicar a algum C. Mas, *ex hypothesi*, ele pode se aplicar a todo.

A demonstração pode igualmente ser produzida da mesma forma supondo que a negativa seja vinculada a C.

Por outro lado, que a proposição afirmativa seja apodítica e a outra, problemática: que A possa não se aplicar a nenhum B e necessariamente se aplicar a todo C. Então, quando os termos se acharem nesta relação, não haverá silogismo, pois pode ocorrer que B necessariamente não se aplique a C. Por exemplo, que A seja *branco*, B *homem* e C *cisne*. Então, *branco* se aplica necessariamente a *cisne*, mas pode não se aplicar a nenhum *homem*; e *homem* necessariamente não se aplica a nenhum *cisne*. Assim, fica evidente que não há silogismo do tipo problemático, uma vez que vimos que o necessário não é possível (contingente).¹⁵⁷

Tampouco haverá um silogismo apodítico porque vimos que uma conclusão apodítica [somente] é produzida quando ambas as premissas são apodíticas ou quando a premissa negativa é apodítica.¹⁵⁸ Também é possível se os termos forem tomados dessa maneira, com B se aplicando a C, pois não há razão para que C não se subordine a B de tal modo que A possa se aplicar a todo B, mas tem que se aplicar a todo C; por exemplo, se C fosse *desperto*, B *animal* e A *movimento*, pois aquilo que está

38b1 desperto tem que ter movimento e todo animal pode ter movimento e toda coisa desperta é um animal. Portanto, fica evidente que não há conclusão assertórica negativa tampouco, uma vez que, segundo este arranjo dos termos, a conclusão é assertórica e afirmativa. Nem tampouco existe uma conclusão que assume a forma de qualquer uma das proposições opostas. Conseqüentemente, não haverá silogismo.

5 Haverá uma demonstração semelhante se a premissa afirmativa ocupar a outra posição.

Se as premissas forem semelhantes na qualidade, quando são negativas, um silogismo será sempre produzido a partir da conversão da premissa problemática, tal como anteriormente. Vamos supor que A necessariamente não se aplica a B e pode não aplicar-se a C. Então na conversão das premissas, B não se aplica a nenhum A e A pode se aplicar a todo C, com o que resulta a terceira figura. De maneira semelhante, também, se a proposição negativa se vincular a C.

Se, entretanto, as premissas forem tomadas como afirmativas, não haverá silogismo. É evidente que não haverá nenhum do tipo assertórico negativo ou do apodítico negativo, uma vez que nenhuma premissa negativa foi assumida, quer no sentido assertórico, quer no apodítico. Além disso, não haverá nenhum do tipo problemático negativo, pois com os termos desta relação B necessariamente não se aplicará a C; por exemplo, se tomar-se A como sendo *branco*, B *cisne* e C *homem*. Tampouco podemos concluir qualquer das afirmações opostas, porque mostramos que B necessariamente não se aplica a C. Conseqüentemente, não resultará, de modo algum, um silogismo.

25 O mesmo também vale no caso dos silogismos particulares. Quando a proposição negativa for universal e apodítica, resultará sempre um silogismo produzindo tanto uma conclusão problemática quanto uma assertórica negativa, a demonstração procedendo por conversão. Mas quando a proposição afirmativa for universal e apodítica, jamais haverá um silogismo. A demonstração será produzida tal como nos silogismos universais e mediante os mesmos termos.¹⁵⁹

30 Tampouco haverá um silogismo quando ambas as premissas são tomadas como afirmativas. A demonstração disto também é a mesma anterior.¹⁶⁰

35 Quando, todavia, ambas as premissas são negativas e a que possui o sentido não atributivo é universal e apodítica, embora não haja necessária conclusão das suposições tais como se apresentam, quando a premissa problemática for convertida haverá um silogismo como antes.

Se, entretanto, ambas as premissas forem assumidas como indefinidas ou particulares, não haverá silogismo. A demonstração é a mesma de antes e produzida pelos mesmos termos.¹⁶¹

Evidencia-se, assim, com fundamento na análise precedente, [1] que quando a premissa universal negativa é tomada como apodítica, resulta sempre um silogismo, produzindo não apenas uma conclusão do tipo problemático negativo, como também uma [conclusão] do tipo assertórico negativo¹⁶² – mas quando a premissa universal afirmativa é assim tomada, nunca resulta um silogismo; [2] que resulta um silogismo ou não resulta do mesmo arranjo de termos nas proposições apodíticas e nas assertóricas. É igualmente óbvio que todos esses silogismos são imperfeitos e que são tornados perfeitos por meio das figuras já indicadas.¹⁶³

XX

5 Na última figura, sendo ambas as premissas problemáticas e, também, sendo apenas uma problemática, haverá um silogismo. Quando ambas as premissas encerram um sentido problemático, a conclusão também será problemática, e o mesmo quando uma premissa é problemática e a outra assertórica. Se, entretanto, a outra premissa for apodítica, caso seja afirmativa, a conclusão não será nem apodítica nem assertórica; porém, caso seja negativa, haverá uma conclusão assertórica negativa, tal como antes.¹⁶⁴ Nesses silogismos, igualmente, o sentido de contingência

presente nas conclusões deve ser entendido do mesmo modo anterior.¹⁶⁵

15 Principiemos, assim, por supor que as premissas são problemáticas e que tanto A quanto B possivelmente se aplicam a todo C. Então, uma vez que a proposição afirmativa é convertível como particular, e uma vez que B pode se aplicar a todo C, C pode também se aplicar a algum B. Assim, se A pode se aplicar a todo C e C a algum B, A também pode se aplicar a algum B, com o que obtemos a primeira figura. E se A pode não se aplicar a nenhum C, e B pode se aplicar a todo C, segue-se necessariamente que A pode não se aplicar a algum B, pois novamente teremos a primeira figura mediante a conversão. Mas supondo que ambas as premissas são tomadas como negativas, não haverá necessária conclusão a partir das suposições tais como se apresentam, mas, uma vez convertidas as premissas, haverá um silogismo, como anteriormente, pois se tanto A quanto B podem não se aplicar a C, se substituirmos em cada caso pela expressão “pode se aplicar”¹⁶⁶ teremos novamente a primeira figura por conversão.

30 Se um dos termos for universal e o outro particular, haverá ou não um silogismo mediante o mesmo arranjo dos termos como nos silogismos assertóricos. Que se suponha que A pode se aplicar a todo C, e B a algum C. Então, pela conversão da premissa particular teremos novamente a primeira figura, pois se A pode se aplicar a todo C, e C a algum B, então A pode se aplicar a algum B. O mesmo se mostrará verdadeiro se a proposição universal se relacionar à premissa BC. Analogamente também, se a premissa AC for negativa e BC afirmativa, pois a conversão nos proporcionará novamente a primeira figura.

35 Se ambas as premissas forem supostas como negativas, uma universal e a outra particular, não haverá conclusão alguma a partir das suposições tais como se apresentam, mas mediante a conversão delas teremos um silogismo como antes.

Quando, todavia, ambas as premissas são tomadas como indefinidas ou particulares, não haverá silogismo, uma vez que A se aplica necessariamente tanto a todo B quanto não se aplica a

nenhum B. Termos que ilustram isso e nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *animal*, *homem*, *branco*; nos quais não se aplica, *cavalo*, *homem*, *branco*. Branco é o termo médio.

XXI

Se uma das premissas encerrar um sentido assertórico e a outra um sentido problemático, a conclusão será problemática, não assertórica, e surgirá um silogismo a partir do mesmo arranjo de termos dos exemplos anteriores.¹⁶⁷ Começemos supondo os termos afirmativos. Que A se aplique a todo C e B possivelmente aplique-se a todo C. Então a conversão da premissa BC nos proporcionará a primeira figura e a conclusão de que A pode se aplicar a algum B, já que vimos que quando uma das premissas na primeira figura apresenta um sentido problemático, a conclusão também é problemática.¹⁶⁸ Semelhantemente, também, se [a premissa] BC for assertórica e AC problemática; ou se AC for negativa e BC afirmativa, e uma ou outra for assertórica: em ambos os casos a conclusão será problemática, pois mais uma vez obtemos a primeira figura, e foi mostrado que nela, quando uma das premissas encerrar sentido problemático, a conclusão será também problemática. Se, entretanto, a proposição problemática negativa estiver ligada ao termo menor, ou se ambas as proposições forem tomadas como negativas, não surgirá silogismo algum a partir das suposições tais como se apresentam; mas, mediante a conversão delas, surgirá um silogismo como antes.

Se uma das premissas for universal e a outra, particular – quando ambas são afirmativas ou quando a universal é negativa e a particular, afirmativa – os silogismos serão produzidos da mesma maneira, pois todas as conclusões são alcançadas por meio da primeira figura. Conseqüentemente, fica claro que a conclusão será problemática, não assertórica. Se, porém, a premissa afirmativa for universal e a negativa, particular, a demonstração será via absurdo (*reductio ad impossibile*). Que B se aplique a todo C e que A possivelmente não se aplique a algum C. Então se segue necessariamente que A pode não se aplicar a

algum B, pois se A se aplicar necessariamente a todo B, e ainda supormos que B se aplica a todo C, A se aplicará necessariamente a todo C, como já foi demonstrado.¹⁶⁹ Mas foi suposto que ele pode não se aplicar a algum [C].

Quando ambas as premissas são tomadas como indefinidas ou particulares, não haverá silogismo. A demonstração é idêntica à do caso dos silogismos universais, e é obtida mediante os mesmos termos.

XXII

Se uma das premissas for apodítica, e a outra problemática, sendo os termos afirmativos, a conclusão será sempre problemática; mas sendo um termo afirmativo e o outro negativo, se a proposição afirmativa for apodítica, a conclusão será negativa e problemática; se a proposição negativa for apodítica, a conclusão será problemática negativa e assertórica negativa – não haverá nenhuma conclusão apodítica negativa, tal como não houve nenhuma nas demais figuras.

Assim, iniciemos por supor que os termos são afirmativos e que A se aplique necessariamente a todo C, e B possivelmente se aplique a todo C. Então, visto que A tem que se aplicar a todo C, e C pode se aplicar a algum B, A também se aplicará (num sentido problemático e não assertórico) a algum B, considerando-se que vimos que tal é a conseqüência na primeira figura.¹⁷⁰ A demonstração será também semelhante, se a premissa BC for suposta como apodítica e AC como problemática.

Na seqüência, que uma proposição seja afirmativa, e a outra negativa, a afirmativa sendo apodítica; e que A possivelmente não se aplique a nenhum C, e B necessariamente se aplique a todo C. Então, teremos mais uma vez a primeira figura e a premissa negativa terá o sentido problemático. Assim, evidenciar-se-á que a conclusão será problemática, uma vez que vimos que, quando as premissas estão nessa relação na primeira figura, a conclusão também é problemática.¹⁷¹

25 Se, entretanto, a premissa negativa for apodítica, não haverá
meramente uma conclusão problemática particular negativa,
mas uma conclusão assertórica particular negativa, pois supo-
nhamos que A necessariamente não se aplica a C e que B pode
se aplicar a todo C. Então, a conversão da premissa BC afirma-
30 ca. Vimos, porém, que quando as premissas se acham nessa
relação não se conclui apenas que A pode não se aplicar, mas
que A não se aplica a algum C. E, portanto, também se conclui
necessariamente que A não se aplica a algum B. Quando, po-
rém, a proposição negativa se referir ao termo menor, se for
problemática haverá um silogismo após a substituição da pre-
missa [afirmativa correspondente], tal como antes. Mas se a
35 proposição for apodítica, não haverá silogismo, uma vez que A
tanto se aplica necessariamente a todo B quanto necessariamen-
te não se aplica a nenhum. Termos que ilustram a primeira rela-
ção são *sono, cavalo adormecido, homem*; que ilustram a últi-
ma, *sono, cavalo desperto, homem*.

O mesmo princípio valerá também se um dos termos [extre-
mos] se encontrar numa relação universal e o outro numa rela-
40b1 ção particular com o termo médio. Se ambas as proposições
forem afirmativas, a conclusão será problemática e não assertó-
rica, inclusive quando uma for tomada como negativa e a outra
como afirmativa, a última sendo apodítica. Quando, entretanto,
a proposição negativa for apodítica, a conclusão será negativa e
5 assertórica, pois a demonstração assumirá a mesma forma, não
importando se os termos são universais ou não, porque os silo-
gismos têm que ser completados por meio da primeira figura, de
modo que o resultado tem que ser o mesmo nestes, bem como
nos exemplos anteriores.¹⁷² Quando, contudo, a proposição
negativa, tomada como universal, se referir ao termo menor, se
10 for problemática, haverá um silogismo por conversão; mas se for
apodítica, não haverá silogismo. A demonstração será produzida
tal como no caso dos silogismos universais e mediante os mes-
mos termos.

Evidencia-se também nessa figura quando e em quais cir-
cunstâncias haverá um silogismo quando este será problemático,
e quando será assertórico. Evidencia-se, ademais, que os silo-

15 gismos são todos imperfeitos e que são tornados perfeitos por
meio da primeira figura.

XXIII

Fica claro, portanto, com base na análise precedente, que os
silogismos nessa figura são completados mediante os silogismos
20 universais na primeira figura e que são reduzíveis a eles. Isto vale
para todo silogismo, sem exceção, como terá se evidenciado,
uma vez demonstrado que todo silogismo é produzido por meio
de uma dessas figuras.

Ora, toda demonstração e todo silogismo devem provar que
algum atributo se aplica ou não se aplica a algum sujeito, e isso
universalmente ou num sentido particular e, ademais, de modo
25 ostensivo ou hipotético. Uma modalidade de demonstração
hipotética é aquela por redução ao absurdo (*reductio ad impos-
sibile*). [Mas] ocupemo-nos inicialmente das demonstrações
ostensivas, pois, uma vez expostas as condições que as regulam,
as coisas também se esclarecerão, no que diz respeito às de-
monstrações por *reductio ad impossibile* e demonstrações hipo-
téticas em geral.

30 Na conjectura, portanto, de que se requer fazer uma inferência
que o predicado A se aplica ou não ao sujeito B, temos que
supor alguma predicação de algum sujeito. Ora, se supormos
que A é predicado de B, teremos uma petição de princípio; se
supormos que A é predicado de C, mas C é predicado de nada
e nenhum outro termo é predicado de C, e nada mais é predi-
35 cado de A, não haverá silogismo, visto que nenhuma conclusão
necessária se segue da suposição de que um termo é predicado
de um outro termo. Por conseguinte, temos também que supor
uma outra premissa.

Ora, se supormos que A é predicado de um outro termo, ou
um outro termo de A, ou algum outro termo de C, nada haverá
que obste um silogismo, mas se este proceder dessas suposições
não apresentará referência a B. Analogamente, quando C é
ligado a um outro termo, e este a um outro, e este último ainda
41a1 a um outro, e a série não é ligada a B, também neste caso não
teremos nenhum silogismo com referência a B, uma vez que
estabelecemos o princípio geral de que jamais teremos qualquer
silogismo demonstrando que um termo é predicado de um outro,

5 a menos que se suponha algum termo médio que esteja de alguma forma relacionado por predicação a cada um dos outros dois [termos],¹⁷³ já que o silogismo em geral procede de premissas, e o silogismo que se relaciona com um dado termo procede de premissas que se relacionam com esse termo, e o silogismo que demonstra a relação de um termo com um outro é obtido por meio de premissas que estabelecem a relação de um com o outro. Mas é impossível obter uma premissa relacionada a B, se não afirmamos nem negamos alguma coisa de B; ou ainda [uma premissa] que estabeleça a relação de A com B, se não formos capazes de encontrar alguma coisa comum a ambos e nos limitarmos a afirmar ou negar certos atributos peculiares a cada um. Por conseguinte, temos que assumir algum termo médio que se relacione a ambos, o qual juntará as predicções, caso se pretenda que haja um silogismo demonstrando a relação de um termo com o outro.

15 Posto, portanto, que precisamos tomar algum termo comum que esteja relacionado a ambos (o que pode ser realizado de três maneiras, a saber, predicando-se A de C e C de B, ou C de ambos, ou ambos de C, sendo estas as figuras já descritas), fica evidente que todo silogismo tem que ser produzido por meio de uma dessas figuras, pois o mesmo princípio valerá também se A estiver ligado a B através de mais de um termo. A figura também será a mesma no caso da pluralidade dos termos [médios].

20 Evidencia-se, então, que as demonstrações [silogísticas] ostensivas são levadas a efeito por meio das figuras já descritas. Que as demonstrações por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) também são levadas a cabo por meio delas será claramente mostrado pelo que se segue. Qualquer um que realiza uma demonstração [silogística] por absurdo deduz o que é falso e demonstra o ponto em questão hipoteticamente quando uma conclusão impossível se segue da suposição da proposição contraditória; por exemplo: alguém demonstra que a diagonal de um quadrado é incomensurável relativamente aos lados mostrando-se que, se fosse suposta comensurável, os números ímpares se tornariam iguais aos pares. Assim, ele argumenta a favor da conclusão de que o ímpar se torna igual ao par e demonstra hipoteticamente que a diagonal é incomensurável, uma vez que

a proposição contraditória gera um resultado falso, pois vimos que alcançar uma conclusão lógica *per impossibile* é demonstrar alguma conclusão impossível por conta da suposição original.¹⁷⁴ Portanto, uma vez que na *reductio ad impossibile* obtemos um silogismo ostensivo de falsidade (o ponto em questão sendo demonstrado *ex hypothesi*) e estabelecemos anteriormente que os silogismos ostensivos são construídos por meio dessas figuras, fica evidente que silogismos por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) também serão obtidos por meio dessas figuras. O mesmo vale para todas as demais demonstrações [silogísticas] hipotéticas,¹⁷⁵ pois em todos os casos o silogismo é produzido com referência à proposição inicial e a conclusão requerida é alcançada por meio de uma concessão ou alguma outra hipótese. Mas se isso for verdadeiro, toda demonstração e todo silogismo serão produzidos por meio das três figuras já descritas e, uma vez provado isso resulta óbvio que todo silogismo é completado mediante a primeira figura e é reduzível aos silogismos universais desta figura.

XXIV

10 Além disso, em todo silogismo um dos termos¹⁷⁶ tem que ser afirmativo e deve haver predicação universal. Sem a predicação universal, ou não teremos silogismo, ou a conclusão estará desvinculada da suposição, ou haverá petição de princípio. Suponhamos que temos a incumbência de demonstrar que o prazer musical é bom. Então, se postularmos que o prazer é bom, a menos que *todo* seja adicionado como antecedente de *prazer*, não haverá silogismo. Se postularmos que *algum* prazer é bom, se tratar-se de um outro prazer, não haverá referência à suposição original; se tratar-se do mesmo, haverá uma petição de princípio.

Este ponto poderá ser percebido com maior clareza se atentarmos para os teoremas da geometria. Por exemplo, tomemos a proposição de que os ângulos adjacentes à base de um triângulo isósceles são iguais. Que as linhas A e B sejam traçadas em direção ao centro [de uma circunferência]. Então, se supormos que o ângulo AC¹⁷⁷ é igual ao ângulo BD, sem postularmos de modo geral que os ângulos dos semicírculos são iguais, e se supormos que o ângulo C é igual a D, sem também supor que todos os ângulos do mesmo segmento são iguais e, ainda, se supormos que quando ângulos iguais são subtraídos da totalidade dos ângulos, os ângulos remanescentes E e F¹⁷⁸ serão iguais, a menos que suponhamos [o princípio geral] de que quando iguais são subtraídos de iguais os remanescentes são iguais, seremos responsáveis por uma petição de princípio.¹⁷⁹

Por conseguinte, evidencia-se que em todo silogismo é mister que haja predicação universal e que uma conclusão universal só pode ser demonstrada quando todos os termos são universais, ao passo que uma conclusão particular pode ser demonstrada sejam os termos todos universais ou não, de modo que se a conclusão for universal, os termos terão que ser também universais, mas se os termos forem universais, a conclusão poderá não ser universal. É também evidente que em todo silogismo uma ou ambas as premissas tem que ser semelhante à conclusão – não quero dizer simplesmente serem afirmativas ou negativas, mas serem apodífticas, assertóricas ou problemáticas.¹⁸⁰ Temos que levar em consideração também as outras formas de predicação.

Fica, contudo, evidente em linhas gerais quando haverá e quando não haverá um silogismo, quando o silogismo será potencial e quando será perfeito¹⁸¹ e que, se houver um silogismo, os termos terão que estar relacionados de uma das maneiras já descritas.

É claro, ademais, que toda demonstração será efetuada por meio de três termos e não mais do que isso, a menos que a mesma conclusão seja alcançada por meio de diferentes combinações de termos; por exemplo, se E é concluído tanto a partir das proposições A e B como a partir das proposições C e D, ou a partir de A e B, A e C e B e C, visto não haver porque não devesse haver mais do que um [termo] médio entre os mesmos termos, ainda que neste caso haja muitos silogismos e não apenas um; ou quando cada uma das proposições A e B é deduzida (por exemplo, A por meio de D e E, e B por meio de F e G¹⁸²), ou uma induzida e a outra deduzida – mas aqui novamente teremos uma pluralidade de silogismos, visto haver várias conclusões, a saber, A, B e C. Se fosse concedido que não são muitos silogismos, mas apenas um, então a mesma conclusão poderia ser alcançada por mais do que três termos dessa forma; porém, [essa conclusão] não pode ser alcançada de sorte que C resulte de A e de B. Suponhamos que E seja a conclusão alcançada por meio das premissas A, B, C e D. Então, alguma destas teria que ter sido suposta como estando relacionada a alguma outra, como o todo em relação à parte, pois já foi mostrado que onde há um silogismo certos termos devem ser assim relacionados.¹⁸³ Que A, então, seja assim relacionado a B. Então haverá alguma conclusão a partir dessas premissas, ou E, ou uma ou outra das proposições C e D, ou [ainda] uma outra que seja diferente destas. Se for E, o silogismo poderia ser extraído exclusivamente de A e B. Se as proposições C e D, entretanto, se acharem numa relação tal que uma constitua o todo e a outra a parte, delas será retirada também uma conclusão, a qual será ou a proposição E, ou uma ou outra das proposições A e B, ou [ainda] uma ou outra

20 distinta daquelas. Caso seja E ou A ou B, ou há efetivamente pluralidade de silogismos, ou o que ocorre é que uma coisa idêntica é concluída mediante múltiplos termos naquele sentido que já indicamos como sendo possível. A despeito [desta situação], caso a conclusão seja diferente dessas proposições, estaremos diante de diversos silogismos que não guardarão relação entre si. E caso C não se ache vinculado a D de maneira a produzir uma conclusão, concluir-se-á que essas proposições foram supostas em vão, salvo colimando a indução, ou um obscurecimento do argumento ou algum outro objetivo do gênero.

25 Mas, se a conclusão extraída de A e B não for E, mas algo distinto, e a conclusão de C e D for ou uma das proposições A e B ou alguma coisa diferente delas, resultará mais de um silogismo e estes silogismos não demonstram a conclusão requerida, pois se supôs que o silogismo demonstrava E. E se nenhuma conclusão resultar de C e D, conclui-se que essas proposições foram supostas em vão e que o silogismo não demonstra a suposição original. Por conseguinte, fica evidente que toda demonstração e todo silogismo serão produzidos por meio de apenas três termos.

30 Isso evidenciado, também se torna visível que todo silogismo procede de duas premissas e não mais – visto que os três termos formam duas premissas –, a menos que alguma suposição adicional seja feita, como dissemos no início, com o propósito de completar os silogismos. E assim fica claro que se em qualquer argumento silogístico, as premissas pelas quais se alcança a conclusão principal (e digo *principal* porque algumas das conclusões anteriores são necessariamente premissas) não forem em número par, ou esse argumento não foi deduzido¹⁸⁴ ou postulou mais premissas do que as necessárias à demonstração da tese.

42b1 Assim, se considerarmos os silogismos no que tange às suas premissas propriamente ditas, todo silogismo consistirá de um número par de premissas e um número ímpar de termos, pois estes são em um número a mais do que as premissas. Ademais, as conclusões corresponderão à metade da quantidade de premissas. Mas quando a conclusão é atingida por meio de prossi-

5 logismos¹⁸⁵ ou vários termos médios consecutivos (por exemplo, a conclusão AB por meio dos termos C e D), o número dos termos excederá o das premissas, como antes, em um, uma vez que cada termo adicional que é introduzido será acrescentado externa ou intermediariamente à seqüência, e num caso ou outro resulta que os intervalos¹⁸⁶ são um a menos que os termos e há tantas premissas quanto intervalos; as premissas nem sempre serão pares e os termos nem sempre ímpares, mas de modo alternado quando as premissas são pares, os termos serão ímpares, e quando os termos são pares, as premissas serão ímpares, pois onde um termo é acrescentado, uma premissa também o é. Assim, uma vez que as premissas eram pares e os termos ímpares, seus números devem mudar em consonância quando um acréscimo idêntico é feito a ambos. Mas as conclusões não conservarão mais a mesma relação numérica, quer com os termos ou com as premissas, visto que quando é acrescentado um termo, o número de conclusões acrescentadas será menor em um ao número original dos termos, porquanto formará conclusões com todos os termos, à exceção do último. Por exemplo, se o termo D é acrescentado aos termos A, B e C, duas conclusões adicionais são acrescentadas *ipso facto*, a saber, aquelas que são dadas pela relação de D separadamente a A e B. Coisa semelhante ocorre em todos os demais casos. E mesmo se o termo for introduzido intermediariamente, valerá o mesmo princípio, pois o termo formará uma conclusão com todo o resto, salvo por um [termo]. Conseqüentemente, haverá muito mais conclusões do que termos ou premissas.

XXVI

30 Uma vez compreendido o objeto do silogismo e que tipo de demonstração pode ser obtida em cada figura e de quantas maneiras, a nós também se evidencia que tipo de proposição é de difícil demonstração e que tipo é de fácil demonstração, já que aquela concluída em mais figuras e mediante mais modos se mostra mais facilmente demonstrável, enquanto a que é concluída

em menos figuras e por menos modos se mostra mais dificilmente demonstrável.

A universal afirmativa é demonstrada somente pela primeira figura e por meio desta em um único modo somente. A negativa, contudo, é demonstrada tanto pela primeira figura quanto pela figura mediana: pela primeira em um único modo e pela mediana em dois modos. A particular afirmativa é demonstrada pela primeira e última figuras: pela primeira em um único modo e pela última em três modos. A particular negativa é demonstrada por todas as três figuras, com a diferença de que na primeira figura é demonstrada em um modo, ao passo que na segunda e na terceira é demonstrada respectivamente em dois e três modos.

43a1 Salta aos olhos que a universal afirmativa é a mais difícil de ser estabelecida e a mais fácil de ser refutada. No geral, a refutação das proposições universais é mais fácil do que a refutação das particulares porque a proposição universal afirmativa é a uma vez refutada pela universal negativa e pela particular negativa. Esta última é demonstrável em todas as três figuras, a primeira em duas delas. O mesmo ocorre com as proposições negativas, visto que a proposição inicial pode ser refutada tanto pela universal afirmativa quanto pela particular afirmativa, e vimos que a universal negativa se encontra em duas figuras.¹⁸⁷ As proposições particulares, contudo, só se expõem à refutação de uma maneira, ou seja, por meio da demonstração da universal afirmativa ou da universal negativa. Mas proposições particulares são mais fáceis de serem estabelecidas, uma vez que sua demonstração pode ser efetuada em mais figuras e por mais modos.¹⁸⁸

10 Não devemos deixar de observar o princípio geral segundo o qual enquanto proposições podem ser refutadas reciprocamente – as universais pelas particulares e as particulares pelas universais –, proposições universais não podem ser estabelecidas por meio de particulares, embora as particulares possam ser estabelecidas por meio das universais. Ao mesmo tempo também salta aos olhos que é mais fácil refutar uma proposição do que estabelecê-la.

A análise precedente¹⁸⁹ indica claramente como é construído todo silogismo, por meio de quantos termos e premissas e como estas se relacionam entre si; também [indica] qual o tipo de proposição demonstrado em cada figura, qual o tipo demonstrado em mais [figuras] e qual o tipo em menos [figuras].

XXVII

20 Nossa próxima tarefa consiste em descrever como nós mesmos descobriremos um bom suprimento de silogismos [que nos capacite] a enfrentar qualquer problema dado e por qual método apreenderemos os princípios apropriados a cada problema, pois é de se presumir que não devemos nos restringir a especular acerca da formação dos silogismos, mas também nos munirmos da capacidade de construí-los.

25 Ora, todas as coisas existentes ou [1] são tais que não podem ser verdadeiramente predicadas num sentido universal de alguma outra coisa (por exemplo, Cleon e Calias e qualquer coisa que seja individual e sensível), embora outros atributos possam delas ser predicados (uma vez que cada um dos exemplos citados é um homem e um animal), ou [2] são predicadas de outras coisas, ainda que outras coisas não comecem por serem predicadas delas, ou [3] são ambas elas mesmas predicadas de outras coisas e têm outras coisas delas predicadas (como *homem* é predicado de Calias e *animal* de homem). É óbvio que algumas coisas não são naturalmente predicáveis de quaisquer outras, pois, nos exprimindo de maneira ampla, toda coisa sensível é tal que não pode ser predicada de qualquer outra coisa, exceto num sentido accidental, pois às vezes dizemos “Aquela coisa branca é Sócrates” ou “Aquilo que está se aproximando é Calias”. Explicaremos em outra parte¹⁹⁰ que existe, também, um limite superior ao processo de predicação. Para o momento, tomemos isso como admitido. Não pode ser demonstrado, portanto, que alguma outra coisa seja predicada dessa classe de coisas, salvo por via de opinião; mas são predicados de outras coisas. Indivíduos, por outro lado, não são predicados de outras coisas, embora outras coisas sejam deles predicadas. Coisas que são intermediárias

rias entre universais e individuais, entretanto, claramente admitem ambos os processos, pois tanto são predicadas de outras coisas como têm outras coisas predicadas delas. Argumentos e investigações, via de regra, concernem principalmente a essa classe de coisas.

43b1 Agora nos cabe selecionar as premissas vinculadas a cada problema da maneira que se segue. Devemos fixar [1] o próprio sujeito, suas definições e todas as suas propriedades, [2] todos os conceitos que são conseqüentes do sujeito, [3] os conceitos dos quais o sujeito é um conseqüente e [4] os atributos que não podem se aplicar ao sujeito. Não há necessidade de selecionar os conceitos aos quais ele não pode se aplicar porque a premissa negativa é convertível. Devemos também distinguir entre esses conseqüentes aqueles que estão incluídos na essência, aqueles que são predicados como propriedades e aqueles que são predicados como acidentes e, entre estes, precisamos distinguir aqueles que estão supostamente associados ao sujeito dos que estão realmente a ele associados, visto que quanto maior for nosso suprimento destes últimos, mais cedo chegaremos a uma conclusão, e quanto mais verdadeiros forem, mais convincente será nossa demonstração.

10 Temos que selecionar conseqüentes não de alguma parte do sujeito, mas do seu todo; por exemplo, não aqueles de um *homem individual*, mas aqueles de *todo homem*, pois é de premissas universais que procede o silogismo. Assim, quando uma proposição é indefinida, é duvidoso ser a premissa universal, ao passo que quando a proposição é definida, isso é totalmente claro. Da mesma maneira, temos que selecionar apenas aqueles conceitos do todo do qual o sujeito é um conseqüente, pela mesma razão que acabamos de indicar. Mas não devemos presumir que o conseqüente é conseqüente como um todo; por exemplo, que todo *animal* é um conseqüente do *homem*, ou todo conhecimento é um conseqüente da *música*, mas somente que é um conseqüente, sem [qualquer] qualificação, como realmente o expressamos numa proposição. A outra forma de expressão – por exemplo, “todo homem é todo animal” ou “a justiça é todo o bem”, é inútil e impossível. É ao antecedente que *todo* está ligado.

Quando o sujeito cujos conseqüentes temos que apreender está incluído em algum termo mais lato, não precisamos selecio-

25 nar os conseqüentes ou não-conseqüentes do universal manipulando o particular (uma vez que já foram apreendidos ao considerar o universal, pois os conseqüentes de *animal* são conseqüentes de *homem*, ocorrendo algo análogo com os não-conseqüentes); contudo, precisamos apreender os conseqüentes que são peculiares ao individual, visto que há algumas propriedades à espécie independentemente do gênero, considerando-se que as outras espécies devem também possuir algumas propriedades que lhes são peculiares.

30 Tampouco devemos, no que toca ao termo universal, selecionar os antecedentes do termo subordinado; por exemplo, no caso de *animal* não devemos selecionar os antecedentes de *homem*, pois se *animal* é um conseqüente de *homem*, é necessariamente um conseqüente também de todos esses conceitos. Dizem respeito, entretanto, mais propriamente à seleção de conceitos associados ao termo *homem*.

35 É necessário, igualmente, apreender aqueles conceitos que são ordinariamente conseqüentes de nosso sujeito e aqueles dos quais ele é ordinariamente um conseqüente, pois o silogismo de proposições acerca do ordinário é também retirado de premissas que são ordinariamente verdadeiras, ou todas ou algumas delas, uma vez que a conclusão de todo silogismo é semelhante aos seus princípios.¹⁹¹

Além disso, não precisamos selecionar conceitos que são conseqüentes de todos os termos porque eles não produzirão um silogismo. A razão disso ficará clara logo adiante.¹⁹²

XXVIII

40 Quando desejamos estabelecer uma proposição sobre um sujeito como um todo, temos que examinar [em primeiro lugar] os sujeitos dos quais o predicado que procuramos estabelecer é realmente afirmado e [em segundo lugar] os conseqüentes do sujeito cujo predicado se requer que estabeleçamos, pois se houver alguma coisa que seja comum a ambas as classes, o predicado terá que se aplicar ao sujeito. Se estivermos tentando

44a1

estabelecer que ele se aplica não a todo [sujeito] mas a algum [sujeito],¹⁹³ teremos que considerar os antecedentes de ambos os termos, pois se alguma coisa for comum a ambas as classes, um termo se aplicará necessariamente a algum do outro.¹⁹⁴ Quando se requer que um termo não se aplique a nenhum outro [termo universal], teremos que considerar os conseqüentes do sujeito e os atributos que não podem pertencer ao predicado – ou, ao inverso –, teremos que considerar os atributos que não podem pertencer ao sujeito e os conseqüentes do predicado, pois se qualquer termo for idêntico nas duas séries, o termo predicado não poderá se aplicar a nenhum do sujeito, uma vez que um silogismo às vezes resulta na primeira figura, e às vezes na mediana. Mas se o propósito é estabelecer uma proposição negativa particular, teremos que encontrar antecedentes do sujeito em questão e atributos que não possam aplicar-se ao predicado em questão. Se alguma coisa for comum a estas duas classes, concluir-se-á necessariamente que o predicado não se aplica a algum do sujeito.¹⁹⁵

Talvez as diversas regras que acabamos de indicar adquiram maior clareza se as expressarmos da maneira que se segue. Que os conseqüentes de A sejam designados por B, os antecedentes de A por C e os atributos que não podem se aplicar a A por D; analogamente, que os atributos de E sejam designados por F, os antecedentes de E por G, e os atributos que não podem se aplicar a E por H. Então [,em primeiro lugar,] se qualquer um dos Cs for idêntico a qualquer um dos Fs, A se aplicará necessariamente a todo E, pois F se aplica a todo E e C se aplica a todo A, de sorte que A se aplica a todo E; [,em segundo lugar,] se C e G forem idênticos, A se aplicará necessariamente a algum E, pois A é um conseqüente de todo C e E de todo G; [,em terceiro lugar,] se F e D forem idênticos, por um prossilogismo A não se aplicará a nenhum E, pois visto que a proposição negativa é convertível, e F é idêntico a D, A não se aplicará a nenhum F, ainda que F se aplique a todo E; [,em quarto lugar,] se B e H forem idênticos, A não se aplicará a nenhum E, uma vez que B se aplicará a todo A, mas não se aplicará a nenhum E, visto que B é, *ex hypothesi*,

idêntico a H e supomos que H não se aplica a nenhum E; [,em quinto lugar,] se D e G forem idênticos, A não se aplicará a algum E, uma vez que não se aplicará a G, porquanto ele não se aplica a D. Mas G está subordinado a E e, assim, A não se aplicará a algum E. [,Em sexto lugar,] se B for idêntico a G haverá um silogismo por conversão, pois E se aplicará a todo A, uma vez que B se aplica a A e E se aplica a B (visto que B é, *ex hypothesi*, idêntico a G). Não se conclui, entretanto, necessariamente que A se aplica a todo E, mas somente que se aplica a algum [E] porque a universal pode se converter numa proposição particular.

Assim, fica evidente que em todos os problemas é imperioso que consideremos as relações que acabamos de indicar entre sujeito e predicado, pois é delas que procedem todos os silogismos. Ademais, temos que considerar especialmente os conseqüentes e antecedentes de cada termo que sejam primários e universais; por exemplo, no caso de E temos que considerar KF em lugar de somente F, e no caso de A temos que considerar KC em lugar de somente C, pois se A se aplica a KF, se aplica tanto a F quanto a E, mas se ele não for um conseqüente deste último, poderá ainda ser um conseqüente de F. Temos que observar os antecedentes do termo em questão de maneira análoga, pois se for ele um conseqüente dos [antecedentes] primários, também o será dos termos que se subordinam a estes. Mas se não for um conseqüente dos primeiros, ainda assim o poderá ser dos últimos.

Outro ponto evidente é que nossa investigação é feita por meio dos três termos e das duas premissas e que todos os silogismos são produzidos por meio das três figuras já descritas. Pois está demonstrado [1] que A se aplica a todo E quando um dos Cs é tomado como idêntico a um dos Fs, e este será o termo médio enquanto os extremos serão A e E, resultando na primeira figura; [2] que A se aplica a algum E quando C e G forem tomados como idênticos, com o que teremos a última figura, uma vez que G se torna o termo médio; [3] que A não se aplica a nenhum E quando D e F são idênticos. Neste caso obtemos tanto a primeira figura quanto a mediana, a primeira porque A não se aplica a nenhum F (a proposição negativa sendo convertida) e F se aplica a todo E, e a mediana porque D não se aplica a nenhum A, mas se aplica a todo E. [4] Que A não se aplica a algum E quando D e G são idênticos, o que nos põe na última figura, pois A não se aplicará a nenhum G e E se aplicará a todo G.

20 Diante disso, fica evidente que todos os silogismos são produzidos por meio das figuras já descritas e que não temos que selecionar conseqüentes de todos os termos porque nenhum silogismo deles resulta, visto que constatamos que não há absolutamente nenhum meio de estabelecer uma proposição a partir de conseqüentes,¹⁹⁶ enquanto, por outro lado, a refutação é impossível por meio de um conseqüente comum porque se aplicaria a um termo, mas não ao outro.

25 Outro ponto evidente é que todos os demais métodos de investigação que procedem por seleção são inúteis para a produção de um silogismo. Exemplos: [1] se os conseqüentes de ambos os termos forem idênticos ou [2] se os antecedentes de A e os atributos que não podem se aplicar a E forem idênticos, ou ainda [3] se os atributos que não podem se aplicar a um ou outro forem idênticos, porque tais condições não geram silogismo algum, pois [1] se os conseqüentes, a saber, B e F, forem idênticos, obteremos a terceira figura com ambas as premissas afirmativas; [2] se os antecedentes de A e os atributos que não podem se aplicar a E, a saber, C e H respectivamente, forem idênticos, obteremos a primeira figura com uma premissa menor negativa e [3] se os atributos que não podem se aplicar a um ou outro dos termos A e E, a saber, D e H, forem idênticos, ambas as premissas serão negativas, ou na primeira ou na figura mediana. Nestas circunstâncias, silogismo algum é possível.

Outro ponto que se evidencia é que precisamos apreender quais termos entre aqueles que examinamos são idênticos e não os que são diferentes ou contrários, primeiro porque o objeto de nossa investigação é descobrir o termo médio, e este tem que ser tomado como idêntico em cada premissa e não como alguma coisa diferente; segundo [porque] mesmo os exemplos nos quais acontece de um silogismo resultar do assumir atributos que são contrários ou que não podem se aplicar a um sujeito idêntico, serão todos reduzíveis aos tipos que já descrevemos; por exemplo, se B e F forem contrários ou não puderem se aplicar a um sujeito idêntico. Se tomarmos esses termos, haverá um silogismo por força de A não se aplicar a nenhum E, mas a conclusão será extraída não dos termos tal como se apresentam, mas do tipo

descrito anteriormente,¹⁹⁷ pois B se aplicará a todo A, mas não se aplicará a nenhum E, de sorte que B é necessariamente idêntico a algum H. Por outro lado, se B e G não podem se aplicar ao mesmo sujeito, haverá um silogismo em função de A não se aplicar a algum E. Também neste caso teremos a figura mediana porque B se aplicará a todo A, mas não a algum E, de sorte que B tem que ser idêntico a algum H, pois a proposição “B e G não podem se aplicar ao mesmo sujeito” equivale a “B é idêntico a algum H”, uma vez que supomos que H designa todos os atributos que não podem se aplicar a E.¹⁹⁸

Evidencia-se, assim, que nenhum silogismo resulta dos métodos precedentes de investigação tal como se apresentam, mas que se B e F forem contrários, B terá que ser idêntico a algum H, com o que se obtém o silogismo. A conclusão é que aqueles que encaram o problema da maneira que acabou de ser descrita estão procurando gratuitamente por algum outro método demonstrativo que não é o que necessitam, ao negligenciarem a identidade entre os Bs e os Hs.

XXIX

Os silogismos que empregam a *reductio ad impossibile* são regulados pelas mesmas condições dos ostensivos, uma vez que eles também são produzidos por meio dos conseqüentes e antecedentes dos dois termos extremos. Também o método de investigação é idêntico nos dois tipos, pois aquilo que é demonstrado ostensivamente pode ser estabelecido *per impossibile* por meio dos mesmos termos e *vice-versa*; por exemplo, que A não se aplica a nenhum E. Pois suponhamos que se aplica a algum [E]. Então uma vez que B se aplica a todo A e A a algum E, B se aplicará a algum E. Mas, *ex hypothesi*, ele não se aplica a nenhum. Também pode ser demonstrado que A se aplica a algum E, pois se ele não se aplicar a nenhum, e E se aplicar a todo G, A não se aplicará a nenhum G. Mas, *ex hypothesi*, ele se aplica a todo. De maneira análoga com todas as demais proposições. A demonstração por absurdo (*per impossibile*) será sempre possí-

35 vel em todos os casos por meio dos conseqüentes e anteceden-
tes dos termos extremos.

Além disso, em todo problema o procedimento é o mesmo,
quer se requeira o emprego de um silogismo ostensivo ou *reduc-*
tio ad impossibile, uma vez que ambas as demonstrações são
produzidas por meio dos mesmos termos. Por exemplo, supon-
do que se tenha demonstrado que A não se aplica a nenhum E,
40 porque [se A se aplicasse a algum] se concluiria que B também
se aplicaria a algum E, o que é impossível; e se admitirmos que
B não se aplica a nenhum E, mas se aplica a todo A, será evi-
45b1 dente que A não se aplicará a nenhum E. Por outro lado, se a
conclusão de que A não se aplica a nenhum E tiver sido alcan-
çada ostensivamente, se supormos que A se aplica a algum E,
podemos demonstrar por redução ao absurdo (*reductio ad*
impossibile) que não se aplica a nenhum. É análogo em todos
os outros exemplos, uma vez que em todos os casos temos que
5 tomar algum termo comum (distinto daqueles que foram formu-
lados), ao qual se referirá o silogismo que demonstra a falsa
conclusão, de sorte que quando essa premissa for convertida
(permanecendo a outra inalterada), o silogismo se tornará osten-
sivo por meio dos mesmos termos, isto porque a diferença entre
a demonstração ostensiva e a demonstração por absurdo (*per*
impossibile) está no fato de na primeira ambas as premissas
10 serem supostas como verdadeiras, enquanto na segunda uma
delas é suposta como falsa.

Estes pontos se mostrarão mais nítidos à luz das observações
subseqüentes, por ocasião de nossa abordagem da demonstra-
ção por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*).¹⁹⁹ De
momento, tenhamos isso como evidente, ou seja, que temos que
15 atentar para os mesmos termos, quer se requeira demonstrar
uma conclusão ostensivamente ou empregar a *reductio ad im-*
possibile. Contudo, no tocante a outros silogismos hipotéticos –
digamos, aqueles que envolvem substituição ou uma relação
qualitativa – a investigação se voltará não para os termos origi-
nalmente supostos, mas para aqueles da substituição, ao passo
20 que o método investigativo será o mesmo de antes. Faz-se, con-
tudo, mister submeter a exame e análise os diferentes tipos de
silogismos hipotéticos.

25 Todo tipo de proposição, portanto, é demonstrável da forma
descrita nas linhas anteriores; algumas, entretanto, podem ser
estabelecidas silogisticamente também de uma outra forma. Um
exemplo disso é o das proposições universais, que podem ser
demonstradas pelo método investigativo específico que busca
uma conclusão particular correspondente recorrendo a uma hipó-
tese complementar. Supondo que C e G são idênticos e E se apli-
ca somente a G, A se aplicará a todo E; e também: supondo que
D e G são idênticos e E é predicado somente de G, segue-se que
A não se aplicará a nenhum E. Evidencia-se, assim, que temos
que incluir esse método igualmente no exame do problema.

O mesmo método é aplicável também aos silogismos apodíti-
cos e problemáticos, uma vez que o processo de investigação é
30 idêntico e os silogismos serão produzidos mediante o mesmo
arranjo ou ordem dos termos, quer se demonstre uma proposi-
ção problemática ou uma assertórica. No que respeita às propo-
sições problemáticas, contudo, é forçoso que incluamos aqueles
termos que, embora realmente não se apliquem, poderiam ser
aplicáveis, visto que foi mostrado que o silogismo problemático
também é produzido por meio deles.²⁰⁰ O mesmo princípio será
35 válido nos demais modos de predicação.

Ressalta, assim, com base na análise precedente, não só que
todos os silogismos podem ser produzidos utilizando-se esse
método, como também que não podem ser produzidos por ne-
nhum outro, uma vez que foi demonstrado que todo silogismo é
40 construído por meio de uma das figuras já descritas e estas não
podem ser compostas de outra forma, exceto mediante os con-
seqüentes e antecedentes dos termos em cada caso particular,
visto ser a partir destes que as premissas são formadas e o termo
46a1 médio é descoberto. Conseqüentemente, um silogismo não po-
de ser produzido por quaisquer outros termos senão estes.

XXX

O método, então, é o mesmo em todos os casos, não só na
filosofia como também em todo tipo de arte e estudo.²⁰¹ É preci-

5 so que busquemos os predicados e sujeitos de cada um dos termos e nos abastecemos com a maior quantidade possível deles; em seguida, deveremos examiná-los por meio dos três termos, refutando *desta* maneira, estabelecendo *daquela*. Quando nosso propósito for a verdade, trabalhando a partir de termos que estejam ordenados para expressar uma relação verdadeira e quando necessitarmos silogismos dialéticos, trabalhando a partir de premissas plausíveis.

10 Os princípios²⁰² do silogismo foram então expostos em geral, no que tange a como são constituídos e a como devemos buscá-los, de sorte a não considerar tudo que é dito em torno dos termos do problema, nem considerar os mesmos atributos, estejamos nós estabelecendo ou refutando uma proposição, estejamos nós a estabelecendo numa afirmativa universal ou particular ou
15 a refutando numa negação universal ou particular... mas considerando um número restrito de atributos definidos. *Também indicamos como proceder a uma seleção no tocante a cada coisa que é, por exemplo, no que tange ao bem ou o conhecimento.*²⁰³

Entretanto, a maioria dos princípios ligados a uma ciência particular lhes são peculiares. Portanto, cabe à experiência nos transmitir os princípios ligados a cada ciência particular. Quero dizer, por exemplo, que cabe à experiência astronômica nos
20 transmitir os princípios da astronomia,²⁰⁴ pois foi somente quando os fenômenos foram plenamente apreendidos que se descobriram as demonstrações da astronomia; e o mesmo se aplica a qualquer outra arte ou ciência. Assim, se apreendermos os atributos do objeto em questão, nos capacitaremos de imediato e prontamente a formular sua demonstração, pois supondo que nenhum dos verdadeiros atributos dos objetos envolvidos tenha

25 sido omitido em nossa investigação, estaremos capacitados a descobrir e demonstrar a prova de tudo que admita uma prova e a elucidar tudo cuja natureza não admite prova.

O que acabamos de expor constitui uma descrição a grosso modo da forma na qual as premissas devem ser selecionadas. Examinamos este assunto minuciosamente em nosso tratado sobre dialética.²⁰⁵
30

XXXI

É fácil perceber que o processo de divisão por gêneros²⁰⁶ constitui uma amostra menor do método descrito nas páginas anteriores, visto que [tal] divisão é, por assim dizer, um silogismo *frágil*, uma vez que solicita o ponto cuja demonstração se requer e sempre atinge uma conclusão mais geral do que a requerida.
35 Em primeiro lugar, este fato escapou a todos os representantes [e usuários] do método e eles tentaram convencer que é possível realizar uma demonstração da substância e da essência. Conseqüentemente, não compreenderam qual conclusão silogística pode ser alcançada pelo processo de divisão e, tampouco, compreenderam que a conclusão silogística é alcançável da maneira que descrevemos. Na demonstração em que se requer demonstrar silogisticamente²⁰⁷ uma proposição afirmativa, o termo médio, por meio do qual o silogismo é produzido, tem sempre que
46b1 estar subordinado ao [termo] maior e não ser universal no sentido de incluí-lo. Mas o processo de divisão exige o procedimento contrário, posto que toma o universal como termo médio.

Por exemplo, que A seja *animal*, B *mortal*, C *imortal* e D *homem*, cuja definição se requer seja descoberta. Então o representante do processo de divisão supõe que todo animal é ou mortal ou imortal, isto é, que tudo que é A é ou B ou C. A seguir, prosseguindo no seu processo divisório, ele toma *homem* como sendo um animal, isto é, ele supõe que A seja predicado de D. Teremos então o silogismo: "Todo D será ou B ou C", de
10 modo que o homem tem que ser necessariamente ou mortal ou

15 mortal. Mas que ele seja um animal mortal não é uma inferência necessária – isto é o solicitado e o próprio ponto que devia ter sido demonstrado silogisticamente. Em seguida, tomando A como *animal mortal*, B como *com pés*, C como *sem pés* e D como *homem*, ele supõe como antes que A está incluído ou em B ou em C (uma vez que todo animal mortal é ou com pés ou sem pés) e que A é predicado de D, visto que ele supôs ser homem um animal mortal. Conseqüentemente, o homem é necessariamente ou um animal com pés ou um animal sem pés. Mas não é necessário que o homem tenha pés – isso ele supõe e, mais uma vez, é precisamente isso o que ele devia ter demonstrado silogisticamente. Posto que [os adeptos do processo de divisão] dividem invariavelmente dessa maneira, conclui-se que tomam o termo universal como o médio e o sujeito a ser definido associado às diferenças como os termos extremos. Afinal, quer para definir o que o homem é, ou qualquer outro sujeito, mostram-se incapazes de enunciar qualquer afirmação clara capaz de assegurar a necessidade, porque seguem o outro método completamente, sem sequer suspeitarem que existem recursos disponíveis para a demonstração.

30 Fica evidente que mediante esse método é impossível seja refutar uma proposição, seja fazer uma inferência acerca de um acidente ou acerca de um gênero ou em casos nos quais uma questão de fato é incerta; por exemplo, se a diagonal de um quadrado é incomensurável relativamente aos lados, pois se alguém supor que toda grandeza linear é ou comensurável ou incomensurável e que a diagonal é uma grandeza linear, a conclusão será que a diagonal é ou comensurável ou incomensurável, e se supor que é incomensurável estará supondo o que devia ter sido demonstrado silogisticamente. Com isso a demonstração se torna impossível, pois [afinal] é este o método e, dependendo dele, não há demonstração. A corresponde a *comensurável ou incomensurável*, B a *grandeza linear* e C a *diagonal*.

35 Evidencia-se, assim, que esse método investigativo não se ajusta a toda investigação e que é inútil, mesmo no que tange aos casos para os quais se supõe que seja especialmente adequado.

Evidencia-se, igualmente, com base na avaliação precedente, por quais meios e de que forma são as demonstrações efetuadas e qual tipo de atributos devem ser levados em consideração ao se lidar com cada tipo de problema.

47a1 Na seqüência temos que explicar como reduzir silogismos às figuras previamente descritas, uma vez que esta parte de nossa investigação permanece [não realizada]. Se examinarmos os meios pelos quais são produzidos os silogismos, detivermos a capacidade de descobri-los ou inventá-los e pudermos também reduzir os silogismos, quando construídos, às figuras previamente descritas, nosso projeto original estará realizado completamente. Ao mesmo tempo, nossas afirmações anteriores serão suplementarmente ratificadas e sua exatidão aparecerá com maior clareza pelo que se segue – isto porque toda verdade tem que ser coerente em si mesma em todos os seus aspectos.

5 Primeiramente, portanto, é preciso que procuremos selecionar as duas premissas do silogismo (posto que é mais fácil analisar as partes maiores do que as menores, e os compostos são maiores do que os seus componentes) e, em seguida, examinar qual é universal e qual particular, suprimindo nós mesmos a premissa faltante, caso tenha sido suposta somente uma, pois tanto no escrever quanto no argumentar às vezes as pessoas, ao enunciarem a premissa universal, deixam de mencionar a premissa nela contida, ou enunciam as premissas imediatas, deixando, contudo, de mencionar as premissas das quais elas são inferidas, além de solicitarem desnecessariamente a concessão de outras. Cumpre-nos, então, considerar se alguma coisa desnecessária foi suposta e se alguma coisa necessária foi omitida, postulando esta última e afastando a primeira até chegarmos às duas premissas, pois sem estas não podemos reduzir argumentos que foram sugeridos sob a forma descrita anteriormente. A inadequação de alguns argumentos é bastante conspícua, mas outros escapam à detecção e parecem deter uma força silogística em virtude de alguma conclusão necessária resultar do que foi formulado; por exemplo, se fosse suposto que a substância não é destruída pela destruição da não-substância e que se os componentes de alguma coisa fossem destruídos, o que deles fosse composto também pereceria, pois se postulássemos tais hipóteses seria necessariamente conclusivo que qualquer parte da substância é substância, ainda que não tenha sido deduzida²⁰⁸ por meio das hipóteses. Trata-se de premissas deficientes. Ade-

30 mais, se é necessário que o animal exista caso o homem exista e é necessária a existência da substância caso o animal exista, a substância necessariamente existe caso o homem exista. Mas esta conclusão ainda não é silogística²⁰⁹ porque as premissas não obedecem às condições que indicamos.

Somos enganados nesses exemplos pelo fato de alguma coisa necessariamente se concluir do que foi formulado porque o silogismo é também necessário. Mas necessário apresenta uma extensão significativa maior do que silogismo, pois se todo silogismo é necessário, nem tudo que é necessário é um silogismo. 35 Conseqüentemente, se alguma coisa resulta de certas suposições, não nos cabe de imediato tentar reduzir o argumento a um silogismo.²¹⁰ Devemos, primeiramente, apreender as duas premissas, proceder assim à análise de seus termos e postular como termo médio o que é enunciado em ambas as premissas,²¹¹ pois em todas as figuras o termo médio tem que estar presente em 47b1 ambas as premissas. Assim, se o termo médio tanto é quanto possui um predicado, ou é ele próprio um predicado e tem algo mais dele negado, teremos a primeira figura; se ele é ao mesmo tempo afirmado e negado de algum sujeito, teremos a figura mediana, e se outros termos são dele afirmados ou se um termo é negado e o outro afirmado dele, teremos a última figura, pois 5 vimos que o termo médio se apresenta nessas relações nas várias figuras.²¹² O mesmo ocorre também quando as premissas não são universais, uma vez que a definição do termo médio é a mesma de antes. Assim, fica evidente que, se em qualquer argumento o mesmo termo não for enunciado mais do que uma vez, não haverá silogismo, dada a falta de termo médio. E visto 10 que agora dispomos da compreensão de que tipo de proposição é demonstrado em cada figura (ou seja, em qual figura a proposição universal é demonstrada e em qual o é a particular), fica evidente que não devemos levar todas as figuras em considera-

ção em qualquer ocasião específica, mas apenas a figura que é própria à proposição em pauta. Nos casos nos quais a proposição pode ser demonstrada em mais de uma figura, identificaremos a figura pela posição do termo médio.

XXXIII

15 Assim, ocorre freqüentemente, como já asseveramos, sermos iludidos no nosso exame dos silogismos pela seqüência de uma conclusão necessária; mas também somos às vezes iludidos – fato que não deve passar desapercibido – como resultado de uma disposição semelhante dos termos; por exemplo, se A é predicado de B e B de C, uma vez que pareceria que com esta 20 relação de termos haveria um silogismo, a despeito de não resultar nenhuma conseqüência ou silogismo necessários. Que A corresponda a “existir sempre”, B a “Aristómenes como um objeto do pensamento” e C a “Aristómenes”. Serão, então, exato que A se aplica a B porque Aristómenes como um objeto do pensamento existe sempre. Mas B se aplica também a C porque 25 Aristómenes é Aristómenes como um objeto do pensamento. E, todavia, A não se aplica a C porque Aristómenes é perecível. Nenhum silogismo é produzido, como vimos,²¹³ através da combinação dos termos acima – para produzi-lo, a premissa AB devia ter sido tomada universalmente. Mas é falso postular que todo Aristómenes como um objeto do pensamento existe sempre, posto que Aristómenes é perecível. 30

Agora, que C corresponda a “Mícalo”, B a “Músico Mícalo”²¹⁴ e A a “perecer amanhã”. Então será exato predicar B de C porque Mícalo é o Mícalo músico. Mas também será exato predicar A de B, uma vez que o músico Mícalo pode perecer amanhã.²¹⁵

35 Mas é falso predicar A de C, e assim este caso é idêntico ao anterior porque não é universalmente verdadeiro no que tange ao músico Mícalo que ele perece amanhã, e a menos que isso seja suposto não há, como vimos,²¹⁶ nenhum silogismo.

A origem deste erro reside, assim, na ignorância de uma ligeira distinção, pois damos assentimento [à conclusão] do argumento, como se não houvesse diferença entre os juízos “Isso se aplica àquilo” e “Isso se aplica a tudo daquilo”.

XXXIV

48a1 Ocorrerá, contudo, freqüentemente de sermos enganados completamente por deixarmos de expor corretamente os termos na premissa; por exemplo, supondo que A seja *saúde*, B *doença* e C *homem*, pois é exato dizer que A não pode se aplicar a nenhum B (uma vez que a saúde não se aplica a nenhuma doença) e que B se aplica a todo C (uma vez que todo homem é suscetível de doença). Assim, pareceria concluir-se que a saúde não pode se aplicar a nenhum homem. A razão disso é não estarem os termos corretamente expressos na proposição, visto que, se substituirmos pelos respectivos estados os objetos que lhes são correspondentes, não haverá silogismo – quero dizer, supondo que “os saudáveis” for postulado em lugar de “saúde” e “os doentes” em lugar de “doença”, pois não é verdadeiro dizer que estar saudável não pode aplicar-se em tempo algum aos doentes; mas se isso não for suposto, não resultará nenhum silogismo, salvo o do tipo problemático. Este não é impossível uma vez que é possível que a saúde não se aplique a nenhum homem.

Mais uma vez, na figura mediana a falsidade ocorrerá de uma forma semelhante: a saúde não pode se aplicar a nenhuma doença, mas pode se aplicar a todo homem; conseqüentemente, *a doença não se aplica a nenhum homem*.²¹⁷ Na terceira figura, entretanto, o erro resulta afetando a contingência, pois saúde e

20 doença, conhecimento e ignorância e, em geral, qualquer par de contrários *podem* aplicar-se ao mesmo objeto, mas é *impossível* que se apliquem entre si. Mas isso é incoerente com o que dissemos anteriormente,²¹⁸ pois foi formulado que quando diversas coisas podem se aplicar a uma mesma coisa, também podem se aplicar umas às outras.

25 Assim, fica evidente que, em todos esses casos o erro nasce de como se expõem os termos, pois uma vez substituídos pelos estados os objetos que lhes são correspondentes, nenhum erro surge. Claro está que, no que toca a premissas como estas, devemos sempre substituir por um dado estado o objeto que se acha nesse estado e postular este como nosso termo.

XXXV

30 Nem sempre convém procurar expor os termos por nome²¹⁹ porque teremos com freqüência expressões para as quais não existe um nome reconhecido. (O resultado é ser difícil reduzir silogismos deste tipo). Algumas vezes acontecerá de sermos realmente iludidos por força de uma tal tentativa, por exemplo, ao supor que pode haver um silogismo envolvendo proposições que carecem de termo médio. Suponhamos que A corresponda a “dois ângulos retos”, B a “triângulo” e C a “isósceles”. Então 35 A se aplica a C por causa de B, mas não é devido a qualquer outro termo que A se aplica a B, uma vez que o triângulo por si mesmo contém dois ângulos retos, de sorte que não haverá nenhum termo médio da proposição AB, embora esta seja demonstrável – isto porque é evidente que o termo médio nem sempre deve ser tomado como uma coisa individual, devendo por vezes ser tomado como uma locução composta, como ocorre no exemplo que acabamos de mencionar.

XXXVI

40 Não devemos supor que o primeiro termo se aplica ao médio e este ao extremo²²⁰ no sentido de que serão sempre predicados

48b1 uns dos outros ou que o primeiro termo do médio da mesma maneira que o médio é predicado do último (cautela que vale também para a predicação negativa). Devemos supor que a expressão “aplicar-se” tem tantos sentidos diferentes quanto há sentidos nos quais dizemos que uma coisa é ou que é verdadeiro
5 dizer que ela é. Tome-se, por exemplo, a proposição de que há uma única ciência dos contrários. Que A corresponda a “há uma única ciência” e B a “coisas contrárias entre si”. Então A se aplica a B não no sentido de que os contrários sejam por si mesmos uma única ciência, mas no sentido de que é verdadeiro afirmar que deles há uma ciência única.

10 Acontece por vezes do primeiro termo ser afirmado do médio, mas este não é afirmado do terceiro termo; por exemplo, se a sabedoria é conhecimento e a sabedoria concerne ao bem, a conclusão é que o conhecimento concerne ao bem. Então o
15 bem não é conhecimento, ainda que a sabedoria seja conhecimento. Por vezes, o termo médio é afirmado do terceiro, mas o primeiro não é afirmado do médio; por exemplo, se há uma ciência de tudo que possui qualidade ou é um contrário e o bem é tanto um contrário quanto uma qualidade, a conclusão é que há uma ciência do bem; mas o bem não é ciência, nem o são, tampouco, a qualidade ou o contrário, ainda que o bem seja
20 uma qualidade e um contrário. Por vezes nem o primeiro termo é afirmado do médio nem o médio do terceiro, ao passo que o primeiro é às vezes afirmado do terceiro e às vezes não – por exemplo, se há um gênero daquilo de que há uma ciência e uma ciência do bem, a conclusão é que há um gênero do bem. E, não obstante, nada se predica de nada. Mas se aquilo de que
25 há uma ciência é um gênero e se há uma ciência do bem, a conclusão é que o bem é um gênero. Assim, o primeiro [termo] é predicado do termo extremo,²²¹ mas os termos não são predicados uns dos outros nas premissas.

30 Entenda-se que o mesmo vale para a predicação negativa, uma vez que “Isto não se aplica àquilo” nem sempre significa “Isto não é aquilo”, mas às vezes “Não há nenhum isto daquilo” ou “para aquilo”. Tomemos, por exemplo, a proposição “Não há nenhum movimento do movimento ou geração da geração, mas há geração do prazer e, portanto, o prazer não é geração”,

ou então “Há um indício de riso, mas não há nenhum indício de um indício e, portanto, o riso não é um indício”. Analogamente
35 também para todos os demais casos nos quais a proposição é refutada pela enunciação do gênero numa certa relação com os termos da proposição. Ademais, há o argumento de que “A ocasião não é o momento certo, uma vez que a ocasião pertence a Deus, mas o momento certo não, já que nada é útil a Deus”. Devemos postular como termos *ocasião*, *momento certo* e *Deus*, mas a premissa deve ser entendida de acordo com o caso do nome,²²² pois mantemos, a título de regra geral – a qual se aplica sem exceção a todos os exemplos – que enquanto os
49a1 termos têm sempre que ser postulados no caso nominativo (por exemplo, *homem* ou *bem* ou *contrários*, e não *do homem* ou *do bem* ou *dos contrários*), as premissas devem ser entendidas de acordo com o caso de cada termo, seja no dativo (por exemplo, *igual a isto*), seja no genitivo (por exemplo, *o dobro disto*), seja no acusativo (por exemplo, *o que fere ou vê isto*), seja no nominativo (por exemplo, *o homem é um animal*), seja em qualquer
5 outra forma na qual o nome ocorre na premissa.

XXXVII

As juízos de que isto se aplica àquilo e de que isto é verdadeiro daquilo têm que ser entendidos em tantos diferentes sentidos quantas sejam as distintas categorias, tendo estas que ser tomadas ou num sentido particular [qualificado], ou num sentido sem qualificação, bem como ser tomadas quer como simples, quer como compostas. Analogamente, também, no que se refere à predicação negativa. Estes pontos, contudo, requerem maior
10 exame e uma análise mais adequada.

XXXVIII

Qualquer termo que esteja duplicado nas premissas deve ser unido ao primeiro extremo,²²³ e não ao [termo] médio. Quero dizer, por exemplo, que, supondo que tenhamos um silogismo a concluir que “há um conhecimento da justiça que é um bem”, a

expressão “que é um bem” ou “enquanto bem” deve ser unida
ao primeiro termo. Que A corresponda a “conhecimento que é
15 um bem”, B a “bem” e C a “justiça”. Então será exato predicar
A de B, pois há um conhecimento do bem que é um bem. Mas
também será exato predicar B de C, pois a justiça é idêntica a
um bem. Deste modo, uma análise é exequível. Supondo, entre-
tanto, que a expressão “que é um bem” seja unida a B, não
20 haverá análise, pois A será verdadeiro de B, mas B não será
verdadeiro de C, uma vez que predicar da justiça o termo “bem
que é um bem” é falso e ininteligível. Algo análogo sucede tam-
bém supondo que seja demonstrado que o saudável é, *enquanto*
bom, um objeto do conhecimento ou que um unicórnio²²⁴ é,
enquanto não-existente, um objeto do conhecimento ou que um
ser humano é, *enquanto* objeto dos sentidos, perecível, pois em
25 todos os exemplos de predicação suplementar a duplicação deve
ser juntada ao termo extremo.²²⁵

O arranjo dos termos não é o mesmo quando um silogismo é
demonstrado sem qualificação e quando a demonstração se
vincula a uma coisa, sentido ou condição particulares – quero
dizer, por exemplo, quando se demonstra que o bem é um obje-
to do conhecimento e quando é demonstrado ser um objeto do
conhecimento que ele é bom. Se for demonstrado ser o primei-
30 ro,²²⁶ teremos que colocar como termo médio *aquilo que é*; se
for demonstrado ser o segundo,²²⁷ com a qualificação *que é*
bom, teremos que colocar como termo médio *aquilo que é algo*.
Que A corresponda a “conhecimento que é algo”, B a “aquilo
que é algo” e C a “bem”. Então será exato predicar A de B,
visto que, *ex hypothesi*, há conhecimento de algo *que é algo*.
Mas será também exato predicar B de C, pois aquilo que C re-
35 presenta é algo. Conseqüentemente, também é exato predicar A
de C. E, portanto, haverá conhecimento de que o bem é bom,
pois, *ex hypothesi*, a expressão “aquilo que é algo” se refere à
substância própria da coisa. Mas, se houvéssimos colocado
“aquilo que é” como o termo médio, e tivéssemos conectado,

numa proposição, com o termo extremo a expressão sem quali-
ficação “aquilo que é”, em lugar de “aquilo que é algo”, não
teria havido silogismo demonstrando que há conhecimento de
que o bem é bom, mas apenas de que é; por exemplo, se A
49b1 tivesse correspondido a “conhecimento de que é”, B a “aquilo
que é” e C a “bom”. Evidencia-se, assim, que, em silogismos
que são particularizados desta forma, os termos têm que ser
tomados dessa maneira.

XXXIX

5 Temos ainda que substituir [termos] equivalentes, palavras
por palavras, frases por frases, palavra e frase por palavra e
frase, mas sempre preferindo a palavra à frase, uma vez que isso
facilita expor os termos. Por exemplo, se é indiferente dizer “o
conjeturável não é um gênero do opinável” ou “o opinável não
é idêntico a alguma parte do conjeturável (pois o que se quer
dizer é o mesmo), devemos tomar como termos o conjeturável e
o opinável, de preferência à expressão por nós mencionada.

XL

10 Uma vez que as proposições “o prazer é bem” e “o prazer é
o bem”²²⁸ não são idênticas, os termos não devem ser postula-
dos identicamente em ambas; mas se o silogismo for para de-
monstrar a segunda, deveremos colocar “o bem”, enquanto se
for para demonstrar a primeira, “bem”. O mesmo, igualmente,
se aplica a todos os outros casos.

XLI

15 Não é idêntico, seja no fato ou no discurso, que A se aplica a
tudo aquilo a que B se aplica e que A se aplica a tudo aquilo a
que B se aplica totalmente, porque não há razão para que B não
se aplique a C, mas não a todo C. Por exemplo, que B corres-
ponda a *belo* e C a *branco*. Então, se *belo* se aplicar a alguma
coisa branca, será verdadeiro dizer que *belo* se aplica a *branco*,
20 mas presumivelmente não a todo *branco*. Assim, se A se aplica a

B, mas não a tudo de que B é predicado, então B aplicar-se a todo C ou simplesmente aplicar-se a C não apenas exige que A não se aplique a todo C, como exige que não se aplique a C em absoluto. Se, por outro lado, A se aplicar a tudo aquilo de que B é verdadeiramente predicado, resultará que A é predicado de tudo de que B é predicado. Se, entretanto, A é predicado daquilo de tudo de que B é predicado, não há razão para que A se aplique a todo C ou, com efeito, absolutamente se aplique a C, embora B se aplique a C. No que toca a estes três termos, então, fica claro que "A é predicado de tudo de que B é predicado" significa "A é predicado da totalidade das coisas de que B é predicado". E se B é predicado da totalidade, também o é A; mas se B não é predicado da totalidade, A não é necessariamente predicado da totalidade.

Não é de se supor que qualquer absurdo resulte da exposição dos termos. Não baseamos nosso argumento na realidade de um exemplo particular; estamos fazendo o mesmo que o geômetra que diz que esta linha do comprimento de um pé, ou linha reta ou linha sem largura existe quando não existe, ainda que não se sirva de suas ilustrações no sentido de deduzir alguma coisa delas,²²⁹ pois em geral, a menos que duas coisas estejam unidas como o todo à parte e como a parte ao todo, aquele que estiver tentando demonstrar alguma coisa nada pode provar a partir delas, com o que nenhum silogismo é produzido; pelo contrário, nós (e por nós entendo aqueles que estudam) empregamos a exposição dos termos como alguém emprega a percepção sensorial. Nós não as empregamos como se a demonstração fosse impossível sem essas ilustrações, como seria na falta das premissas de um silogismo.

XLII

5 Não devemos descurar o fato de que nem todas as conclusões de um mesmo silogismo são obtidas por meio de uma figura, mas que algumas o são por uma e algumas por uma outra, com o que fica claro que devemos conduzir nossa análise em consonância com isso. E uma vez que nem toda proposição é

demonstrada em toda figura, mas certos tipos fixos são demonstrados em cada uma, será evidenciado a partir da forma da conclusão, em qual figura a investigação deve ser conduzida.

10

XLIII

No tocante a argumentos que se referem a uma definição, sempre que visam demonstrar alguma parte singular da definição, essa parte visada pelo argumento – e não a definição na íntegra – é que deve ser colocada como um termo (visto que assim haverá menor probabilidade de confusão devido à extensão do termo); por exemplo, se trata-se de demonstrar que a água é um líquido potável, os termos colocados devem ser *potável e água*.

15

XLIV

Que se acresça que não devemos tentar reduzir silogismos hipotéticos porque é impossível reduzi-los procedendo das premissas que foram formuladas, uma vez que estas não foram demonstradas por meio de um silogismo, tendo sido todas admitidas por consenso. Por exemplo, supõe que depois de ter assumido que a menos que haja alguma potencialidade para contrários não pode haver uma ciência deles, passes então a argumentar que nem toda potencialidade é para contrários – digamos para os sadios e para os doentes –, pois se assim fosse, uma mesma coisa seria ao mesmo tempo sadia e doente: com isso ficou demonstrado que não há uma potencialidade para todos os contrários, porém não foi demonstrado que não há uma ciência [acerca deles]. E é verdade que isto tem que ser admitido, mas somente *ex hypothesi*, e não como o resultado de demonstração silogística. Assim, este último argumento é irreduzível, mas o argumento de que não há uma potencialidade é reduzível, pois é presumível que este fosse um silogismo, ao passo que o primeiro era uma hipótese.

20

25

O mesmo ocorre também com os argumentos que são estabelecidos *per impossibile*. Estes também não são suscetíveis de análise. A redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) é analisável porque é demonstrada por um silogismo. Entretanto, o restante do argumento não é porque a conclusão é obtida a partir de uma hipótese. Estes tipos diferem daqueles descritos

30

35 anteriormente em que, no que toca aos primeiros, se for o caso de admitir a conclusão, necessita-se de algum argumento preliminar (exemplo: se demonstrado que há uma potencialidade para contrários, a ciência que os estuda será também a mesma). Entretanto, no que toca aos exemplos em pauta, as conclusões são admitidas mesmo na ausência de um assentimento preliminar porque o erro é óbvio, como no exemplo de que se a diagonal de um quadrado for considerada comensurável, números ímpares serão iguais a números pares.

50b1 Muitas outras conclusões são também alcançadas mediante hipótese, e estas requerem maior exame e nítida explicitação. Quais são suas diferenças e de quantas formas é obtida uma conclusão hipotética [são coisas] que serão descritas posteriormente.²³⁰ De momento, consideremos como evidente o seguinte: que é impossível analisar tais silogismos como os que se enquadram nas figuras. Explicamos a razão disso.

XLV

5 No que concerne às proposições que são demonstradas em mais de uma figura, se uma conclusão é extraída numa figura, é possível reduzir o silogismo a uma outra figura; por exemplo, um silogismo negativo na primeira figura pode ser reduzido à segunda [e um silogismo] na figura mediana – ainda que não todos, mas apenas alguns deles – [pode ser reduzido] à primeira. O princípio disto será claramente percebido nos exemplos que se seguem. Se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a todo C, A não se aplica a nenhum C. Temos a primeira figura sob essa forma. Mas se a proposição negativa for convertida, teremos a figura mediana, pois B não se aplica a nenhum A, mas se aplica a todo C. De maneira análoga, também, se o silogismo não for universal, mas particular; por exemplo, se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a algum C; teremos a figura mediana na conversão da proposição negativa.

15 Dos silogismos na segunda figura, os que são universais são reduzíveis à primeira figura, mas somente um dos dois silogismos particulares é reduzível assim. Consideremos que A não se

20 aplica a nenhum B, mas se aplica a todo C. Então teremos a primeira figura na conversão da proposição negativa, pois B não se aplicará a nenhum A, mas A se aplicará a todo C. Mas se a proposição afirmativa for ligada a B e a negativa a C, C deverá ser postulado como primeiro termo, pois C não se aplica a nenhum A e A se aplica a todo B e, conseqüentemente, C não se aplica a nenhum B. Portanto, B também não se aplica a nenhum C, uma vez que a proposição negativa é convertível. Se, 25 entretanto, o silogismo for particular, quando a proposição negativa estiver ligada ao extremo maior, o silogismo poderá ser reduzido à primeira figura, por exemplo, se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C, pois na conversão da proposição negativa teremos a primeira figura, uma vez que B não se aplica a nenhum A e A se aplica a algum C. Mas quando a 30 proposição afirmativa está ligada ao termo maior, o silogismo não pode ser decomposto, por exemplo: se A se aplica a todo B mas não a todo C, uma vez que AB não admite conversão e nem sequer se ocorresse conversão haveria um silogismo.

Por outro lado, os silogismos na terceira figura não podem todos ser decompostos na primeira, embora aqueles na primeira 35 possam todos ser decompostos na terceira. Que A se aplique a todo B e que B se aplique a algum C. Então, quando a proposição afirmativa particular for convertida, C se aplicará a algum C. Mas como foi suposto que A se aplica a todo B, obtemos assim a terceira figura. O mesmo vale também se o silogismo for negativo, uma vez que a proposição afirmativa particular é convertível e, assim, A não se aplicará a nenhum B e C se aplicará a algum B.

51a1 Dos silogismos na última figura somente um não pode ser decomposto na primeira figura, a saber, quando a proposição negativa não é universal. Todos os restantes podem ser assim analisados (decompostos). Que A e B sejam predicados de todo C. Então C se converterá numa relação particular com cada um desses 5 termos. E, portanto, se aplica a algum B. Assim, teremos a primeira figura se A se aplicar a todo C e C a algum B. O mesmo princípio também vale se A se aplicar a todo C e B a algum C, uma vez que B é convertível com C. Se, por outro lado, B se aplica a todo C e A a algum C, B tem que ser tomado como o primeiro termo, 10 uma vez que B se aplica a todo C e C a algum A, de maneira que B se aplica a algum A e, uma vez que a proposição particular é convertível, A também se aplicará a algum B.

15 Também se o silogismo for negativo, contanto que os termos estejam relacionados universalmente, o tratamento deverá ser o mesmo. Que B se aplique a todo C, mas A não se aplique a nenhum C. Então C se aplicará a algum B e A não se aplicará a nenhum C, de sorte que C será o termo médio. Será o mesmo também se a proposição negativa for universal e a afirmativa particular, pois A não se aplicará a nenhum C e C se aplicará a algum B. Se, entretanto, a proposição negativa for tomada como particular, não pode haver análise (decomposição); por exemplo: se B se aplica a todo C e A não se aplica a algum C, pois na conversão da premissa BC ambas as premissas serão particulares.

20 É também evidente que, com a finalidade de decompor as figuras entre si, a premissa que está ligada ao extremo menor tem que ser convertida em ambas as figuras,²³¹ pois vimos que a mudança de uma para a outra ocorre mediante a substituição dessa premissa.

25 Dos silogismos na figura mediana, um pode ser decomposto na terceira figura e o outro não pode. [1] Quando a proposição universal for negativa, a decomposição será possível, pois se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C, ambas as proposições igualmente são convertíveis com respeito a A, de modo que B não se aplica a nenhum A e C se aplica a algum A. Portanto, A é o termo médio. [2] Quando A se aplica a todo B, mas não se aplica a algum C, não pode haver nenhuma decomposição, pois nem uma nem outra premissa é universal após a conversão.

30 Os silogismos da terceira figura também são decomponíveis na figura mediana quando a proposição negativa for universal; por exemplo, se A não se aplica a nenhum C e B se aplica a algum ou a todo C, pois então C não se aplicará a nenhum A, mas se aplicará a algum B. Se, contudo, a proposição negativa for particular, a decomposição será impossível, uma vez que a particular negativa não admite conversão.

35 Por conseguinte, evidencia-se [em primeiro lugar,] que os tipos de silogismo que não podem ser decompostos nessas figuras são os mesmos que constatamos não poderem ser decompostos na primeira figura, e [em segundo lugar,] que quando os silo-

51b1 gismos são reduzidos à primeira figura, estes exclusivamente são estabelecidos *per impossibile*.

Da avaliação precedente, então, fica claro como devem ser os silogismos reduzidos e também [evidencia-se] que as figuras são decomponíveis entre si.

XLVI

5 Não faz diferença de pouca monta ao estabelecer ou refutar uma proposição, supormos ou não que “não ser assim” e “ser não assim” sejam expressões idênticas ou diferentes no seu significado; por exemplo, se “não ser branco” significa o mesmo que “ser não-branco” – uma vez que não significa o mesmo: a negação de “ser branco” não é “ser não-branco”, mas “não ser branco”. A explicação disso é a que se segue.

10 “Ele pode caminhar” é para “ele pode não caminhar” como “é branco” é para “é não-branco” e como “ele entende o bem” é para “ele entende o não-bem”. Com efeito, não há diferença entre “ele entende o bem” e “ele está entendendo o bem”, como não há entre “ele pode caminhar” e “ele é capaz de caminhar”. Conseqüentemente, os opostos “ele não pode caminhar” e “ele não é capaz de caminhar” são também idênticos. Se, então, “ele não é capaz de caminhar” significa o mesmo que “ele é capaz de não caminhar”, estes atributos se aplicarão ao mesmo tempo ao mesmo sujeito – uma vez que uma mesma pessoa pode tanto caminhar como não caminhar, ou está entendendo tanto o bem quanto o não-bem. Contudo, uma asserção e sua negação oposta não se aplicam ao mesmo tempo ao mesmo sujeito. Portanto, tal como “não entender o bem” e “entender o não-bem” não são idênticos, também “ser não-bom” e “não ser bom” não são idênticos, pois se um par de termos correspondentes num conjunto analógico é diferente, o outro também o é. Nem é “ser não-igual” idêntico a “não ser igual”, pois o primeiro, “aquilo que é não-igual”, possui um sujeito definido, a saber, o desigual; mas o segundo não possui nenhum. Por esta razão tudo é ou igual ou desigual, mas [não podemos dizer que] tudo é ou igual ou não-igual.

20 Por outro lado, as proposições “é madeira não-branca” e “não é madeira branca” não são aplicáveis ao mesmo sujeito, pois se a madeira é não branca, [ainda assim] será madeira, mas

35 aquilo que não é madeira branca não é necessariamente madeira alguma. Por conseguinte, fica evidente que “é não-bom” não constitui a negação de “é bom”. Se, então, ou a afirmação ou a negação é verdadeira de toda coisa singular, se a negação não é verdadeira, está claro que a afirmação tem, em algum sentido, que ser verdadeira. Mas toda afirmação tem uma negação e, portanto, a negação da afirmação em pauta é “não é não-bom”.

Ora, esses termos estão relacionados entre si como se segue. Que A corresponda a “ser bom”, B a “não ser bom”, C a “ser não-bom” (que se subordina a B) e D a “não ser não-bom” (que se subordina a A). Então, ou A ou B se aplicará a tudo, mas não podem ambos jamais se aplicar ao mesmo sujeito; e ou C ou D se aplicará a tudo, mas não podem ambos jamais se aplicar ao mesmo sujeito. Ademais, B necessariamente se aplica a tudo a que C se aplica, pois se é exato dizer “é não-branco”, também é exato dizer “não é branco”, uma vez ser impossível que uma coisa seja simultaneamente branca e não-branca, ou que a madeira seja não-branca e branca, de sorte que se a afirmação não se aplicar, a negação o fará. Mas C nem sempre se aplica a B, pois aquilo que não é de modo algum madeira não pode tampouco ser madeira branca. Inversamente, então, D se aplicará a tudo a que A se aplica, pois ou C ou D se aplica necessariamente, e uma vez que não é possível ser simultaneamente não-branco e branco, D aplicar-se-á, visto que é exato afirmar daquilo que é branco que não é não-branco. Mas A não pode ser afirmado de todo D, pois não é exato afirmar daquilo que não é de modo algum madeira que é A, ou seja, que é madeira branca. Conseqüentemente, D é verdadeiro (exato), mas A (que é madeira branca) não é verdadeiro. Fica claro que a combinação AC também jamais pode se aplicar ao mesmo sujeito, ao passo que tanto B quanto D podem às vezes se aplicar ao mesmo sujeito.

15 A relação entre termos privativos²³² e afirmativos nesse sistema é semelhante. A corresponde a igual, B a não-igual, C a desigual, D a não-desigual.

Em casos nos quais o mesmo atributo é predicado de alguns sujeitos e não o é de outros, a negação pode ser predicada com

20 igual verdade: que *todas* as coisas não são brancas ou que *cada* uma não é branca; mas que cada coisa é não-branca ou que todas as coisas são não-brancas é falso. Analogamente, a negação de “todo animal é branco” não é “todo animal é não-branco”, pois ambas estas proposições são falsas, mas “nem todo animal é branco”. E uma vez que está claro que “é não-branco” e “não é branco” têm significado diferente e que um é uma afirmação e o outro uma negação, fica evidente que o método demonstrativo não é idêntico em ambos os casos, a saber, demonstrar a proposição de que tudo que é um animal não é branco ou pode não ser branco, e a proposição de que é verdadeiro dizer que é não-branco, pois isto é o que “ser não branco” significa. Mas o mesmo método demonstrativo se aplica às proposições de que é verdadeiro dizer *que é branco* e que é verdadeiro dizer *que é não-branco*, pois ambas são demonstradas construtivamente por meio da primeira figura, uma vez que a expressão *é verdadeiro* se situa paralelamente à expressão *é*, posto que a negação de “é verdadeiro classificá-lo de branco” não é “é verdadeiro classificá-lo de não-branco”, mas “não é verdadeiro classificá-lo de branco”. Se, então, pretende-se ser verdadeiro dizer que tudo que é um homem é músico ou é não-músico,²³³ supondo-se que tudo que é um animal é músico ou é não músico, a demonstração estará feita. “Que tudo que é um homem não é músico” é demonstrado por refutação pelos três modos já descritos.

Em geral, quando A e B estão de tal maneira relacionados que não podem se aplicar simultaneamente ao mesmo sujeito, ainda assim um ou outro se aplica necessariamente a tudo,²³⁴ e quando C e D se acham relacionados da maneira semelhante e A é um conseqüente de C e a relação não é reversível, então D será um conseqüente de B e esta relação não será reversível. Que se acrescente que A e D podem se aplicar ao mesmo sujeito, mas B e C não podem.

5 Que B é um conseqüente de D fica evidente com base na demonstração que se segue. Uma vez que um ou outro dos

termos C e D necessariamente se aplica a tudo e C não pode se aplicar àquilo a que B se aplica, porque C encerra A, e A e B não podem ambos se aplicar ao mesmo sujeito, fica evidente que D será um conseqüente de B; uma vez que a relação de C com A não é reversível e ou C ou D se aplica a tudo, A e D podem se aplicar ao mesmo sujeito. B e C, todavia, não podem porque, visto que C contém A, isso nos deixa com um resultado impossível. Assim, é evidente que a relação de B com D é igualmente irreversível, uma vez que é possível para D e A se aplicarem simultaneamente.

Ocorre, às vezes, neste arranjo de termos, que venhamos a ser enganados por não selecionarmos acertadamente os opostos, um ou outro dos quais tem que se aplicar a tudo, como exemplificamos na imediata seqüência. "A e B não podem se aplicar simultaneamente ao mesmo sujeito, mas onde um não se aplica, o outro se aplica necessariamente. Por outro lado, C e D estão relacionados de forma semelhante, e onde C se aplica, A está contido. E, então, se concluirá que onde D se aplica, B necessariamente se aplica (o que é falso). Que F seja tomado como a negação de A e B, e G como aquela de C e D. Então ou A ou F tem que se aplicar a tudo, uma vez que ou a afirmação ou a negação tem que assim aplicar-se – e igualmente tem ou C ou G, visto serem afirmação e negação. E, também, A se aplica, *ex hypothesi*, onde C se aplica. Conseqüentemente, G se aplica a tudo a que F se aplica. Por outro lado, uma vez que um ou outro dos termos F e B aplica-se a tudo, e analogamente no que respeita a G e D, e uma vez que G é um conseqüente de F, B também será um conseqüente de D, do que já estamos cientes.²³⁵ Então, se A é um conseqüente de C, também o é B de D". Mas isso é falso, pois constatamos que em termos assim constituídos ocorre a relação conseqüencial inversa. A explicação está em que é presumivelmente desnecessário que A ou F se apliquem a tudo, tampouco que F ou B o façam, uma vez que F não é a negação de A. A negação do bom é o não-bom, e o não-bom não é idêntico ao nem bom nem não-bom. O mesmo vale para C e D. Nos dois casos, duas negações foram supostas para um termo.

LIVRO II

I

52b38 Explicitamos até agora em quantas figuras é produzido um silogismo, o caráter e número das premissas graças às quais é ele produzido e as circunstâncias e condições que regulam sua formação. Além disso, explicamos qual tipo de atributos convém ser considerado ao se refutar e ao se estabelecer uma proposição e como empreender a tarefa que nos cabe seguindo um dado método de investigação. A título de complemento, [explicamos] mediante quais meios podemos aportar aos princípios²³⁶ apropriados a cada caso.

5 Ora, sendo alguns silogismos universais e alguns particulares, os universais sempre produzem mais de uma inferência. Mas enquanto esses silogismos particulares, que são afirmativos, produzem mais do que uma inferência, os que são negativos produzem somente a conclusão, pois se todas as outras premissas são convertíveis, a premissa negativa particular não é e a conclusão consiste num atributo predicado de um sujeito. Assim, todos os outros silogismos produzem mais de um resultado; por exemplo, se foi demonstrado que A se aplica a todo ou algum B, B tem também que se aplicar a algum A, e se foi demonstrado que A não se aplica a nenhum B, então B não se aplica a nenhum A. Trata-se aqui de uma conclusão diferente daquela primeira. Mas se A não se aplica a algum B, não se conclui que B também não se aplica a algum A, uma vez que pode se aplicar a todo [A].

15 Esta razão, assim, é comum a todos os silogismos, quer universais ou particulares. No entanto, no que toca aos universais, é possível também apresentar uma outra razão. O mesmo silogismo valerá para todos os termos que estejam subordinados ao termo médio ou à conclusão, se tais termos forem colocados respectivamente no médio e na conclusão. Por exemplo: se AB é uma conclusão alcançada por meio de C, A terá que ser predicado de todos os termos que estão subordinados a B ou C, pois

25 se D se encontrar inteiramente contido em B, e B em A, D também estará contido em A. Por outro lado, se E estiver inteiramente contido em C, e C em A, E também estará contido em A. Ocorrerá coisa análoga se o silogismo for negativo. Na segunda figura, contudo, a inferência somente terá validade no que tange àquilo que esteja subordinado à conclusão. Por exemplo, se A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a todo C, a conclusão será que B não se aplicará a nenhum C. Então, se D está subordinado a C, é evidente que B não se aplica a D. Que ele não se aplica a termos subordinados a A o silogismo não demonstra, embora B não se aplique a E, se E estiver subordinado a A. Mas enquanto foi demonstrado pelo silogismo que B não se aplica a nenhum C, que B não se aplica a A foi suposto sem demonstração, de sorte que não se conclui, por força do silogismo, que B não se aplica a E.

35 No tocante aos silogismos particulares, não haverá inferência necessária quanto aos termos subordinados à conclusão (posto que não resulta nenhum silogismo quando essa premissa é tomada como particular), mas haverá uma que vale para todos os termos subordinados ao médio, com a ressalva de que não será alcançada pelo silogismo; exemplo: se supomos que A se aplica a todo B e a algum C, visto que não haverá inferência alguma quanto ao que está subordinado a C; mas haverá uma quanto ao que está subordinado a B, embora não graças ao silogismo já produzido. Ocorre algo análogo também com as demais figuras. Não haverá inferência no que concerne àquilo que está subordinado à conclusão, porém haverá uma no que tange ao outro subordinado, com a ressalva de que não graças ao silogismo, tal como nos silogismos universais os termos subordinados ao médio são demonstrados, como vimos, com base numa premissa não demonstrada. Assim, ou não há aplicação do princípio no primeiro caso ou há inclusive aqui.²³⁷

II

5 É possível que as premissas responsáveis pela produção do silogismo sejam ambas verdadeiras, ou ambas falsas, ou uma

verdadeira e a outra, falsa. A conclusão, entretanto, é necessariamente verdadeira ou falsa. Ora, é impossível tirar uma conclusão falsa de premissas verdadeiras, mas é possível tirar uma conclusão verdadeira de premissas falsas, apenas com a ressalva de que a conclusão será verdadeira não no que se refere à razão, mas ao que se refere ao fato. Não é possível estabelecer o racional a partir de premissas falsas. O porque disso será exposto na seqüência.²³⁸

10 Em primeiro lugar, que não é possível extrair uma conclusão falsa de premissas verdadeiras se tornará evidente pelo argumento que se segue. Se, quando A é, B tem que ser, então se B não é, A não pode ser. Portanto, se A for verdadeiro, B terá que ser verdadeiro: de outra maneira, concluiríamos que a mesma coisa ao mesmo tempo é e não é, o que é impossível. (Não é de se supor que porque A foi postulado como um termo singular, é possível que qualquer inferência necessária seja extraída de qualquer suposição singular, pois isto é impossível. A inferência necessária é a conclusão, e os meios mínimos pelos quais esta pode ser produzida são três termos e duas relações conectivas ou premissas.) Se, então, é verdadeiro que A se aplica a tudo a que B se aplica e que B se aplica onde C se aplica, A tem que se aplicar onde C se aplica e isto não pode ser falso – de outra maneira, o mesmo atributo simultaneamente se aplicará e não se aplicará. Assim, embora A esteja postulado como um termo singular, ele representa a conjunção de duas premissas. Analogamente com respeito também aos silogismos negativos – é impossível demonstrar uma conclusão falsa a partir de premissas verdadeiras.

25 É possível tirar uma conclusão verdadeira de premissas falsas não apenas quando ambas as premissas são falsas, como também quando somente uma é falsa – mas não uma ou outra indiscriminadamente – e sim a segunda, se tomada como completamente falsa na forma em que é assumida; de outra maneira, a falsidade pode pertencer a uma ou outra premissa. Que A se aplique à totalidade de C, mas não se aplique a nenhum B, e que B não se aplique a nenhum C. Isto é possível, por exemplo: *animal* não se aplica a nenhuma *pedra* e *pedra* não se aplica a nenhum *homem*. Se, então, se supõe que A se aplica a todo B e

35 B a todo C, A se aplicará a todo C. Assim, a conclusão a partir
de premissas (que são ambas *falsas*) é *verdadeira*, já que todo
homem é um animal. Ocorre algo análogo também com o silo-
gismo negativo, uma vez que é possível tanto para A quanto
para B não se aplicarem a nenhum C e, não obstante, para A
aplicar-se a todo B; por exemplo, se os mesmos termos anterio-
res forem tomados com *homem* como termo médio, uma vez
que nem *animal* nem *homem* se aplicam a alguma *pedra*, mas
40 *animal* se aplica a todo *homem*. Assim, se é suposto que aquilo
que se aplica a todo não se aplica a nenhum, e que aquilo que
não se aplica aplica-se a todo, não obstante ambas as premissas
54a1 serem falsas, a conclusão delas tirada será verdadeira. Uma
demonstração semelhante também pode ser obtida se ambas as
premissas supostas são parcialmente falsas.

Se, entretanto, somente uma das premissas formuladas é fal-
sa, quando a primeira, digamos AB, for completamente falsa, a
conclusão não será verdadeira; mas quando BC for completa-
5 mente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira. Quero dizer
com "completamente falsa" a proposição contrária, isto é, se
aquilo que não se aplica a nenhum se supõe como aplicando a
todo, ou *vice-versa*. Que A não se aplique a nenhum B e B a
todo C. Então, se a premissa BC, que suponho ser verdadeira, e
a premissa AB for completamente falsa, ou seja, A se aplicar a
10 todo B, a conclusão não poderá ser verdadeira, pois, *ex hypo-*
thesi, A não se aplica a nenhum C, se A não se aplicar a nada a
que B se aplica e B se aplicar a todo C. Analogamente, também,
se A se aplicar a todo B e B a todo C, e a premissa BC que foi
suposta for verdadeira, mas a premissa AB for suposta numa
15 forma que seja completamente falsa, a saber, que A não se apli-
ca a nada a que B se aplica, a conclusão será falsa, pois A se
aplicará a todo C se A aplicar-se a tudo a que B se aplica, e B se
aplica a todo C. Com isso fica evidente que, quando a primeira
premissa suposta, quer afirmativa ou negativa, é completamente
falsa e a outra premissa é verdadeira, a conclusão resultante não
é verdadeira – mas será verdadeira se a premissa suposta não
for completamente falsa, uma vez que se A aplicar-se a todo C e
20 a algum B, e B se aplicar a todo C, como, por exemplo, *animal*
se aplica a todo *cisne* e a algum *branco* e *branco* se aplica a
todo *cisne*; e se for suposto que A se aplica a todo B e B a todo
C, A se aplicará a todo C, o que é verdadeiro, uma vez que todo
cisne é um animal. O mesmo ocorre também, supondo que AB

25 seja negativa, pois é possível para A aplicar-se a algum B, mas a
nenhum C, e para B aplicar-se a todo C, como, por exemplo,
animal se aplica a algum *branco*, mas não se aplica a nenhuma
neve, enquanto *branco* se aplica a toda *neve*. Supondo-se, en-
tão, que A não se aplica a nenhum B e B a todo C, A não se
aplicará a nenhum C. Mas se a premissa AB, que é suposta, for
30 completamente verdadeira, e BC for completamente falsa, tere-
mos uma conclusão verdadeira, pois não há razão para que A
não se aplique a todo B e a todo C, enquanto B não se aplica a
nenhum C, como ocorre no que diz respeito a todas as espécies
de um gênero que não são subordinadas entre si, posto que
animal se aplica tanto ao *cavalo* quanto ao *homem*, mas *cavalo*
não se aplica a nenhum *homem*. Assim, se supõe-se que A se
35 aplica a todo B, e B a todo C, a conclusão será verdadeira, em-
bora a premissa BC seja completamente falsa.

Analogamente também quando a premissa AB for negativa,
pois é possível que A não se aplique a nenhum B e a nenhum C
e que B não se aplique a nenhum C, como, por exemplo, um
gênero não se aplica à espécie de um outro gênero, uma vez
que *animal* não se aplica nem à música nem à medicina, nem a
54b1 música se aplica à medicina. Se, então, supõe-se que A não se
aplica a nenhum B, mas B se aplica a todo C, a conclusão será
verdadeira.

Também se a premissa BC não for completamente, mas a-
penas parcialmente falsa, a conclusão será novamente verdadei-
5 ra, pois não há razão para A não se aplicar à totalidade tanto de
B quanto de C, enquanto B se aplicar a algum C, como, por
exemplo, o gênero se aplica tanto à espécie quanto às diferen-
ças, uma vez que *animal* se aplica a todo (cada) homem e a
tudo que caminha, ao passo que *homem* se aplica a algumas
coisas que caminham [sobre a terra], mas não a todas. Se su-
põe-se, então, que A se aplica a todo B e B a todo C, A se apli-
cará a todo C – o que, como vimos, é verdadeiro.

10 Ocorre algo análogo se a premissa AB for negativa, uma vez
que é possível para A não se aplicar a nenhum B e a nenhum C
e, no entanto, para B se aplicar a algum C, como, por exemplo,
o gênero não se aplica à espécie e às diferenças de um outro
gênero, visto que *animal* não se aplica nem à *inteligência* nem a
especulativo, ao passo que *inteligência* se aplica a algum *especu-*

15 *lativo*. Se, então, supõe-se que A não se aplica a nenhum B e que B se aplica a todo C, A não se aplicará a nenhum C – o que, como vimos, é verdadeiro.

No que toca aos silogismos particulares, é possível que a conclusão seja verdadeira tanto [1] quando a primeira premissa for completamente falsa e a outra for verdadeira quanto [2] quando a primeira premissa for parcialmente falsa e a outra for verdadeira; e [3] quando a primeira for verdadeira e a segunda parcialmente falsa; e, ainda, [4] quando ambas forem falsas.

[1] Pois não há razão para que A não se aplique a nenhum B, mas se aplique a algum C, enquanto B se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhuma *neve*, mas a algum *branco*, e *neve* se aplica a algum *branco*. Supondo, então, que *neve* seja formulado como o termo médio e *animal* como o primeiro e se assuma que A se aplica à totalidade de B e B a algum C, AB será completamente falsa, mas BC verdadeira e a conclusão será verdadeira. Algo análogo ocorre também quando a premissa AB for negativa, uma vez que é possível para A aplicar-se ao todo de B e não se aplicar a algum C e, não obstante, para B se aplicar a algum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *homem*, mas não é um conseqüente de algum *branco*, e *homem* se aplica a algum *branco*, de sorte que se *homem* for postulado como o termo médio e supor-se que A não se aplica a nenhum B e B se aplica a algum C, a conclusão será verdadeira, ainda que a premissa AB seja completamente falsa.

[2] Também se a premissa AB for parcialmente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira, pois não há razão para que A não se aplique tanto a algum B quanto a algum C, enquanto B se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *belo* e a algum *grande*, e *belo* se aplica a algum *grande*. Assim, se supormos que A se aplica a todo B, e B a algum C, a premissa AB será parcialmente falsa, mas BC será verdadeira e a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se a premissa AB for negativa, visto que os termos serão os mesmos e estarão ligados da mesma forma com vista à demonstração.

[3] De novo, se AB for verdadeira e BC falsa, a conclusão poderá ser verdadeira, pois não há razão para que A não se aplique à totalidade de B e a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* aplica-se a todo *cisne*

10 e a algum *negro*, e *cisne* não se aplica a nenhum *negro*, de maneira que, se for suposto que A se aplica a todo B e B a algum C, a conclusão será verdadeira, ainda que BC seja falsa.

Analogamente, também, se a premissa AB for negativa, uma vez que é possível para A não se aplicar a nenhum B e a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, um gênero não se aplica a uma espécie de um outro gênero e não se aplica a algum acidente de sua própria espécie, pois *animal* não se aplica a nenhum *número* e não se aplica a algum *branco*, e *número* não se aplica a nenhum *branco*. Assim, se *número* for tomado como o termo médio, e se supor que A não se aplica a nenhum B e B a algum C, A não se aplicará a algum C – o que, como vimos, é verdadeiro. A premissa AB é verdadeira e BC é falsa.

[4] A conclusão pode também ser verdadeira se AB for parcialmente falsa e BC for também falsa, uma vez que não há razão para que A não se aplique a algum B e a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C; por exemplo, se B é contrário a C e ambos são acidentes do mesmo gênero, pois *animal* se aplica a algum *branco* e algum *negro*, mas *branco* não se aplica a nenhum *negro*. Assim, caso se suponha que A se aplica a todo B, e B a algum C, a conclusão será verdadeira e, assim, também, se a premissa AB for tomada como negativa, pois os termos serão os mesmos e serão postulados na mesma relação para efeito da demonstração.

A conclusão também pode ser verdadeira quando ambas as premissas são falsas, pois é possível para A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, um gênero não se aplica a uma espécie de outro gênero, mas se aplica a um acidente de sua própria espécie; *animal* não se aplica a nenhum *número*, mas se aplica a algum *branco* e *número* não se aplica a nenhum *branco*. Assim, se supõe-se que A se aplica a todo B e B a algum C, a conclusão será verdadeira, embora ambas as premissas sejam falsas.

É ainda análogo, também, se AB for negativa, porque não há razão para que A não se aplique ao todo de B e, não obstante, não se aplique a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *cisne*, mas não se aplica a algum *negro*, enquanto *cisne* não se aplica a nenhum *negro*; de sorte que uma vez se suponha que A não se aplica a

55b1 nenhum B e que B se aplica a algum C, A não se aplica a algum C. Assim, a conclusão é verdadeira, a despeito das premissas serem falsas.

III

5 Na figura mediana é possível alcançar uma conclusão verdadeira mediante premissas falsas em todas as combinações, *quais sejam*, se ambas as premissas forem completamente falsas, se cada uma for parcialmente falsa, se uma for verdadeira e a outra {completamente} falsa (seja uma ou outra a falsa), {se ambas forem parcialmente falsas, se uma for absolutamente verdadeira e a outra parcialmente falsa e se uma for completamente falsa e a outra parcialmente verdadeira}²³⁹ – tanto no que toca aos silogismos universais quanto aos particulares.

15 Se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a todo C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhuma *pedra*, mas se aplica a todo *cavalo*, se as premissas forem tomadas no sentido contrário e se supor que A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C – ainda que as premissas sejam completamente falsas –, a conclusão a partir delas pode ser verdadeira. Analogamente, também, se A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, uma vez que obteremos o mesmo silogismo.

20 O mesmo ocorre se uma premissa for completamente falsa e a outra completamente verdadeira, porque não há razão para que A não se aplique ao todo tanto de B quanto de C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, um gênero se aplica à espécie não subordinada, pois *animal* aplica-se tanto a todo *cavalo* quanto a todo *homem*, e nenhum *homem* é um *cavalo*. Assim, caso se suponha que *animal* se aplica ao todo de uma mesma espécie e a nenhum da outra espécie, uma premissa será completamente verdadeira e a outra completamente falsa, e a conclusão será verdadeira, sem que importe a quais dos termos se refira a negativa.

25 Igualmente, também, se uma premissa for parcialmente falsa e a outra completamente verdadeira, uma vez que é possível para A aplicar-se a algum B e a todo C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *branco* e a todo *corvo*, e *branco* não se aplica a nenhum *corvo*. Assim, se supomos que A não se aplica a nenhum B, mas se aplica ao todo de C, a premissa AB será parcialmente falsa e AC será completamente verdadeira, bem como a conclusão. Analogamente, também, se a negativa for transposta, uma vez que a demonstração será efetuada através dos mesmos termos. E também se a premissa afirmativa for parcialmente falsa e a negativa completamente verdadeira, porque não há razão para que A não se aplique a algum B e, não obstante, não se aplique de modo algum a C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *branco*, mas não se aplica a nenhuma *resina* e *branco* não se aplica a nenhuma *resina* – de sorte que, se supomos que A se aplica ao todo de B, mas não se aplica a nenhum C, AB será parcialmente falsa e AC completamente verdadeira, bem como a conclusão.

35 A conclusão pode também ser verdadeira se ambas as premissas forem parcialmente falsas, uma vez que é possível para A aplicar-se a algum tanto de B como de C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *branco* e a algum *negro*, mas *branco* não se aplica a nenhum *negro*. Assim, se supomos que A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, ambas as premissas serão parcialmente falsas, mas a conclusão será verdadeira. Algo análogo, também, se a premissa negativa for transposta, a demonstração sendo feita por meio dos mesmos termos.

5 É evidente que o mesmo também é válido para os silogismos particulares, pois não há razão para que A não se aplique a todo B e a algum C, enquanto B não se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *homem* e a algum *branco*, mas *homem* não se aplicará a algum *branco*. Assim, se tomarmos A como não se aplicando a nenhum B, mas se aplicando a algum C, a premissa universal será completamente falsa, mas a premissa particular será verdadeira, o mesmo o sendo a conclusão.

10 A situação será análoga também se a premissa AB for tomada como afirmativa, pois é possível para A não se aplicar a nenhum B e não se aplicar a algum C, e para B não se aplicar a

15

algum C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhum *inanimado* e não se aplica a algum *branco*, e *inanimado* não se aplicará a algum *branco*. Assim, se A é assumido como se aplicando a todo B e não se aplicando a algum C, a premissa universal AB será completamente falsa, mas AC será verdadeira, como o será também a conclusão.

20

O mesmo ocorrerá se a premissa universal for verdadeira e a premissa particular for falsa, porque não há razão para que A não seja um conseqüente de nenhum de B ou C, enquanto B não se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhum *número* ou *coisa inanimada* e *número* não é um conseqüente de algumas *coisas inanimadas*. Assim, se A for tomado como não se aplicando a nenhum B, mas se aplicando a algum C, a conclusão e a premissa universal serão verdadeiras, ainda que a premissa particular seja falsa.

25

Analogamente, também, se a premissa universal for tomada como afirmativa, uma vez que é possível para A aplicar-se ao todo tanto de B quanto de C e, ainda assim, para B não ser um conseqüente de algum C, como, por exemplo, o gênero se aplica à espécie e às diferenças, uma vez que *animal* se aplica a todo *homem* e a tudo “aquilo que pisa sobre a terra”, mas *homem* não se aplica a tudo que pisa sobre a terra, de sorte que se supormos que A se aplica ao todo de B, mas que não se aplica a algum C, a premissa universal será verdadeira e a particular será falsa, mas a conclusão será verdadeira.

30

35

É evidente igualmente que a conclusão extraída de premissas que são, ambas, falsas, pode ser verdadeira, uma vez que é possível para A aplicar-se ao todo tanto de B quanto de C e, ainda assim, para B, não ser um conseqüente de algum C, pois se supormos que A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C, ambas as premissas serão falsas, mas a conclusão será verdadeira.

O caso será análogo ainda se a premissa universal for afirmativa e a particular for negativa, pois é possível para A não ser conseqüente de nenhum B, mas o ser de todo C, e para B não se aplicar a algum C, como, por exemplo, *animal* não é conseqüente de nenhum *conhecimento*, ainda que o seja de todo *homem* e *conhecimento* não seja um conseqüente de todo *homem*. Assim, se supormos que A se aplica à totalidade de B, mas

que não é um conseqüente de algum C, as premissas serão falsas, mas a conclusão será verdadeira.

IV

5

Na última figura também será possível alcançar uma conclusão verdadeira por meio de premissas falsas [nas seguintes situações]: [1] quando ambas as premissas são completamente falsas, [2] quando cada uma delas é parcialmente falsa, [3] quando uma é completamente verdadeira e a outra completamente falsa, [4] quando uma é parcialmente falsa e a outra completamente verdadeira e vice-versa e em todas as demais combinações possíveis das premissas.

10

[1] Pois não há nenhuma razão, embora nem A nem B se aplique a algum C, para que A não se aplique a algum B, como, por exemplo, nem homem nem “aquilo que pisa sobre a terra” é um conseqüente de qualquer coisa inanimada, não obstante homem se aplique a algumas coisas que pisam sobre a terra. Assim, se supormos que A e B se aplicam a todo C, as premissas serão completamente falsas, mas a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se uma premissa for negativa e a outra for afirmativa, pois é possível para B não se aplicar a nenhum C e A se aplicar a todo C, e para A não se aplicar a algum B, como, por exemplo, negro não se aplica a nenhum cisne e animal se aplica a todo cisne, e animal não se aplica a tudo que seja negro; de sorte que, se supormos que B se aplica a todo C e A não se aplica a nenhum C, A não se aplicará a algum B, com o que a conclusão será verdadeira, ainda que as premissas sejam falsas.

15

20

25

[2] Assim também se cada uma das premissas for parcialmente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira, porque não há razão para que A e B não se apliquem a algum C, enquanto A se aplica a algum B, como, por exemplo, *branco* e *belo* se aplicam a algum *animal* e *branco* a algum *belo*. Assim, se A e B forem tomados como se aplicando a todo C, as premissas serão parcialmente falsas, mas a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se AC for assumida como negativa, pois é inteiramente possível A não se aplicar a algum C e B se aplicar a algum C, e A não se aplicar a todo B, como, por exemplo, *branco* não se aplica a alguns animais e *belo* se aplica a alguns, e

30 branco não se aplica a tudo que seja *belo*, de sorte que se supormos que A não se aplica a nenhum C, e que B se aplica a todo C, ambas as premissas serão parcialmente falsas, mas a conclusão será verdadeira.

35 [3] E, assim, também se uma premissa for completamente falsa e a outra completamente verdadeira, pois é possível tanto para A quanto para B serem conseqüentes de todo C e, ainda assim, para A não se aplicar a algum B, como, por exemplo, *animal* e *branco* são conseqüentes de todo *cisne*, não obstante *animal* não se aplique a tudo que seja *branco*. Assim, uma vez estejam esses termos postulados, se supormos que B se aplica, mas A não se aplica à totalidade de C, BC será completamente verdadeira e AC completamente falsa, ao passo que a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se BC for falsa e AC verdadeira; os mesmos termos {negro, cisne, inanimado}²⁴⁰
57a1 servirão ao propósito de demonstração. O caso é o mesmo, se ambas as premissas forem tomadas como afirmativas, porque não há razão, na medida em que B seja um conseqüente de todo C, e A não se aplica à totalidade de C, para que A não se aplique a algum B, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *cisne*, *negro* não se aplica a nenhum *cisne* e *negro* a alguns animais, de sorte que, se supormos que A e B se aplicam a todo C, BC será completamente verdadeira, AC completamente falsa e a conclusão será verdadeira. Analogamente, se a premissa AC por nós suposta for verdadeira, uma vez que a demonstração será realizada por meio dos mesmos termos.

10 [4] A solução é idêntica quando uma premissa for completamente verdadeira e a outra parcialmente falsa, pois é possível para B aplicar-se a todo C e para A aplicar-se algum C enquanto se aplica a algum B, como, por exemplo, *bípede* se aplica, mas *belo* não se aplica a todo *homem* e *belo* se aplica a algum *bípede*. Assim, se supormos que tanto A quanto B se aplicam à totalidade de C, BC será completamente verdadeira e AC parcialmente falsa, mas a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se a premissa suposta AC for verdadeira e BC for parcialmente falsa, a demonstração podendo ser feita por meio do rearranjo dos mesmos termos. Assim, também, se uma premissa

20 for negativa e a outra, afirmativa, pois visto que é possível para B aplicar-se à totalidade de C e para A a algum C – e quando os termos estão relacionados desta maneira A não se aplica a todo B –, se supormos que B se aplica à totalidade de C e A a nenhum C, a premissa negativa será parcialmente falsa, porém a outra será completamente verdadeira, o mesmo sendo a conclusão. Ademais, uma vez demonstrado que quando A não se aplica a nenhum C e B se aplica a algum C, é possível para A não se aplicar a algum B,²⁴¹ fica evidente que quando AC for completamente verdadeira e BC parcialmente falsa, ainda será possível que a conclusão seja verdadeira, pois se supormos que A não se aplica a nenhum C e que B se aplica a todo C, AC será completamente verdadeira e BC parcialmente falsa.

30 Revela-se óbvio, então, que, no que toca aos silogismos particulares, também será possível sob quaisquer condições alcançar uma conclusão verdadeira por meio de falsas premissas, pois cumpre supor os mesmos termos que são supostos quando as premissas são universais: termos afirmativos em silogismos afirmativos e termos negativos em silogismos negativos, porque é indiferente, no que respeita à formulação dos termos, se supomos que aquilo que não se aplica a nenhum se aplica a todo, ou
35 que aquilo que se aplica a algum se aplica universalmente. É análogo também no que se refere aos silogismos negativos.

Assim, evidencia-se que, enquanto no caso da conclusão ser falsa, os fundamentos²⁴² do argumento (*todos* ou *alguns* deles) têm que ser falsos, quando a conclusão é verdadeira não é necessário que todos ou alguns dos fundamentos sejam verdadeiros; mas mesmo quando nenhuma parte do silogismo for verdadeira, será possível – ainda que não seja uma conseqüência necessária – que a conclusão seja verdadeira. A razão disso é
57b1 que quando duas coisas estão de tal forma inter-relacionadas que quando a primeira é, a segunda tem que ser, quando a segunda não é, tampouco o será a primeira; mas quando a segunda é, não é forçoso que a primeira necessariamente seja, uma vez que é impossível que a mesma coisa deva necessariamente ser, se o mesmo fator determinante se aplica ou não se aplica. Quero dizer, por exemplo, que é impossível que B seja

5 necessariamente *grande* tanto quando A seja *branco* como quando A não seja branco, pois se quando essa coisa particular A for branca, essa coisa particular B tiver que ser grande e se B for grande, C não puder ser branco, então se A for branco, C não poderá ser branco. E se quando a primeira dessas duas coisas é, a última *tiver que ser*, se a última não é, a primeira, A, não pode ser. Então, quando B não é grande, A não pode ser branco. Mas se quando A não é branco, B tem que ser grande, resulta necessariamente que quando B não é grande, o próprio B é grande – o que é absurdo, pois se B não é grande, A não será necessariamente branco. Assim, caso se pretenda que B seja grande quando A não é branco, conclui-se que se B não é grande, o próprio B é grande, tal como a demonstração foi realizada por três termos.

V

20 A demonstração circular e recíproca consiste em empregar a conclusão e uma premissa com sua predicação invertida para demonstrar a premissa restante que foi suposta no silogismo original, como se, por exemplo, na hipótese de que houvesse sido exigido demonstrar que A se aplica a todo C e isso tivesse sido demonstrado por meio de B, tivesse em seguida que ser demonstrado, por seu turno, que A se aplica a B, supondo que A se aplica a C e C a B e, portanto, A a B, enquanto no silogismo original foi inversamente suposto que B se aplica a C; ou se, na hipótese de que seja exigido demonstrar que B se aplica a C, se supusesse que A se aplica como o predicado de C, o que era antes a conclusão, e B como o predicado de A, ao passo que no silogismo original foi inversamente suposto que A é predicado de B. A demonstração recíproca se revela impossível de qualquer outra maneira, pois se supormos um termo médio diferente, a demonstração não será circular, uma vez que nenhuma das mesmas proposições é suposta, e se supormos qualquer uma delas, terá que ser uma somente, visto que se ambas forem supostas, teremos a mesma conclusão de antes, ainda que necessitemos uma outra.

35 Assim, onde a conversão é impossível, uma das premissas das quais resulta o silogismo fica não demonstrada, uma vez que é impossível demonstrar dos termos dados que o terceiro se

aplica ao médio ou o médio ao primeiro termo. Mas onde a conversão é possível, isto é, se A, B e C são convertíveis entre si, todos podem ser demonstrados reciprocamente. Que AC seja demonstrada por meio do [termo] médio B e AB, por sua vez, por meio da conclusão e a premissa BC convertida, e BC também da mesma maneira por meio da conclusão e a premissa AB após a conversão. Temos, entretanto, que demonstrar as premissas CB e BA, pois são as únicas das premissas que empregamos que permanecem não demonstradas. Se, então, supormos que B se aplica a todo C e C a todo A, teremos um silogismo produzindo a relação de B com A. Por outro lado, se supormos que C se aplica a todo A, e A a todo B, C terá que se aplicar a todo B. Ora, em ambos estes silogismos a premissa CA foi suposta sem ser demonstrada, quando as outras já o foram. Assim, se a demonstrarmos, terão sido todas demonstradas reciprocamente. Se, então, supormos que C se aplica a todo B e B a todo A, ambas as premissas supostas estarão demonstradas e C terá que se aplicar a todo A.

Assim, evidencia-se que a demonstração circular e recíproca só pode ser realizada onde a conversão é possível; no tocante a outros silogismos, só pode ser utilizada como exposto anteriormente. Nestes últimos silogismos, também ocorre usarmos a própria coisa que é para ser demonstrada com vista à demonstração, pois demonstramos que C é predicado de B e B de A pela suposição de que C é predicado de A por meio dessas premissas, de modo a empregarmos a conclusão visando a demonstração.

Nos silogismos negativos, a demonstração recíproca é realizada como se segue. Que B se aplique a todo C e que A não se aplique a nenhum B. A conclusão é que A não se aplica a nenhum C. Então, se for requerido que se estabeleça, a seu turno, que A não se aplica a nenhum B – o que foi suposto antes –, teremos as premissas de que A não se aplica a nenhum C e que C se aplica a todo B, uma vez que assim a premissa BC é invertida. Se, por outro lado, se requer que se estabeleça que B se aplica a C, a premissa AB não precisa ser convertida novamente como antes (uma vez que a premissa “B não se aplica a nenhum A” é idêntica a “A não se aplica a nenhum B”). Mas temos que supor que B se predica de tudo aquilo de que não se predica A. Que A não se aplique a nenhum C – que era a conclusão anterior

– e suponhamos que B se predica de tudo aquilo de que não se predica A. Então B terá que se aplicar a todo C.

Assim, cada uma das três proposições foi inferida como uma conclusão, sendo isto a demonstração circular, a saber, supor a conclusão e a inversão de uma das premissas e deduzir a premissa restante.

No que diz respeito aos silogismos particulares, a premissa universal não pode ser demonstrada por meio das outras, mas a premissa particular pode. Que a premissa universal não pode ser demonstrada é evidente, uma vez que a universal é demonstrada por premissas universais, mas a conclusão não é universal e temos que extrair nossa demonstração da conclusão e da outra premissa. Ademais, se a premissa for convertida, não haverá silogismo algum como resultado, porque ambas as premissas se tornam particulares. A premissa particular, contudo, pode ser demonstrada. Que seja demonstrado por meio de B que A é predicado de algum C. Então, se supormos que B se aplica a todo A, e a conclusão persiste, B se aplicará a algum C, com o que obtemos a primeira figura com A como o médio.

Se, por outro lado, o silogismo for negativo, a premissa universal não poderá ser demonstrada pela razão explicitada acima. Mas a premissa particular será demonstrável se AB for convertida do mesmo modo que nos silogismos universais, ou seja, dizendo que B se predica do termo particular do qual A é particularmente negado; de outra maneira, não resultará silogismo algum porque a premissa particular é negativa.

VI

Na segunda figura, a proposição afirmativa não pode ser demonstrada por esse meio, mas a proposição negativa pode. A proposição afirmativa é indemonstrável porque as premissas não são ambas afirmativas; a conclusão é negativa e a proposição afirmativa só pode ser demonstrada, como vimos, por premissas que sejam ambas afirmativas. A proposição negativa é demonstrada como se segue. Que A se aplique a todo B, mas que não se aplique a nenhum C. A conclusão é que B não se aplica a nenhum C. Então se supormos que B se aplica a todo A, A necessariamente não se aplicará a nenhum C, com o que obtemos a segunda figura com B como o termo médio. Se AB foi suposta

como negativa e a outra premissa como afirmativa, teremos a primeira figura, pois C se aplica a todo A e B não se aplica a nenhum C, de forma que B não se aplica a nenhum A e, portanto, A a nenhum B. Assim, não obtemos nenhum silogismo por meio da conclusão e de uma premissa. Entretanto, teremos um silogismo se supormos uma premissa adicional.

Se o silogismo não for universal, a premissa universal não poderá ser demonstrada pela mesma razão que indicamos anteriormente.²⁴³ Mas a premissa particular pode ser demonstrada quando a proposição universal for afirmativa. Que A se aplique a todo B, mas não a todo C. A conclusão é BC. Então, se supormos que B se aplica a todo A, mas não a todo C, A não se aplicará a algum C. O termo médio é B. Se, todavia, a premissa universal for negativa, a premissa AC não poderá ser demonstrada pela conversão de AB, pois resulta que ou uma ou ambas as premissas se tornam negativas, de sorte que não haverá silogismo. Poderá, contudo, ser demonstrada de uma forma semelhante àquela que foi empregada no caso dos silogismos universais, isto é, se supormos que A seja predicável do termo particular do qual B não se predica.

VII

Na terceira figura, quando ambas as premissas são tomadas como universais, a demonstração recíproca se mostra impossível, uma vez que a proposição universal só pode ser demonstrada por meio de proposições universais, e nessa figura a conclusão é sempre particular, de modo a se revelar evidente que a premissa universal não pode ser demonstrada de modo algum por meio dessa figura. Se, entretanto, uma premissa for universal e a outra for particular, a demonstração recíproca será algumas vezes possível e algumas vezes impossível. Quando ambas as premissas são supostas como afirmativas e a relação universal estiver vinculada ao extremo menor, ela será possível; não o será quando a relação universal estiver vinculada ao outro extremo. Que A se aplique a todo C e B a algum C. A conclusão será AB. Então, se supormos que C se aplica a todo A, estará demonstrado que C se aplica a algum B, mas não que B se apli-

ca a algum C. É possível que se insista que, se C se aplica a algum B, B também tem que se aplicar a algum C, mas "Isto se aplica àquilo" não é idêntico a "Aquilo se aplica a isto". É mister que levantemos a hipótese complementar de que, se isto se aplica a algum *aquilo*, *aquilo* também se aplica a algum *isto*, e se o supormos, o silogismo não será mais produzido mediante a conclusão e a outra premissa. Mas se B se aplica a todo C, e A a algum C, a premissa AC poderá ser demonstrada após a suposição de que C se aplica a todo B, e A a algum B, pois se C se aplica a todo B, e A a algum B, A tem que se aplicar a algum B, sendo B o termo médio.

Quando uma premissa for afirmativa e a outra negativa, sendo a afirmativa universal, a outra poderá ser demonstrada. Que B se aplique a todo C e que A não se aplique a algum C. A conclusão é que A não se aplica a algum B. Então, se for adicionalmente suposto que C se aplica a todo B, resultará necessariamente que A não se aplica a algum C, o termo médio sendo B. Mas quando a premissa negativa é universal, a outra é indemonstrável, a menos, como nos exemplos anteriores,²⁴⁴ que se suponha que onde um termo não se aplica a algum, o outro se aplica a algum, como por exemplo: uma vez suposto que A não se aplica a nenhum C e B se aplica a algum C, a conclusão é que A não se aplica a algum B. Então, se supormos que C predica o termo particular do qual A é particularmente negado, C necessariamente se aplicará a algum B. Será impossível de qualquer outra maneira mediante a conversão da premissa universal, demonstrar a outra premissa, pois em caso algum haverá um silogismo.

Assim, fica evidente que, na primeira figura, a demonstração recíproca é realizada tanto pela terceira como pela primeira figura: pela primeira, quando a conclusão é afirmativa, e pela última figura, quando é negativa, pois se supõe que onde um termo não se aplica a nenhum, o outro se aplica a todo. Na figura mediana, quando o silogismo é universal, a demonstração recíproca é possível tanto pela própria figura mediana quanto pela primeira figura; quando é particular, tanto pela figura mediana quanto pela última. Na terceira figura todas as demonstrações são através dela mesma. É também evidente, nas figuras media-

na e terceira que os silogismos que não são produzidos por essas mesmas figuras ou são incompatíveis com a demonstração circular ou são imperfeitos.

VIII

59b1 Converter um silogismo consiste em inverter a conclusão e assim construir o silogismo de modo que ou o extremo maior não se aplicará ao [termo] médio ou este não se aplicará ao último termo, pois se a conclusão for convertida e uma premissa permanecer como antes, a premissa restante terá que ser invalidada, pois se for para ter validade, a conclusão terá também que ter validade. Faz diferença, contudo, se invertemos a conclusão no sentido contraditório ou no contrário, pois não obtemos o mesmo silogismo por ambos os modos de inversão, o que ficará claro pela explicação que se segue. (Pelo *contraditório* de "se aplicando a todo" quero dizer "não se aplicando a todo" e de "se aplicando a algum", "não se aplicando a nenhum", ao passo que o *contrário* de "se aplicando a todo" é "não se aplicando a nenhum" e de "se aplicando a algum" é "não se aplicando a algum".)²⁴⁵

Vamos tomar como demonstrado por meio do termo médio B que A é afirmado (predicado) de todo C. Então, na hipótese de que se suponha que A não se aplica a nenhum C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a nenhum C, e se A não se aplica a nenhum C, mas B se aplica a todo C, A não se aplicará a todo B; porém, não se conclui, de modo algum, que não se aplicará a nenhum B pois, como vimos,²⁴⁶ a proposição universal não pode ser demonstrada pela última figura. Em geral revela-se impossível invalidar a premissa maior universalmente mediante conversão porque a refutação é sempre por meio da terceira figura, uma vez que temos que supor ambas as premissas em relação com o último extremo.

O mesmo também vale se o silogismo for negativo. Que fique demonstrado por meio do termo médio B que A não se

aplica a nenhum C. Então, se supormos que A se aplica a todo C, mas que não se aplica a nenhum B, B não se aplicará a nenhum C. E se A e B se aplicam a todo C, A se aplicará a algum B. Mas, *ex hypothesi*, não se aplica a nenhum.

25 Se, entretanto, a conclusão for convertida no sentido contraditório, os silogismos também serão contraditórios e não universais, pois uma premissa se torna particular e, conseqüentemente, a conclusão também será particular. Pois que o silogismo seja afirmativo e que seja convertido no sentido que acabamos de descrever. Então, se A não se aplica a todo C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a todo C. E se A não se aplicar a todo C, mas B se aplicar, A não se aplicará a todo B. Analogamente, se o silogismo for negativo, pois se A se aplica a algum C, mas não se aplica a nenhum B, B não se aplicará a algum C; não se aplicará absolutamente a nenhum. E se A se aplica a algum C e B a todo C, como foi suposto originalmente, A se aplicará a algum B.

Quando aos silogismos particulares, (I) quando a conclusão é convertida no sentido contraditório, ambas as premissas são refutadas, mas (II) quando é convertida no sentido contrário, nenhuma das premissas é refutada, pois o resultado não é mais, como era no caso dos silogismos universais, uma refutação na qual falta universalidade à conclusão após a conversão – pelo contrário, não há refutação alguma. (I) Admitamos como demonstrado que A é afirmado (predicado) de algum C. Então, se supormos que A não se aplica a nenhum C, mas que se aplica a algum B, A não se aplicará a algum B. E se A não se aplica a nenhum C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a nenhum C. Assim, ambas as premissas são refutadas. Mas (II) se a conclusão é convertida no sentido contrário, nenhuma [premissa] é refutada, pois se A não se aplica a algum C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a algum C. A suposição original, não obstante isso, ainda não é refutada porque é possível aplicar-se a algum e, no entanto, não se aplicar a algum. No que toca à premissa universal AB, silogismo algum pode ser obtido para refutá-la, pois se A não se aplica a algum C e B se aplica a algum C, nenhuma das premissas é universal. A situação será análoga se o silogismo for negativo, pois se supormos que A se aplica a todo C, ambas as premissas são refutadas; mas caso se aplique a algum C, nenhuma delas é refutada. A demonstração é a mesma de antes.

IX

15 Na segunda figura, seja qual for o sentido no qual a conversão é feita, a premissa maior se mostra irrefutável no sentido contrário, uma vez que a conclusão será sempre obtida na terceira figura, e vimos que nesta não há silogismo universal.²⁴⁷ A outra premissa, todavia, é refutável no mesmo sentido da conversão. Por “no mesmo sentido” quero dizer que se a conversão for contrária, a refutação será no sentido contrário, e se for contraditória, [a refutação] será no sentido contraditório.

20 Por exemplo, que A se aplique a todo B, mas não se aplique a nenhum C. A conclusão será BC. Então, se supormos que B se aplica a todo C e conservarmos AB, A se aplicará a todo C, com o que obtemos a primeira figura. Mas se B se aplica a todo C e A não se aplica a nenhum C, A não se aplicará a todo B. Esta é a última figura. Se, por outro lado, BC for convertida no sentido contraditório, AB será demonstrada como antes, mas AC será refutada por seu contraditório, pois se B se aplica a algum C e A não se aplica a nenhum C, A não se aplicará a algum B; e, também, se B se aplica a algum C, e A a todo B, A se aplicará a algum C, de sorte que obteremos uma conclusão no sentido contrário. A demonstração será semelhante, inclusive, se as premissas se acharem na relação oposta.

Se, entretanto, o silogismo for particular, quando a conclusão é convertida no sentido contrário, nenhuma das premissas é refutada, tal como nenhuma delas foi refutada na primeira figura; mas quando tivermos o sentido contraditório, ambas serão refutadas. Que se suponha que A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C. A conclusão será BC. Então, se B for assumida aplicando-se a algum C e mantivermos AB, a conclusão será que A não se aplica a algum C. Mas a premissa original não é refutada, uma vez que é possível tanto aplicar-se a algum como não aplicar-se a algum. Por outro lado, se B e A se aplicam a algum C, não haverá silogismo, uma vez que nenhuma das suposições é universal. Assim, AB não é refutada. Se, contudo, a conclusão for convertida no sentido contraditório, ambas as premissas serão refutadas, pois se B se aplica a todo C e A não se aplica a nenhum B, A não se aplicará a nenhum C, enquanto antes se aplicava a algum. E também se B se aplicar a

5 todo C e A a algum C, A se aplicará a algum B. A demonstraco será a mesma também se a proposio universal for afirmativa.

X

10 Na terceira figura, quando a conclusão é convertida no sentido contrário, nenhuma das premissas  refutada em qualquer silogismo, mas quando o  no sentido contraditório, ambas são refutadas em todos os silogismos. Admitamos como demonstra-
do que A se aplica a algum B e suponhamos que C seja o termo médio e que as premissas sejam universais. Então, se supormos que A não se aplica a algum B e que B se aplica a todo C, não obteremos nenhum silogismo que ligue A e C. Por outro lado, se A não se aplicar a algum B, mas se aplicar a todo C, não haverá silogismo relacionando B e C. Teremos também uma demonstra-
15 co semelhante se as premissas não forem universais, pois ou ambas as premissas terão que ser particulares como resultado da conversão, ou a proposio universal terá que tornar-se vinculada ao extremo menor, condioes nas quais não há silogismo, como vimos, quer na primeira figura, quer na mediana.²⁴⁸

20 Se, entretanto, a conclusão for convertida no sentido contraditório, ambas as premissas serão refutadas, pois se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a todo C, A não se aplicará a nenhum C. Por outro lado, se A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a todo C, B não se aplicará a nenhum C. O mesmo também ocorre se a outra premissa não for universal, pois se A não se aplicar a nenhum B e B se aplicar a algum C, A não se aplicará a algum C. E se A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a todo C, B não se aplicará a nenhum C.
25

A situao será análoga se o silogismo for negativo. Admitamos como demonstrado que A não se aplica a algum B e que BC  afirmativa e AC negativa, pois é deste modo, como vimos,²⁴⁹ que o silogismo é produzido. Então, quando o contrário da conclusão for suposto, não haverá silogismo, pois se A se aplica a algum B e B a todo C, não há silogismo, como vimos,²⁵⁰
30

ligando A e C. Igualmente, se A se aplica a algum B, mas não se aplica a nenhum C, não há silogismo, como já constatamos,²⁵¹ relacionando B e C. Assim, as premissas não são refutadas. Mas quando o contraditório da conclusão é suposto, elas são refutadas, pois se A se aplica a todo B e B a C, A se aplicará a todo C, ao passo que antes não se aplicava a nenhum [C]. Novamente, se A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, B não se aplicará a nenhum C, ao passo que antes se aplicava a todo [C]. Dispomos de uma demonstrao semelhante também se as premissas não forem universais, pois AC se torna tanto universal quanto negativa, e a outra proposio, particular e afirmativa.
35 Assim, se A se aplica a todo B, e B a algum C, segue-se que A se aplica a algum C, enquanto antes não se aplicava a nenhum [C]. Mais uma vez, se A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, B não se aplicará a nenhum C, mas a suposio foi de que se aplica a algum [C]. Se, entretanto, A se aplica a algum B, e B a algum C, não obtemos silogismo algum e nem o obtemos se A se aplica a algum B, mas não se aplica a nenhum C. Assim, no primeiro caso as premissas são refutadas, mas no segundo não.
40
61a1

5 Com base na exposio precedente evidencia-se [1] como o silogismo é produzido em cada figura quando a conclusão é convertida, [2] em quais circunstâncias a conclusão é o contrário e em quais [] o contraditório da premissa original, e [3] que na primeira figura os silogismos são produzidos por meio da figura mediana e da última e a premissa menor é sempre refutada pela figura mediana e a maior pela última, e que na segunda figura [os silogismos] são produzidos pela primeira e a última e a premissa menor é sempre refutada pela primeira e a maior pela última figura, e que na terceira figura os silogismos são produzidos pela primeira figura e a figura mediana e a premissa maior é sempre refutada pela primeira figura e a menor pela figura mediana.
10
15

XI

Assim esclarece-se o que é a conversão, como é realizada em cada figura e qual é o silogismo dela resultante.²⁵²

Um silogismo *per impossibile* é demonstrado postulando-se o contraditório da conclusão e supondo-se uma premissa adicional. É produzido em todas as três figuras e é semelhante à conversão, mas desta difere no seguinte, a saber, que enquanto convertemos após um silogismo ter sido construído e ambas as premissas terem sido supostas, quando efetuamos uma *reductio ad impossibile*, a proposição contraditória não é de início explicitamente admitida, mas visivelmente verdadeira. Os termos, contudo, são ligados de maneira semelhante em ambos os casos, bem como o esquema de suposições é neles idêntico. Por exemplo, se A se aplica a todo B e C é o termo médio, se supormos que A não se aplica a todo B ou não se aplica a nenhum B, embora se aplique a todo C, o que é exato *ex hypothesi*, C necessariamente não se aplicará a nenhum ou não se aplicará ao todo de B. Mas isso é impossível e, conseqüentemente, a suposição era falsa, com o que o contraditório é o verdadeiro. Ocorre coisa análoga nas demais figuras, uma vez que todos os exemplos que admitem conversão também admitem inferência *per impossibile*.

Todos os outros problemas²⁵³ são demonstráveis *per impossibile* em todas as três figuras, mas a universal afirmativa, embora demonstrável na figura mediana e na terceira, não é demonstrável na primeira. Suponhamos que A não se aplica a todo B ou não se aplica a nenhum B, e suponhamos também uma outra premissa que se relaciona a um ou outro termo, ou que C se aplica a todo A ou que B se aplica a todo D, pois desta forma teremos a primeira figura. Ora, se supormos que A não se aplica a todo B, não obteremos nenhum silogismo, não importa a qual dos dois termos a premissa suposta se refira; mas se supormos que A não se aplica a nenhum B, [1] quando BD também for suposta, a despeito de podermos argumentar a favor de uma falsa conclusão, o ponto a ser demonstrado não estará demonstrado, pois se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a todo D, A não se aplicará a nenhum D. Bem, havíamos admitido tal coisa como impossível. Conseqüentemente, é falso que A não se aplique a nenhum B. Mas se "A não se aplica a nenhum B" for falsa, não se concluirá que "A se aplica a todo B" seja verdadei-

ra. [2] E se CA for também suposta, não obteremos nenhum silogismo, tal como não obtemos nenhum quando se supõe que A não se aplica a todo B. Assim, é evidente que a proposição afirmativa universal não é demonstrável *per impossibile* na primeira figura.

A proposição negativa universal, entretanto, e a particular afirmativa ou negativa, são demonstráveis. Suponhamos que A não se aplique a nenhum B e que B se aplique a todo C ou a algum C. Então se seguirá necessariamente que A não se aplica a nenhum C ou não se aplica a C de modo algum. Mas isso é impossível (uma vez que admitimos como verdadeiro e evidente que A se aplica a todo C); de onde se segue que se essa proposição é falsa, A se aplica necessariamente a algum B. Mas se a outra premissa suposta for ligada a A, não haverá silogismo, nem quando o contrário da conclusão for suposto, a saber, que A não se aplica a algum B. Assim se evidencia que temos que supor o contraditório da conclusão.

Agora, suponhamos que A se aplica a algum B e que C se aplica a todo A. Então, C tem que se aplicar a algum B. Que isso seja impossível, de maneira que a suposição seja falsa. Mas se for assim, será verdade que A não se aplica a nenhum B. Analogamente, também, se a premissa suposta CA tivesse sido negativa. Mas se a premissa ligada a B for suposta, não haverá silogismo. Se, contudo, a proposição contrária for suposta, haverá um silogismo e um argumento *per impossibile*, mas a proposição não é demonstrável. Suponhamos que A se aplica a todo B e que C se aplica a todo A. Então C terá que se aplicar a todo B. Mas isso é impossível e, assim, é falso que A se aplica a todo B. Entretanto, não é *ipso facto* necessário que se não se aplica a todo não se aplica a nenhum. Analogamente, também, supondo que a outra premissa suposta seja vinculada à B, com o que teremos um silogismo e um argumento *per impossibile*, mas a hipótese não é refutada. E, assim, é preciso que assumamos o contraditório da conclusão.

Se pretendemos demonstrar que A não se aplica a todo B, teremos que supor que ele se aplica a todo B, pois se A se aplica a todo B e C a todo A, C se aplicará a todo B, de sorte que, se isso for impossível, a suposição será falsa. Algo análogo ocorrerá também se a outra premissa houver sido vinculada a B. O mesmo também vale se CA tiver sido tomada como negativa, uma

vez que igualmente desta forma obteremos um silogismo. Mas, se a proposição negativa é vinculada a B, não há demonstração. Se, todavia, supormos não que A se aplique a todo B, mas que se aplique a algum B, o que é demonstrado não é que ele não se aplica a todo [B], mas sim que ele não se aplica a nenhum [B], pois se A se aplica a algum B e C a todo A, C se aplicará a algum B. Então, uma vez isso seja impossível, é falso que A se aplica a algum B e, portanto, verdadeiro que não se aplica a nenhum [B]. Mas mediante esta demonstração a verdade também é refutada, visto que a suposição era que A se aplica a algum B e também não se aplica a algum B. Que se acresça que a impossibilidade não se origina da hipótese, pois se fosse resultado dela, esta (hipótese) seria falsa, visto que uma conclusão falsa não pode ser tirada de premissas verdadeiras. Mas na realidade ela é verdadeira porque A se aplica a algum B e, assim, somos levados a supor não que A se aplica a algum B, mas que se aplica a todo [B]. Seria análogo também se tentássemos demonstrar que A não se aplica a algum B, pois uma vez que “não se aplicar a algum” e “não se aplicar a todo” são idênticos, a demonstração será a mesma para ambos.

Assim, é evidente que em todos os silogismos devemos supor não o contrário, mas o contraditório da conclusão, pois assim asseguraremos necessidade lógica e nossa pretensão será geralmente admitida, pois se ou a afirmação ou a negação de um dado predicado é verdadeira de todo sujeito dado, então, quando é demonstrado que a negação não é verdadeira, a afirmação tem que ser verdadeira; e, por outro lado, se não for sustentada a verdade da afirmação, a pretensão da verdade da negação será geralmente admitida. Mas de nenhum modo mostra-se apropriado pretender o contrário, pois não é necessário que, caso a negativa universal seja falsa, a afirmativa universal deva ser verdadeira e, tampouco, se reputa que, se uma é falsa, a outra é verdadeira.

XII

20 Assim se evidencia que na primeira figura, enquanto todos os outros problemas²⁵⁴ são demonstráveis *per impossibile*, a afirma-

25 tiva universal não é demonstrável. Na figura mediana e na última, contudo, até mesmo essa [proposição] é demonstrável. Suponhamos que A não se aplique a todo B e que A se aplica a todo C. Então, se não se aplica a todo B, mas se aplica a todo C, C não se aplicará a todo B. Mas isso é impossível. Tenhamos como evidente que C se aplica a todo B, de sorte a ser falsa a suposição. Então será verdadeiro que A se aplica a todo B. Mas se adotarmos a hipótese contrária, ainda que haja um silogismo e um argumento *per impossibile*, a proposição não é demonstrável, pois se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a todo C, C não se aplicará a nenhum B. Mas como isso é impossível, é falso que A não se aplica a nenhum B. Mas por ser isso falso, não se conclui que é verdadeiro que A se aplica a todo B.

30 Se quisermos demonstrar que A se aplica a algum B, que se suponha que A não se aplica a nenhum B, mas que se aplica a todo C. Então C necessariamente não se aplica a nenhum B. Assim, considerando-se que isso é impossível, A necessariamente se aplica a algum B. Se se supõe que ele não se aplica a algum [B], teremos o mesmo resultado da primeira figura.

35 Novamente, suponhamos que A se aplica a algum B, mas que não se aplica a nenhum C. Então necessariamente C não se aplica a algum B. Mas originalmente se aplicava a todo [B] e, assim, a suposição é falsa. Portanto, A não se aplicará a nenhum B.

40 Caso queiramos demonstrar que A não se aplica a todo B, tenhamos como suposto que se aplica a todo B e que não se aplica a nenhum C. Então C necessariamente não se aplica a nenhum B. Mas isso é impossível e, portanto, é verdadeiro que A não se aplica a todo B, com o que se evidencia que todos os silogismos podem ser produzidos pela segunda figura.

XIII

5 Podem ser todos, analogamente, produzidos por meio da última figura. Suponhamos que A não se aplica a algum B, mas que se aplica a todo C. Então A não se aplica a algum C. Sendo isso impossível, é falso que A não se aplica a algum B e, portanto, é verdadeiro que se aplica a todo [B]. Mas, se supormos que não se aplica a nenhum, a despeito de haver um silogismo e um argumento *per impossibile*, a proposição não é demonstrável, pois se 10 a hipótese contrária for adotada, teremos o mesmo resultado de

antes.²⁵⁵ Esta hipótese precisa ser selecionada para demonstrar que A se aplica a algum B, pois se A não se aplicar a nenhum B e C se aplicar a algum B, A não se aplicará a todo C. E, então, se isso for falso, será verdadeiro que A se aplica a algum B.

15 Se pretendemos demonstrar que A não se aplica a nenhum B, suponhamos que se aplica a algum [B] e que C também se aplica a todo B. Então A se aplica necessariamente a algum C. Mas originalmente não se aplicava a nenhum [C] e, portanto, é falso que A se aplica a algum B. Se supormos que A se aplica a todo B, a proposição não será demonstrável. Esta hipótese tem que ser eleita para demonstrar que A não se aplica a todo [B],
20 pois se A se aplicar a todo B e C a algum B, A se aplica a algum C. Antes, entretanto, não era assim e, portanto, é falso que A se aplica a todo B, e se for assim, será verdadeiro que não se aplica a todo [B]. Mas se supormos que se aplica a algum [B], o resultado será igual àqueles que descrevemos antes.

25 Com isso fica claro que em todos os silogismos *per impossibile* é a suposição contraditória que deve ser feita. Também está claro que num certo sentido a proposição afirmativa é demonstrável na figura mediana e a universal na última figura.

XIV

30 A demonstração *per impossibile* difere da demonstração ostensiva no fato de postular aquilo que pretende refutar reduzindo-o a uma falsidade admitida, enquanto a demonstração ostensiva procede de posições admitidas. Ambas, com efeito, supõem duas premissas que são admitidas; porém, enquanto a segunda supõe aquelas das quais procede o silogismo, a primeira supõe uma delas, a que é o contraditório da conclusão; ademais, na segunda²⁵⁶ a conclusão não precisa ser conhecida nem,
35 tampouco, é necessário que se a pressuponha como sendo verdadeira ou não. Entretanto, na primeira²⁵⁷ é mister que seja pressuposta como não verdadeira. É indiferente, contudo, ser a conclusão afirmativa ou negativa. O procedimento é idêntico em ambos os casos.

40 Toda proposição que é estabelecida ostensivamente pode também ser demonstrada *per absurdo* (*per impossibile*) e *vice-versa*, por meio dos mesmos termos, pois quando o silogismo for
63a1 produzido na primeira figura, a verdade aparecerá na figura mediana ou na última, se negativa, na mediana, e se afirmativa, na última. Quando o silogismo estiver na figura mediana, a verdade aparecerá na primeira figura, no que respeita a todas as proposições. Quando o silogismo estiver na última figura, a verdade aparecerá na primeira ou na mediana, afirmativa na primeira figura, negativa na figura mediana.

5 Por exemplo, admitamos como demonstrado pela primeira figura que A não se aplica a nenhum B ou a todo B. Então a hipótese era a de que A se aplica a algum B e se supôs que C se aplicava a todo A, mas não se aplicava a nenhum B: assim era
10 como o silogismo e o argumento *per impossibile* eram produzidos. Mas esta será a figura mediana se C se aplicar a todo A, mas não se aplicar a nenhum B, e fica evidente a partir dessas premissas que A não se aplica a nenhum B.

15 A situação será análoga, também, se houver sido demonstrado que [A] não se aplica a todo [B]. A hipótese é a de que se aplica a todo [B] e foi suposto que C se aplica a todo A, mas não se aplica a todo B. O mesmo vale igualmente supondo que CA seja tomada como negativa, pois neste caso também obtemos a figura mediana.

20 Mais uma vez tenhamos como demonstrado que A se aplica a algum B. Neste caso, a hipótese é a de que ele não se aplica a nenhum [B] e suposto que B se aplica a todo C e A a todo C ou algum C, pois é desta forma que surgirá a demonstração *per impossibile*. Trata-se da última figura se A e B aplicarem-se a todo C, e fica visível a partir dessas premissas que A tem que se aplicar a algum B. É análogo, também, supondo que B ou A seja tomado como se aplicando a algum C.

25 Admitamos agora na segunda figura como demonstrado que A se aplica a todo B. Neste caso a hipótese era a de que A não se aplica a todo B e as suposições de que e as premissas eram que A se aplica a todo C e C a todo B, pois é desta forma que surgirá a demonstração *per impossibile*. Trata-se da primeira
30 figura quando A se aplica a todo C e C a todo B. A situação será análoga, também, se houver sido demonstrado que A se aplica a

35 algum B. A hipótese era a de que A não se aplica a nenhum B e as premissas que A se aplica a todo C e C a algum B. No caso do silogismo negativo, a hipótese era a de que A se aplica a algum B e as premissas que A não se aplica a nenhum C e C se aplica a todo B, de maneira a obtermos a primeira figura. O mesmo vale se o silogismo não for universal; contudo, foi demonstrado que A não se aplica a algum B, uma vez que a hipótese foi a de que A se aplica a todo B e as premissas que A não se aplica a nenhum C e C se aplica a algum B, pois assim obtemos a primeira figura.

40 Novamente, na terceira figura, admitamos como demonstrado que A se aplica a todo B. Neste caso, a hipótese era a de que A não se aplica a todo B e as premissas que C se aplica a todo B e A a todo C, uma vez que é desta maneira que surgirá a demonstração *per impossibile*. E se trata da primeira figura. O mesmo também vale se a demonstração estabelecer uma conclusão particular, pois neste caso a hipótese foi a de que A não se aplica a nenhum B e a premissas de que C se aplica a algum B e A a todo C. No caso do silogismo negativo, a hipótese era a de que A se aplica a algum B e as premissas que C não se aplica a nenhum A, mas se aplica a todo B. Esta é a figura mediana. A situação é análoga, também, se a demonstração estabelecer uma conclusão particular negativa; a hipótese será a de que A se aplica a todo B e as premissas que C não se aplica a nenhum A, mas se aplica a algum B. Esta é a figura mediana.

15 Assim, fica evidente que cada uma dessas proposições também pode ser demonstrada ostensivamente por meio dos mesmos termos. E analogamente, também, se os silogismos forem ostensivos, será possível empregar a *reductio ad impossibile* pelos termos já tomados, se supormos a premissa que contradiz a conclusão, uma vez que obtemos os mesmos silogismos que obtivemos por conversão, com o que teremos imediatamente as próprias figuras pelas quais cada um será produzido. Fica claro, então, que todo problema²⁵⁸ pode ser demonstrado de ambas as formas, tanto por *reductio ad impossibile* quanto ostensivamente e que nem um nem outro método pode ser divorciado do outro.

XV

25 Pela análise que se segue se evidenciará em quais figuras podemos e não podemos extrair uma conclusão a partir de premissas opostas. Afirmo que há quatro pares de premissas que exprimem oposição verbal, quais sejam: “aplica-se a todo” e “aplica-se a nenhum”; “aplica-se a todo” e “não aplica-se a todo”; “aplica-se a algum” e “aplica-se a nenhum” e “aplica-se a algum” e “não aplica-se a algum”.²⁵⁹ Mas [, a rigor,] há somente três pares, porque a oposição de “aplica-se a algum” e “não aplica-se a algum” é puramente verbal. Destes três pares as premissas universais “aplica-se a todo” e “aplica-se a nenhum” de um dos pares (por exemplo, “Todo conhecimento é bom” e “Nenhum conhecimento é bom”) são *contrárias*; [as premissas dos] outros pares são *contraditórias*.

30 Na primeira figura, portanto, mostra-se impossível um silogismo a partir de premissas opostas, quer seja ele afirmativo ou negativo. O silogismo afirmativo é impossível porque para produzi-lo ambas as premissas têm que ser afirmativas e um par de premissas opostas é composto de uma afirmação e de sua negação. O silogismo negativo é impossível porque premissas opostas afirmam e negam o mesmo predicado do mesmo sujeito e na primeira figura o termo médio não é predicado (afirmado) dos dois outros, mas alguma outra coisa é dele negada enquanto é ele próprio predicado (afirmado) de alguma outra coisa, com o resultado de que as premissas assim formadas não se opõem.

64a1 Na figura mediana é possível obter um silogismo tanto a partir de premissas contraditórias quanto de premissas contrárias. Que A seja *boa* e B e C *ciência*. Neste caso, se supormos que toda ciência é boa e, então, que nenhuma ciência é boa, A se aplicará a todo B e não se aplicará a nenhum C, de sorte que B não se aplicará a nenhum C... e, portanto, nenhuma ciência é ciência. Analogamente, se após supormos que toda ciência é boa, supormos que a medicina não é boa, pois A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, de sorte que a ciência particular da medicina não será ciência. Igualmente, se A se aplica a todo C, mas não se aplica a nenhum B, sendo B *ciência*,

10 C medicina e A crença, uma vez que após supor que nenhuma
ciência é crença, supomos agora que, uma ciência particular é
crença. Este difere do primeiro exemplo no ser convertido com
respeito aos seus termos, pois no primeiro exemplo a proposição
afirmativa estava ligada a B, ao passo que agora está ligada a C.
O mesmo persistirá como sendo verdadeiro, se a outra premissa
15 não for universal, pois o [termo] médio é sempre aquele que é
predicado negativamente de um termo e afirmativamente do
outro.

Assim, é possível tirar uma inferência de premissas opostas,
mas nem sempre e nem sob todas as condições, porém somente
se a relação dos termos incluídos sob o médio for a da identidade
ou do todo para a parte. Nenhuma outra relação é possível.
De outro modo, as premissas não seriam em sentido algum con-
trárias ou contraditórias.

20 Na terceira figura jamais pode haver um silogismo afirmativo
a partir de premissas opostas pela razão já apresentada no caso
da primeira figura.²⁶⁰ Mas pode haver um silogismo negativo,
sejam os termos universais ou não. Que B e C correspondam à
25 ciência e A à medicina. Na hipótese, então, de supormos que
toda medicina é ciência e que nenhuma medicina é ciência,
estaremos, então, supondo que B se aplica a todo A e C não se
aplica a nenhum A – e portanto alguma ciência não será ciência.
Situação similar se apresentará se a premissa BA, por nós supos-
ta, não for universal, pois se alguma medicina é ciência e, por
30 outro lado, nenhuma medicina é ciência, conclui-se que alguma
ciência não é ciência. As premissas são contrárias se os termos
supostos forem universais, mas contraditórias se um termo for
particular.

35 Deve-se observar que embora possamos supor as proposi-
ções opostas da maneira exposta acima, a saber, dizendo que
toda ciência é boa e, em seguida, que nenhuma ciência é boa,
ou que alguma ciência não é boa (e neste caso a contradição
não é geralmente passada despercebida), também é possível
estabelecer umas das proposições por meio de questões com-
plementares, ou supô-la como descrevemos nos *Tópicos*.²⁶¹

Uma vez que há três formas de oposição a uma proposição
afirmativa, conclui-se que há seis formas de supor proposições
opostas. Pode-se dizer do predicado que se aplica a todo e a
nenhum, ou a todo e não a todo, ou a algum e a nenhum; e
64b1 cada um destes pares é convertível do ponto de vista de seus
termos; por exemplo, pode ser dito que A se aplica a todo B,
mas que não se aplica a nenhum C, ou que se aplica a todo C,
mas que não se aplica a nenhum B, ou que se aplica a todo
dos primeiros, mas não se aplica a todo dos últimos, isto tam-
bém podendo ser convertido no que respeita aos seus termos.
5 Analogamente, também, na terceira figura. Fica, assim, evidente
de quantas maneiras e em quais figuras um silogismo pode ser
produzido por meio de premissas opostas.

Fica também evidente que embora possamos extrair uma in-
ferência verdadeira de falsas premissas – como explicamos ante-
riormente²⁶² –, não podemos fazê-lo a partir de premissas opos-
tas, pois a conclusão resultante é sempre contrária ao fato; por
10 exemplo, se uma coisa é boa, a inferência é que não é boa, ou
se é um animal, que não é um animal. Assim é porque o silo-
gismo procede de premissas contraditórias e os termos formula-
dos ou são os mesmos ou relacionados como todo e parte. É
também evidente que nos raciocínios falaciosos não há razão
para que o resultado não seja a contradição da hipótese original;
por exemplo, se um número é ímpar, inferimos que não é ímpar,
15 pois vimos que a conclusão resultante de premissas opostas é
contrária ao fato e, portanto, se supormos premissas deste tipo,
obteremos uma contradição da hipótese original.

Cumpramos observar que não é possível inferir conclusões con-
trárias a partir de um silogismo singular, de sorte que a conclu-
são afirme que aquilo que não é bom é bom, ou qualquer outra
contradição semelhante (a menos que a forma contraditória
remonte às premissas originais; por exemplo, “Todo animal é
20 branco e não-branco” e, em seguida, “O homem é um animal”).
Ou temos que [1] supor também a proposição contraditória; por
exemplo, supor que toda ciência é crença e, a seguir, que a
medicina é uma ciência, mas que nenhuma medicina é crença
(como no processo de refutação), ou temos que [2] inferir nossas
conclusões de dois silogismos. Não há outra maneira, como

25 asseveramos anteriormente, pela qual as premissas possam ser verdadeiramente contrárias.

XVI

30 Postular ou supor a petição de princípio consiste (tomando a expressão na sua acepção mais lata) num fracasso em demonstrar a proposição necessária. Mas há diversas outras maneiras nas quais isso pode ocorrer; por exemplo, se o argumento não assumiu de modo algum forma silogística, ou se as premissas são menos adequadamente conhecidas ou não melhor conhecidas do que o ponto a ser demonstrado, ou se a anterior é demonstrada pela posterior, uma vez que a demonstração procede de premissas que são mais certas e anteriores. Nenhum destes procedimentos, entretanto, é a petição de princípio.

35 Ora, algumas coisas são naturalmente cognoscíveis por si mesmas e outras por meio de alguma coisa mais (pois princípios são cognoscíveis por meio de si mesmos, ao passo que os exemplos que se enquadram nos princípios são cognoscíveis através de alguma coisa mais), e quando se tenta demonstrar por meio de si aquilo que não é auto-cognoscível, então se estará cometendo uma petição de princípio. É possível que esta seja cometida postulando-se diretamente a proposição a ser demonstrada. Mas é possível também recorrermos a algumas outras proposições de um tipo que são, por sua própria natureza, demonstradas por meio de nossa proposição, e cometermos a
65a1 petição de princípio por meio delas; por exemplo, supondo que A é demonstrado por B e B por C, sendo a natureza de C ser demonstrado por A, uma vez que, se alguém argumenta desta forma, conclui-se que está demonstrando A por meio do próprio A. Isto é exatamente o que fazem aquelas pessoas que pensam
5 que estão traçando linhas paralelas, pois não compreendem que estão fazendo suposições que não podem ser demonstradas, a menos que as linhas paralelas existam. Assim, conclui-se que aqueles que raciocinam desta forma se limitam a dizer que *uma coisa particular é, se é*. Mas de acordo com este princípio tudo será auto-conhecido, o que é impossível.

10 Assim, se é incerto que A se aplica a C e igualmente incerto que se aplica a B, supondo que alguém afirme que A se aplica a B, não fica patente ainda se está incorrendo numa petição de

15 princípio, mas fica patente que não há demonstração, pois o que é tão incerto quanto a questão a ser solucionada não pode ser um princípio de demonstração. Se, entretanto, a relação de B com C é tal que são idênticos, ou que são claramente convertíveis, ou que um se aplica ao outro, então ele estará incorrendo em petição de princípio, pois poderia também demonstrar, mediante essas premissas, se as convertesse, que A se aplica a B. Na situação em pauta, as condições impedem isso, ainda que o método argumentativo não o impeça. Mas se o fizesse, estaria realizando o que descrevemos²⁶³ e demonstrando reciprocamente
20 mediante três proposições. O mesmo, também, supondo que ele supusesse que B se aplica a C, embora isso não seja menos incerto do que A se aplicar; ele não está ainda incorrendo na petição de princípio, mas não está produzindo demonstração. Se, entretanto, A e B forem idênticos, quer porque são convertíveis, quer porque A é um conseqüente de B, ele estará cometendo petição de princípio pela mesma razão de antes, pois explicamos, linhas atrás, que cometer petição de princípio consiste em demonstrar
25 por auto-cognoscibilidade aquilo que não é auto-evidente.

Se, então, postular a petição de princípio é demonstrar por auto-cognoscibilidade aquilo que não é auto-evidente, ou seja, em outras palavras, é o malogro demonstrativo quando a proposição a ser demonstrada e aquela pela qual é demonstrada são igualmente incertas, quer porque predicados idênticos se aplicam ao mesmo sujeito, quer porque o mesmo predicado se aplica a sujeitos idênticos – a conclusão é que na figura mediana
30 a na terceira a petição de princípio pode ser postulada de ambas as formas.²⁶⁴ Quanto aos silogismo afirmativos, contudo, ocorre apenas na terceira e primeira figuras. Mas quando o silogismo é negativo, temos a petição de princípio quando predicados idênticos são negados do mesmo sujeito, e isso não ocorre nas duas premissas indiferentemente (o mesmo valendo na figura mediana), uma vez que os termos não são convertíveis em silogismos
35 negativos.

Nas demonstrações, a petição de princípio representa a verdadeira relação dos termos; nos argumentos dialéticos representa a relação aceita pela opinião.

65b1 A objeção “Esta não é a causa do erro” que estamos habituados a utilizar em nossos argumentos encontra-se em primeiro lugar nos silogismos envolvendo a *reductio ad impossibile*, onde é usada para contradizer a proposição que estava sendo demonstrada pela *reductio ad impossibile*, pois a menos que nosso opositor a contradiga, ele não dirá “Esta não é a causa do erro” – ele protestará que houve uma falsa suposição nos primeiros estágios do argumento. Tampouco empregará ele a objeção numa demonstração ostensiva, uma vez que nesta não se postula alguma coisa que contradiz a conclusão.

5 Ademais, quando algo é refutado ostensivamente por meio dos termos A, B e C, não se pode sustentar que o silogismo independe da suposição, porque nos restringimos a dizer que alguma coisa não é a causa quando, mesmo que fosse refutada, o silogismo, não obstante isso, é concluído. Isto não é possível nos silogismos ostensivos, pois quando a suposição é refutada, o silogismo relacionado a ela perderá a validade. Assim, fica evidente que a objeção “Esta não é a causa...” é utilizada na *reductio ad impossibile* quando a hipótese original está relacionada de tal forma com a conclusão impossível que esta última se produz seja a hipótese válida ou não.

15 A mais conspícua forma na qual a hipótese não é a causa do erro se apresenta quando o silogismo procede dos termos médios para a conclusão impossível independentemente da hipótese, como descrevemos nos *Tópicos*.²⁶⁶ Isto corresponde a postular como causa o que não é nenhuma causa, como alguém que, desejando demonstrar que a diagonal de um quadrado é incomensurável se pusesse a tentar demonstrar o argumento de Zenão de que o movimento é impossível²⁶⁶ e se pusesse a usar a *reductio ad impossibile* com essa finalidade; de fato, não há conexão de absolutamente nenhuma maneira entre o erro e a asserção original. Estamos diante de uma outra forma quando a conclusão impossível está ligada à hipótese, mas não é constituída por causa desta. Isso pode ocorrer quer se considere a liga-

25 ção na direção ascendente, quer se a considere na direção descendente; por exemplo, se supormos que A se aplica a B e B a C e C a D e é falso que B se aplica a D, pois se quando A é eliminado, B ainda se aplica a C e C a D, então o erro não pode ser devido à hipótese original. Ou, por outro lado, se consideramos a ligação na direção ascendente; por exemplo, se A se aplica a B e E a A e F a E, e é falso que F se aplica a A, pois neste caso também a conclusão impossível se constituirá como tal, ainda que a hipótese original seja eliminada.

30 A conclusão impossível tem que ser ligada aos termos originais, uma vez que assim dependerá da hipótese; por exemplo, se estamos considerando a conexão na direção descendente, a conclusão impossível tem que ser ligada ao termo que é o predicado, pois se for impossível que A se aplique a D, quando A for eliminado o erro não existirá mais. Na direção ascendente a conexão deve ser com o termo do qual o outro é predicado, pois se F não pode aplicar-se a B, quando B for eliminado o erro não existirá mais. A situação é análoga também se os silogismos forem negativos.

66a1 Assim, é evidente que, se a conclusão impossível não estiver relacionada aos termos originais, o erro não será devido à hipótese. Com efeito, mesmo quando a conclusão é relacionada desse modo, o erro nem sempre será devido à hipótese, pois admitindo que se supôs que A se aplica não a B, mas a K e K a C e C a D –, mesmo assim a conclusão impossível se conserva.

5 Analogamente, também, se os termos são tomados na direção ascendente, de sorte que se a conclusão impossível se constitui como tal valha ou não a hipótese original, não pode constituir-se (resultar) a partir da hipótese. Provavelmente, o fato de quando é a hipótese eliminada produzir-se, não obstante, o erro, deve significar não que a conclusão impossível se segue quando alguma outra hipótese é feita, mas que, quando a hipótese original é eliminada, a mesma conclusão impossível se produz através das premissas restantes, uma vez que presumivelmente não é de modo algum incongruente que o mesmo erro resulte de diversas hipóteses; por exemplo, que a conclusão impossível “linhas paralelas se encontram” se constituísse tanto na hipótese de que o ângulo interno é maior do que o externo quanto na-

10 aquela de que a soma dos ângulos de um triângulo é maior do que dois ângulos retos.

XVIII

20 A falsidade num argumento se apóia na primeira proposição falsa contida no argumento. Todo silogismo é constituído a partir de duas ou mais premissas. Assim, se o falso argumento é constituído a partir de duas premissas, uma destas ou ambas é (são) necessariamente falsa(s), pois vimos que uma conclusão falsa não pode ser tirada de premissas verdadeiras;²⁶⁷ porém, se for tirada de mais de duas, por exemplo, se C é demonstrado por meio de A e B, e estes por meio de D, E, F e G, uma destas últimas proposições tem que ser falsa, sendo necessariamente a causa da [falsidade do] argumento, pois A e B são inferidos por meio dessas proposições. Assim, é de uma delas que a conclusão, isto é, o erro, resulta.

XIX

25 Se pretendermos evitar sermos atingidos por um silogismo construído contra nós quando nosso opositor, sem revelar as conclusões, nos pede para aceitar os fundamentos de seu argumento, deveremos cuidar para não conceder-lhe o mesmo termo duas vezes nas premissas, visto que sabemos que sem um termo médio não pode haver um silogismo, e o termo médio é aquele que surge mais de uma vez. Como devemos zelar pelo termo médio com referência a cada conclusão se evidencia a partir de nosso conhecimento de qual forma assume a demonstração em cada figura. Isso não nos passará despercebido porque estamos cientes de como estamos sustentando o argumento.

30 Este mesmo procedimento, contra o qual temos alertado os estudantes quando estão na defensiva da argumentação, devem eles procurar empregar reservadamente na ofensiva. Isso será possível, em primeiro lugar, se evitarem tirar as conclusões de silogismos preliminares e, depois de tomarem as premissas necessárias, deixarem as conclusões na obscuridade; em segundo lugar, se os pontos solicitados como concessão não forem intimamente associados, mas dissociados o máximo possível pelos termos médios; por exemplo, suponhamos que se requer estabelecer que A é predicado (afirmado) de F, sendo os termos médios B, C, D e E. Então perguntariamos se A se aplica a B e, em

66b1 seguida, não se B se aplica a C, mas se D se aplica a E e, a seguir, se B se aplica a C – e assim por diante com os termos restantes. Se o silogismo for produzido por meio de um termo médio, deveremos começar pelo médio, pois assim o efeito da concessão será minimamente aparente.

XX

5 Uma vez que compreendamos quando e mediante qual combinação de termos se produz um silogismo, ficará também claro quando a refutação será ou não será possível. A refutação pode ocorrer quer todas as proposições sejam concedidas, quer as respostas se alternem (isto é, sendo uma negativa e uma afirmativa), pois vimos que um silogismo é produzido tanto com o primeiro quanto com o último arranjo de termos.²⁶⁸ Conseqüentemente, se a proposição aceita for contrária à conclusão, o resultado será necessariamente a refutação, uma vez que esta é um silogismo que demonstra a conclusão contraditória. Se, contudo, nada é concedido, a refutação é impossível, pois vimos que quando todos os termos são negativos não há silogismo²⁶⁹ e, portanto, tampouco qualquer refutação, uma vez que a refutação implica necessariamente num silogismo, porém um silogismo não implica necessariamente numa refutação. Assim, também, se a resposta não postula nenhuma relação universal, já que é a mesma definição da refutação e do silogismo.

XXI

20 Tal como nos equivocamos por vezes na exposição dos termos, também às vezes ocorre um erro no nosso pensar [os termos]; por exemplo, se o mesmo predicado pode aplicar-se a mais de um sujeito de imediato e alguém, conhecendo um sujeito, esquece o outro e pensa que o predicado não se aplica a nada deste último [sujeito]. Suponhamos que A se aplica a B e a C em virtude de suas próprias naturezas e que B e C se aplicam da mesma maneira a todo D. Então, se [aquele alguém] pensar que A se aplica a todo B e B a D, mas que A não se aplica a

25 nenhum C e C se aplica a todo D, terá conhecimento e ignorância da mesma coisa em relação à mesma coisa. O mesmo ocorre supondo-se que alguém estivesse equivocado acerca de termos na mesma série;²⁷⁰ por exemplo, se A se aplica a B, B a C e C a D e se supõe que A se aplica a todo B, mas ao contrário, não se aplica a nenhum C. Ele saberá ao mesmo tempo que se aplica e não pensará que se aplica. Será que ele, então, realmente professa – como resultado disso – que não pensa aquilo que sabe?... pois ele sabe num certo sentido que A se aplica a C através de B, como o particular se aplica ao universal, de maneira que professa não cogitar de modo algum daquilo que ele, num certo sentido, sabe, o que é impossível.

35 No que tange ao primeiro caso que mencionamos, no qual o termo médio não pertence à mesma série, é impossível pensar ambas as premissas com referência a cada um dos termos médios; por exemplo, pensar que A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C e que os dois últimos se aplicam a todo D, pois se conclui que a primeira premissa é contrária, ou completa ou parcialmente, à outra; pois se alguém supor que A se aplica a todo daquilo a que B se aplica e souber que B se aplica a D, 67a1 saberá também que A se aplica a D. Conseqüentemente, em seguida, se pensar que A não se aplica a nenhum daquilo a que C se aplica, não pensará que A se aplica a algum daquilo a que B se aplica. Mas pensar que se aplica a todo daquilo a que B se aplica e – em seguida também – pensar que não se aplica a algum daquilo a que B se aplica, envolve uma contrariedade, ou completa ou parcial.

5 Portanto, não é possível pensar desta forma. Mas não há razão para que alguém não pense uma premissa com referência a cada termo médio ou ambas as premissas com referência a um; por exemplo, pensar que A se aplica a todo B e B a D e também que A não se aplica a nenhum C. Tal erro é semelhante ao que cometemos no que toca a coisas particulares. Por exemplo, se A se aplica a todo B e B a todo C, A se aplicará a todo C. Então, se 10 alguém souber que A se aplica a todo daquilo a que B se aplica, saberá também que se aplica a C. Mas não há razão para que ele não seja ignorante de que C existe; por exemplo, se A correspon-

de a “dois ângulos retos”, B a “triângulo” e C a “triângulo sensível” porque se poderia supor que C não existe, embora se saiba que todo triângulo apresenta a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos – de sorte que de imediato saberá e não saberá a mesma coisa, visto que saber que todo triângulo tem a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos apresenta mais de um significado, consistindo ou em deter conhecimento universal ou em deter conhecimento [do objeto] particular. Assim, pelo conhecimento universal ele sabe que C é igual a dois ângulos retos, mas não o sabe pelo conhecimento [do objeto] particular, e portanto sua ignorância não será contrária ao seu conhecimento.

20 O argumento do *Mênon*,²⁷¹ segundo o qual o conhecimento²⁷² é reminiscência, pode ser objeto de uma crítica análoga, pois em caso algum descobrimos que detemos prévio conhecimento do particular, mas descobrimos, sim, que na indução²⁷³ adquirimos conhecimento de coisas particulares, como se fosse por uma ação de reconhecimento,²⁷⁴ pois há algumas coisas que conhecemos de imediato; por exemplo, se sabemos que isto é um triângulo, sabemos que a soma de seus ângulos é igual a dois ângulos retos. Analogamente, também, em todos os outros casos.

25 Assim, enquanto observamos coisas particulares pelo conhecimento do universal, não as conhecemos pelo tipo de conhecimento que lhes é peculiar. Conseqüentemente, é possível nos enganarmos a respeito delas – não porque detenhamos conhecimento e ignorância que se contrariam, mas porque, ainda que tenhamos conhecimento universal delas, cometemos o erro do ponto de vista do particular.²⁷⁵

30 A situação é análoga, também, no que concerne aos casos indicados acima.²⁷⁶ O erro relativamente ao termo médio não é contrário ao conhecimento obtido pelo silogismo, nem o são as suposições relativamente aos dois termos médios. Nada impede que um homem que sabe tanto que A se aplica à totalidade de B quanto que B se aplica a C pense que A não se aplica a C; por exemplo, se sabe que toda mula é estéril e que este [animal] é uma mula, pode pensar que este [animal] esteja prenhe porque desconhece que A se aplica a C, a menos que considere ambas as premissas em conjunto. Por conseguinte, é evidente que ele também se enganará se conhecer uma, mas não a outra, sendo esta precisamente a relação do conhecimento universal com o particular, uma vez que desconhecemos qualquer objeto sensível quando este ocorre fora de nossa sensação – nem sequer se o tivermos realmente percebido –, salvo pelo conhecimento do universal associado à posse (mas não o ato) do conhecimento próprio àquele objeto. Isto porque há três maneiras graças às quais se pode dizer que conhecemos um objeto: pelo conhecimento do universal, pelo conhecimento próprio do objeto ou pela atualização [desse conhecimento]. Por conseguinte, pode-se dizer que nos enganamos na mesma quantidade de maneiras diferentes.

5 Assim, não há razão porque não esteja alguém tanto ciente quanto equivocado sobre uma mesma coisa, com a ressalva de não o ser num sentido contrário.²⁷⁷ Com efeito, isso é exatamente o que acontece no caso de alguém que apenas conhece as premissas separadamente e não considerou previamente a questão, pois ao supor que a mula está prenhe ele não detém conhecimento em ato e, não obstante, ao mesmo tempo tal suposição não torna seu erro contrário ao seu conhecimento, pois o erro contrário ao conhecimento do universal é um silogismo.²⁷⁸

10 Por outro lado, aquele que pensa que a essência do bem é a essência do mal pensará que a mesma coisa é a essência do

15 bem e a essência do mal. Que A corresponda à essência do bem, B à essência do mal e C novamente à essência do bem. Então, uma vez que ele pensa que B e C são idênticos, pensará também que C é B e, também, da mesma forma, que B é A e, portanto, igualmente, que C é A (pois tal como vimos que se B é verdadeiro de C e A de B, A é também verdadeiro de C, o mesmo ocorre com respeito ao pensar. Analogamente, também, com respeito ao ser, pois vimos que se B e C são idênticos e, por outro lado, B e A são idênticos, C é também idêntico a A. E, portanto, o mesmo vale no que se refere à opinião). Será isso, então, uma consequência necessária, caso se conceda a suposição original? Mas é presumível que seja falso alguém pensar que a essência do bem é a essência do mal, salvo por acidente, diante da multiplicidade de sentidos nos quais isso é pensável. Mas é preciso examinarmos esta questão muito minuciosamente.²⁷⁹

XXII

30 Quando os termos extremos são convertíveis, o termo médio tem também que ser convertível com ambos, pois supondo que A se aplica como predicado a C através de B, se esta relação é convertível e C se aplica a todo aquilo a que A se aplica, então B também é convertível com A e se aplica através de C como termo médio a todo aquilo a que A se aplica; e C é convertível com B através de A como termo médio. Assim, também, quando a conclusão for negativa; por exemplo, se B se aplica a C, mas A não se aplica a B, tampouco A se aplicará a C. Então, se B for convertível com A, C também será convertível com A, pois se supormos que B não é aplicável a A e, então, tampouco será C aplicável, uma vez que se supôs que B se aplica a todo C. Ademais, se C for convertível com B, também será convertível com A, pois onde B é predicado (afirmado) do todo, também o é C. E se C é convertível em relação a A, assim também o é B, uma vez que C se aplica àquilo a que B se aplica, mas não se aplica àquilo a que A se aplica. Este é o único exemplo que parte da conclusão, os demais diferindo nesse aspecto do silogismo afirmativo.

5 Agora, se A e B são convertíveis, e igualmente C e D, e ou A ou C necessariamente se aplicam a tudo, B e D têm também

que estar de tal forma relacionados que um ou outro se aplique a tudo, pois, uma vez que B se aplica àquilo a que A se aplica, e D àquilo a que C se aplica, e ou A ou C (porém não ambos simultaneamente) tem que se aplicar a tudo, é evidente que ou B ou D (mas não ambos concomitantemente) têm que se aplicar a tudo – por exemplo, se o não gerado é incorruptível e o incorruptível não gerado, aquilo que foi gerado tem que ser corruptível e aquilo que é corruptível tem que ter sido gerado, pois estamos aqui diante do produto de dois silogismos. Por outro lado, se A ou B (porém não ambos simultaneamente) se aplica a tudo, e igualmente C ou D, se A e C são convertíveis, também o são B e D, uma vez que se B não se aplica a alguma coisa a que D se aplica, está claro que A a ele se aplica; e se A se aplica, também se aplica C, visto que são convertíveis. Portanto, C e D se aplicam ambos simultaneamente, o que é impossível.

Quando A se aplica à totalidade de B e de C e não é predicado (afirmado) de nada mais, e B também se aplica a todo C, A e B são necessariamente convertíveis, pois uma vez que A é predicado (afirmado) somente de B e C, e B é predicado tanto de si mesmo quanto de C, é evidente que B também será predicado de todos os sujeitos dos quais A é predicado, salvo o próprio A.

Agora, quando A e B se aplicam à totalidade de C, e C é convertível com B, A tem que se aplicar a todo B, pois uma vez que A se aplica a todo C, e C por conversão a todo B, A se aplicará também a todo B.

Quando de duas alternativas opostas A e B, A é preferível a B, e analogamente D é preferível a C, se A e C conjuntamente são preferíveis a B e D conjuntamente, A é preferível a D, visto que A é tão desejável quanto B é indesejável, uma vez que são opostos, situação análoga ocorrendo com C e D, uma vez que estes também são opostos. Então, se A é tão desejável quanto D, B é tão indesejável quanto C (porquanto cada um apresenta a mesma medida – um como objeto de aversão, o outro como objeto de desejo). E, portanto, a combinação AC é igualmente desejável à combinação BD. Mas, visto que AC é preferível, não pode ser igualmente desejável, pois se o fosse, BD seria igualmente desejável. E se D é preferível a A, B será também menos indesejável do que C, pois o menor se opõe ao extremo menor, e o maior bem e o menor mal serão preferíveis ao menor bem e

ao maior mal. Por conseguinte, a combinação BD será preferível a AC. Mas na realidade não é assim e, portanto, A é preferível a D e, conseqüentemente, C é menos indesejável que B.

68b1 Se então todo amante, por força de seu amor prefere que seu amado esteja disposto a conceder-lhe os seus favores de modo a satisfazê-lo (A), sem fazer o mesmo (C), de preferência a conceder seus favores de modo a satisfazê-lo (D) sem estar inclinado a concedê-los (B), está claro que A é de uma natureza tal que passa a ser preferível à opção de ver o amado lhe conceder favores. Portanto, no amor, ter [do amado] o retorno da afeição dada é preferível a manter relações sexuais com o amado e, conseqüentemente, o amor visa mais a afeição do que o sexo; e se a afeição é o principal alvo do amor, é também o fim deste. Por outro lado, as relações sexuais não são, de modo algum, um fim, ou não o são exceto em vista de receber afeição. Este mesmo princípio, com efeito, regula todos os demais desejos e artes.

XXIII

Fica evidente, assim, como os termos são condicionados no que toca a conversões e no que tange a representar graus de preferência e o inverso. Devemos agora observar que não apenas silogismos dialéticos e demonstrativos são produzidos por meio das figuras já descritas, como também silogismos retóricos e, de modo geral, todo tipo de persuasão, não importa qual a forma assumida por esta.²⁸⁰ Pois todas as nossas convicções são formadas ou por meio do silogismo ou a partir da indução.

15 A indução, ou raciocínio indutivo, consiste em estabelecer uma relação entre um termo extremo e o termo médio por meio do outro extremo; por exemplo, se B é o termo médio de A e C, a demonstração por meio de C que A se aplica a B: tal é a forma de construir induções. Exemplo: que A corresponda a *longevo*, B a *aquele desprovido de bile* e C a *indivíduos longevos tais como o ser humano, o cavalo e a mula*. Então A se aplica à totalidade de C {pois todo animal sem bile é *longevo*}.²⁸¹ Mas B,

desprovido de *bile*, também se aplica a todo C. Então se C é convertível com A, isto é, se o termo médio não apresentar maior extensão, A necessariamente se aplicará a B, posto que foi demonstrado anteriormente²⁸² que, se quaisquer dois predicados se aplicam ao mesmo sujeito e o extremo é convertível com um deles, então o outro predicado também se aplicará ao convertível. Devemos, entretanto, entender por C a soma de todos os casos particulares, pois a indução procede através de uma enumeração de todos os casos.

30 Esse tipo de silogismo²⁸³ diz respeito à primeira premissa ou premissa imediata. Onde há um termo médio, o silogismo²⁸⁴ procede por meio do [termo] médio; onde não há, procede por indução. Num certo sentido a indução se opõe ao silogismo, pois este demonstra através do termo médio que o extremo maior se aplica ao terceiro termo, ao passo que a primeira demonstra através do terceiro termo que o extremo maior se aplica
35 ao médio. Assim, por natureza o silogismo por meio do termo médio²⁸⁵ é anterior e mais conhecido, enquanto o raciocínio indutivo nos é mais aparente.

XXIV

Temos um paradigma quando se demonstra que o extremo maior é aplicável ao termo médio por meio de um termo semelhante ao terceiro. É preciso que se saiba tanto que o termo médio se aplica ao terceiro termo, como que o primeiro [termo] se aplica
69a1 ao termo semelhante ao terceiro. Por exemplo, que A corresponda a *má*, B a *guerrear com os vizinhos*, C *Atenas contra Tebas* e D *Tebas contra Fócida*. Então, se necessitamos demonstrar que a guerra contra Tebas é má, temos que nos contentar que a guerra contra os vizinhos é má. A evidência disso pode ser extraída de
5 exemplos similares, digamos que a guerra de Tebas contra a Fócida é má. Então, uma vez que a guerra com os vizinhos é má e que a guerra contra Tebas é contra os vizinhos, fica evidente que

10 a guerra contra Tebas é má. Ora, é evidente que B se aplica a C e D (pois são os dois exemplos de guerrear com os vizinhos) e A a D (uma vez que a guerra contra a Fócida não causou nenhum bem a Tebas). Mas que A se aplica a B será demonstrado por meio de D. O mesmo método valerá supondo que nossa convicção de que o termo médio está relacionado ao extremo é extraída de mais do que um termo semelhante.

15 Assim, evidencia-se que um exemplo representa a relação não da parte com o todo ou do todo com a parte, mas de uma parte com uma outra parte, onde ambas estão subordinadas ao mesmo termo geral e uma delas é conhecida. Difere da indução em que esta última, como vimos,²⁸⁶ demonstra a partir de um exame de todos os casos particulares, que o termo maior se aplica ao [termo] médio e não liga a conclusão com o termo menor, ao passo que o silogismo²⁸⁷ a liga e não utiliza todos os casos particulares para sua demonstração.

XXV

20 Temos a *redução* [em primeiro lugar] quando fica evidente que o primeiro termo se aplica ao [termo] médio, mas é incerto que o [termo] médio se aplica ao último termo, ainda que [esta relação] seja não menos provável ou até mais provável do que a conclusão; [em segundo lugar] quando não há muitos termos intermediários entre o último e o médio, uma vez que em todos estes casos o efeito é nos aproximar mais do conhecimento. Por
25 exemplo, que A corresponda a *aquilo que é ensinável*, B a *conhecimento* e C a *justiça*. Que o conhecimento é ensinável é evidente, mas que a virtude seja conhecimento é incerto. Então, se BC não for menos provável ou for mais provável do que AC, teremos uma redução, pois estaremos mais próximos do conhecimento por termos introduzido um termo adicional, ao passo que antes não tínhamos conhecimento de que AC é verdadeira.

30 Ou, [no segundo lugar], teremos uma redução, se não houver muitos termos intermediários entre B e C, pois neste caso também somos conduzidos mais proximamente do conhecimen-

35 to. Por exemplo, vamos supor que D seja *esquadrar*, E *figura retilínea* e F *círculo*. Supondo que entre E e F haja apenas um termo intermediário – que o círculo se torna igual a uma figura retilínea por meio de lúnulas –, estaríamos próximos do conhecimento.²⁸⁸ Quando, entretanto, BC não é mais provável do que AC, ou há vários termos intermediários, não emprego a expressão *redução*, e nem quando a proposição BC é imediata, pois esta proposição implica em conhecimento.²⁸⁹

XXVI

A *objeção* é uma premissa que é contrária a uma outra premissa. É diferente da premissa [que contraria] pelo fato de poder ser particular, enquanto a premissa [contrariada] ou não pode ser particular de modo algum, ou não o pode ser ao menos nos silogismos universais.

69b1 A *objeção* pode ser produzida de duas maneiras e em duas figuras; de duas maneiras porque toda *objeção* é ou universal ou particular, e em duas figuras porque as *objeções* são produzidas em oposição à premissa e os opostos só podem ser demonstrados na primeira e terceira figuras, pois quando nosso opositor afirma que o predicado se aplica a todo o sujeito, nós *objektamos* que não se aplica a nenhum ou não se aplica a algum. A primeira *objeção* é produzida pela primeira figura e a segunda pela última. Por exemplo, que A corresponda a ser uma ciência *una* e B a *contrários*. Então, quando é formulado como premissa que há uma ciência dos contrários, a *objeção* é ou que a mesma ciência não trata de opostos e que contrários são opostos, de modo a resultar a primeira figura, ou que não há uma ciência do cognoscível e incognoscível. Esta é a terceira figura, pois afirmar de C, nomeadamente o cognoscível e o incognoscível, que são contrários é verdadeiro, mas afirmar que há uma ciência deles é falso.

15 O mesmo ocorre no tocante à premissa negativa. Quando é afirmado que não há uma ciência dos contrários, respondemos ou que todos os opostos ou que alguns contrários, por exemplo,

os sadios e os doentes, são objeto de estudo de uma única ciência. A primeira *objeção* é suscitada pela primeira figura, e a segunda pela terceira.

20 A regra geral é que em todos os casos alguém que está levantando uma *objeção* universal tem que enunciar sua contradição com referência ao universal, incluindo os termos propostos; por exemplo, se é pretendido que a mesma ciência não trata dos contrários, ele terá que sustentar que há *uma* de todos os opostos. Desta maneira, a primeira figura será necessariamente o resultado, pois o universal que inclui o termo original se torna o [termo] médio. Mas quando a *objeção* é particular, a contradição tem que ser enunciada com referência ao termo que está incluso pelo sujeito da premissa como um universal; por exemplo: tem que ser enunciado que a ciência do cognoscível e do incognoscível não é a mesma, pois estes estão incluídos em contrários como universal, com o que resulta a terceira figura, pois o termo que é suposto como particular, a saber, o cognoscível e o incognoscível, torna-se o [termo] médio. É de premissas das quais é possível argumentar o contrário que procuramos inferir *objeções*. Conseqüentemente, é somente por meio dessas figuras que tentamos suscitá-las, porque nestas somente são possíveis os silogismos opostos, uma vez que (como vimos) não é possível obter um resultado afirmativo na figura mediana.

30 Ademais, uma *objeção* pela figura mediana requereria mais raciocínio. Por exemplo, supondo que não fosse concedido que A se aplica a B com o fundamento de que C não é um conseqüente de B, o que pode ser claramente demonstrado por meio de premissas adicionais. Mas uma *objeção* não deve recorrer a outras considerações, mas exibir sua premissa adicional imediatamente. {Assim, a outra conseqüência é que essa é a única figura a partir da qual a demonstração mediante signos é impossível.}²⁹⁰

35 É mister que examinemos também as outras formas de *objeção*, quais sejam, as *objeções* oriundas de casos contrários ou similares, ou oriundas da opinião recebida,²⁹¹ e se as *objeções*

70a1 particulares podem ser extraídas da primeira figura ou objeções negativas da segunda.

XXVII

5 Uma *probabilidade* não é o mesmo que um signo (indício). A probabilidade é uma premissa geralmente aceita, pois aquilo que as pessoas sabem que acontece ou não acontece, ou é ou não é, usualmente de um modo particular, é uma probabilidade; por exemplo, que os invejosos são malevolentes ou que aqueles que são amados são afetuosos. Um signo, porém, indica uma premissa demonstrativa que é necessária ou geralmente aceita; aquilo que coexiste com alguma coisa mais, quer anterior ou posterior – isso é que é um signo de uma outra coisa mais vir a ser ou ter vindo a ser.

10 O entimema é um silogismo com base em probabilidades ou signos. E um signo pode ser entendido de três maneiras correspondentes à posição do termo médio nas figuras; pode ser entendido como na primeira figura, na segunda ou na terceira. Por exemplo, a demonstração de que uma mulher está grávida porque tem leite está na primeira figura, pois *ter leite* é o termo médio. A corresponde a *estar grávida*, B a *ter leite* e C a *mulher*. A demonstração de que homens sábios são bons porque Pítaco era bom é pela terceira figura. A corresponde a *bom*, B a *homens sábios* e C a *Pítaco*. Então é exato predicar tanto A quanto B de C – somente não enunciamos este último porque o conhecemos, ao passo que formalmente supomos o primeiro. Entende-se que a demonstração de que uma mulher está grávida porque se mostra pálida enquadra-se na segunda figura (figura mediana), pois uma vez que a palidez constitui uma característica das mulheres grávidas e está associada a essa mulher em particular, supõe-se que está demonstrado que ela está grávida. A corresponde a *palidez*, B a *estar grávida* e C a *mulher*.

25 Se apenas uma das premissas for enunciada, obteremos somente um signo; mas se a outra premissa também for aduzida, obteremos um silogismo;²⁹² por exemplo, que Pítaco é liberal²⁹³

porque aqueles que prezam a honra são liberais e Pítaco preza a honra; ou, então, que os sábios são bons porque Pítaco é bom e também sábio.

30 Silogismos podem ser construídos dessa forma, mas enquanto um silogismo na primeira figura é irrefutável se for verdadeiro, por ser universal, um silogismo na última figura é refutável mesmo que a conclusão seja verdadeira, uma vez que o silogismo não é nem universal nem relevante ao nosso propósito, pois se Pítaco é bom, não se concluirá necessariamente por isso que todos os outros sábios são bons. Um silogismo na figura mediana é sempre e de todas as formas refutável, visto que nunca obtemos um silogismo com os termos nessa relação,²⁹⁴ visto não se concluir necessariamente do fato de uma mulher grávida estar pálida – e esta mulher está pálida – que ela está grávida. Assim, a verdade pode ser encontrada em todos os signos, mas eles diferem das maneiras que foram descritas.

70b1 Cabe-nos ou classificar os signos dessa maneira e considerar seu termo médio como uma evidência (pois a expressão *evidência*²⁹⁵ é atribuída ao que nos faz conhecer e o termo médio possui de modo especial este caráter), ou descrever os argumentos tirados dos extremos como *signos* e aquele que é extraído do [termo] médio como uma *evidência*, pois a conclusão que é alcançada graças à primeira figura goza da aceitação mais geral e é a mais verdadeira.

5 É possível avaliar o caráter [dos seres humanos] a partir dos traços físicos, se admitirmos que o corpo e a alma mudam conjuntamente em todas as paixões naturais. (É indubitável que depois de um homem aprender música, sua alma terá experimentado uma certa mudança, mas esta paixão não nos atinge naturalmente – quero dizer paixões tais como acessos de ira ou desejos entre as excitações naturais.) Supondo, então, que isso seja admitido, e também que haja um signo de uma paixão, e que somos capazes de reconhecer a paixão e o signo próprios a cada classe de criaturas, estaremos capacitados a avaliar o caráter com base em traços físicos, pois se uma paixão peculiar se aplicar a qualquer classe particular, por exemplo, a coragem aos

20

leões, deverá haver algum signo correspondente a ela, uma vez que supomos que corpo e alma são afetados associativamente. Admitamos que esse signo seja *ter grandes extremidades*. Isso é aplicável a outras classes, mas não como conjuntos, uma vez que um signo é peculiar no sentido de que a paixão é peculiar à classe como um todo, e não a ela isoladamente, como estamos acostumados a empregar a expressão. Assim, a mesma paixão será também encontrada numa outra classe, de sorte que o ser humano ou algum outro animal serão corajosos. E, assim, ele possuirá o signo, pois, *ex hypothesi*, há um signo de uma paixão. Se, então, assim é, e podemos reunir signos desse tipo no caso dos animais que têm apenas uma paixão peculiar e se cada paixão possui um signo, visto que possui necessariamente somente um signo, seremos capazes de avaliar seu caráter com base em seus traços físicos. Mas se o gênero como um todo tiver suas paixões peculiares, por exemplo, se os leões detiverem coragem e generosidade, como decidiremos qual signo (daquelles que são do ponto de vista da peculiaridade associados ao gênero) pertence a qual paixão? Provavelmente se ambas as paixões forem encontradas numa outra classe não como um todo, isto é, quando nas classes nas quais cada uma delas é encontrada alguns membros possuem uma, mas não a outra.

30

Pois se um homem é corajoso mas não generoso e exhibe um dos dois signos, está claro que este será o signo de coragem também no leão.

Assim, é possível avaliar o caráter com base nos traços físicos na primeira figura, desde que o primeiro termo seja convertível com o primeiro extremo, mas possua maior extensão do que o terceiro termo e não seja convertível com este; por exemplo, se

35

A corresponde a *coragem*, B a *grandes extremidades* e C a *leão*. Então B se aplica a tudo aquilo a que C se aplica, e também a outros, enquanto A se aplica a tudo aquilo a que B se aplica e a nada mais, embora seja convertível com B. De outra maneira, não haverá um signo de uma paixão.